



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARCOS DA SILVA ROCHA

**PAISAGEM MÍTICA COMO CAMPO DE FORÇAS: GEOESTRATÉGIAS E
GEOTÁTICAS DE SIMBOLIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA (2000-2023)**

FORTALEZA

2024

MARCOS DA SILVA ROCHA

PAISAGEM MÍTICA COMO CAMPO DE FORÇAS: GEOESTRATÉGIAS E
GEOTÁTICAS DE SIMBOLIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA (2000-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Raimundo Freitas Aragão.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R574p Rocha, Marcos da Silva.
Paisagem mítica como campo de forças : Geoestratégias e geotáticas de simbolização na América Latina (2000-2023) / Marcos da Silva Rocha. – 2024.
173 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.
Coorientação: Prof. Dr. Raimundo Freitas Aragão.
1. América Latina. 2. Bicentenário. 3. Monumento. 4. Paisagem. 5. Geoestratégia. I. Título.
CDD 910
-

MARCOS DA SILVA ROCHA

PAISAGEM MÍTICA COMO CAMPO DE FORÇAS: GEOESTRATÉGIAS E
GEOTÁTICAS DE SIMBOLIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA (2000-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: 27/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Raimundo Freitas Aragão (Coorientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho (Examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro (Examinador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profa. Dra. Cristina Teresa Carballo (Examinadora)
Universidad Nacional de Quilmes (UNQ)

Para Bárbara.

AGRADECIMENTOS

Nós somos muito pequenos, portanto, agradeço inicialmente às forças maiores: Deus, destino, cosmos, vida, verdade... arranjos complexamente inexplicáveis, no entanto tranquilamente inteligíveis. Regentes de todas as coisas, todos os acontecimentos, todos os seres e todos os pensamentos que existem, que existiram e que estão por existir. O parágrafo inicial destes agradecimentos repousa em nossas crenças ricas e plurais que dão sentido às nossas ações, sentimentos, pensamentos e relações.

Agradeço à minha família com amor e companheirismo. Destaco que estes são partida e chegada de quaisquer das minhas ações. Agradeço a meu pai, Gilvan Rocha; a minha mãe, Izabel Cristina Rocha; as minhas irmãs, Renata Rocha e Virgínia Rocha. Agradeço a todos os meus sobrinhos: Luana, Matheus, Luã, Mariana, Lucas; e às lindas, ainda pequenas e recém-chegadas na família, minhas sobrinhas-netas, Jade e Maitê. Agradeço enormemente à minha esposa, Jessica Barbosa, parceira e companheira na vida e em tudo. Estes são, sem dúvidas, sustentáculos pessoais do meu sentido de vida e as razões indiscutíveis da minha própria existência.

Gigante agradecimento dedico ao meu orientador Christian de Oliveira, fantástico professor e pesquisador. Eloquente orador e possuidor de um senso de humor sempre ligado em potência máxima. Agradeço por todas as orientações, conversas e trocas de ideias ao longo destes 8 anos (desde a graduação). Diálogos aonde fui me formando também como professor e pesquisador. Repito, assim como no texto de dissertação, o agradecimento especial ao professor Christian se dá pelo prazer que é poder ter presente suas inconfundíveis metáforas e suas complexas digressões por meio de analogias labirínticas. Agradeço cada uma das orientações dedicadas e decisivas.

Enormemente também agradeço ao meu coorientador Raimundo Aragão, pesquisador ímpar e um parceiro de inúmeras produções. Carismático e inteligente como poucos que conheço, o professor Aragão tem um peso fundamental nas construções aqui apresentadas, pois seguimos pensando e trabalhando juntos desde as primeiras parcerias em 2013. Uma longa, frutífera e animada cooperação é como pode ser descrita esta relação de coorientação. Um “muito obrigado” gigantesco como os próprios totens católicos.

Agradecimento especial dedico à banca examinadora pela disponibilidade e consideração neste exame de qualificação. Certamente teremos profundas e contundentes contribuições para o texto preliminar que apresento aqui. A Cristina Teresa Carballo, Dirceu Melo Filho e Jânio Roque Castro, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais & Espaços Simbólicos (LEGES) e do Grupo de Pesquisa Comunicação Patrimonial de Representações do Espaço (COMPARE) pelo apoio material em equipamentos, livros e, além disso, pelo suporte imaterial composto sobretudo das relações, vivências e aprendizados. Agradeço em especial aos amigos que mesmo em meio ao isolamento social se fizeram presentes por meio de conversas, parcerias, cafés e ócios compartilhados e coletivamente produtivos. Agradecimento em destaque para Ivna Machado, Jacquicilane Aguiar e Jesica Beltran pela paciência disponibilizada em leituras de esboços, textos, mapas e imagens, além de inúmeras trocas de ideias (e fofocas)! Muitíssimo obrigado também a Aurislane, Djailson, Eduardo, Ellen, Jarbas, Kevin, Lidia, Lizandra, Lucas, Nislene e Silvia.

Minha tese também é produto de diversas coletividades materializadas sob uma assinatura. Esta pesquisa é uma construção pessoal, no entanto também é fruto de um “eu” em eterna construção a partir do “outro”, um percurso entre tantos outros percursos. Desta forma, os amigos da vida pessoal influenciam e são influenciados pelo desencadear dos processos de pesquisa e da construção de conhecimento. Não posso deixar de agradecer enormemente à Alisson, Davi, Deborah, Edson, Eryck, Gorki, Jarlley, João Paulo, Kássio, Larisse Freitas, Lucas, Mario, Marlon, Max, Nilvânio, Renato e Sávio. Meus sinceros agradecimentos por cada uma das conversas e trocas.

Agradeço e dedico aos companheiros de treino do Aikidô: Maurilio Barcelos (nosso *sensei* e mentor), Sensei Luiz, Lucas, Caio, Eduardo, Júlio, Facundo, Guilherme e Samyra. Agradeço pelas trocas, ensinamentos e parceiras que muito ajudaram a manter a saúde mental a partir do estudo, do treino e da imersão na arte da paz que é o Aikidô. Dedico aos amigos, amigas e colegas de escola, parceiros do dia a dia do operariado da educação: Ana, Assis, Bruno, Denise, Daniel, Fábio, Luís Eduardo (Cherry), Nathália e Thaís.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento necessário para realização desta pesquisa mesmo em meio a um cenário tão complicado em que o país se encontra graças à múltiplas ignorâncias intencionais de tantos “dirigentes” de nível federal. Lembremos que a ciência é produzida coletivamente, portanto, agradeço a todos os interlocutores, autores e pesquisadores do país e estendo este agradecimento a toda e qualquer pessoa que cruzou meu caminho durante o período de realização desta pesquisa.

Agradeço, por fim, também ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenações, docentes e corpo técnico sempre empenhados no melhor andamento das atividades de docentes e discentes do programa.

“A casca não é menos verdadeira que o tronco. É inclusive pela casca que a árvore, se me atrevo a dizer, se exprime.” (Didi-Huberman, Georges, 2013, p. 132)

RESUMO

Esta tese investiga o uso político-simbólico e de imagens monumentais e ritualísticas no Bicentenário Brasileiro (1822-2022), que compõem paisagens urbanas latino-americanas, isto é, aborda-se nesta pesquisa um tema teórico-epistêmico cujos elementos empíricos e documentais tornam-se forças motrizes da metodologia a partir de uma abordagem que envolve elementos de uma geografia cultural e política. A proposição da tese aponta que a colonização ibérica na América Latina foi um processo de dominação espacial com desdobramentos imagéticos contemporâneos – materiais e imateriais – que se reforçam espacial e estrategicamente nos rituais de comemorações cívicas dos movimentos de independência. Sendo assim, nosso principal objetivo é analisar, a partir dos conceitos de geoestratégia e geotática, o processo de simbolização na formação de paisagens míticas. O enfoque temporal desta pesquisa concentra-se em fenômenos espaço-temporais, materiais e imateriais, dos primeiros vinte e quatro anos do presente século (2000-2023), onde a força simbólica dos monumentos político-culturais se renova com a chegada das datas. Além disso, acontecimentos cívicos, políticos e sociais como protestos e manifestações de enorme potência simbólica também fazem parte do interesse investigativo, sobretudo quando se apropriam, taticamente, de fixos espaciais. No âmbito teórico-metodológico, busca-se analisar geoestratégias de simbolização e respectivas geotáticas na formação de paisagens míticas, permitindo assim analisar as relações entre sujeitos, paisagens e projetos de poder. Para tal, utiliza-se a teoria dos Vetores Simbólicos (Oliveira, 2017) acoplada à discussão de marcas e traços espaciais (Veschambre, 2008) e dos usos políticos da paisagem (Duncan; Barnes, 1992; Berque, 2014); o debate semiótico a respeito da iconografia e produção de sentidos e significados a partir de imagens é um dos pilares teóricos desta tese (Didi-Huberman, 2013; Santaella, 2012). Do ponto de vista instrumental da pesquisa, a força midiática projetada por veículos jornalísticos se torna peça-central, considerando que esta linguagem é uma produtora de sentidos e um instrumento de poder e contrapoder na contemporaneidade (Steinberger, 2003). Nomeia-se de paisagem mítica, a escritura simbólica e geoestratégica de imagens urbana como, por exemplo, obeliscos, torres, estátuas, festas, fortes, feriados, rituais, celebrações etc. Na contemporaneidade, nota-se uma narrativa constituída, entre tantos elementos, pelo poder midiático-comunicacional que se atualiza de forma constante transitando pelo espaço e pelo tempo na medida em que absorve a paisagem urbana e a mitifica. Sendo assim, utiliza-se dos ideomapas (cartografia cognitiva) para representar formas do simbolismo religioso, do civismo político e do patriotismo heroico como dimensões geográficas e estratégicas – logo geoestratégicas – que constroem imaginários

e gerem os espaços nos projetos de nação. Portanto, uma reflexão sobre as marcas da colonização e seus desdobramentos imagético-paisagísticos na América Latina demonstra-se a partir das duas cidades investigadas empiricamente – Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP –, de exemplos pontuais em outras realidades brasileiras e de uma incursão por meio da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2008) com sujeitos inseridos na produção jornalística no Brasil afim de debater também como sujeitos diretamente ligados às construções de sentido do mundo veem os processos investigados nesta pesquisa.

Palavras-chave: América Latina; bicentenário; monumento; geoestratégia; paisagem mítica.

ABSTRACT

This thesis investigates the political and symbolic use of monumental and ritualistic imagery in the Brazilian Bicentennial (1822-2022), which compose Latin American urban landscapes. In other words, this research addresses a theoretical-epistemological theme whose empirical and documentary elements become the driving forces of the methodology from an approach that involves elements of cultural and political geography. The thesis proposes that Iberian colonization in Latin America was a process of spatial domination with contemporary imagistic ramifications—both material and immaterial—that are spatially and strategically reinforced in the rituals of civic commemorations of independence movements. Thus, our main objective is to analyze, based on the concepts of geostrategy and geotactics, the process of symbolization in the formation of mythical landscapes. The temporal focus of this research concentrates on spatiotemporal, material, and immaterial phenomena of the first twenty-four years of the present century (2000-2023), where the symbolic power of political-cultural monuments is renewed with the arrival of dates. In addition, civic, political, and social events such as protests and demonstrations of enormous symbolic power are also part of the investigative interest, especially when they tactically appropriate fixed spatial elements. In the theoretical-methodological scope, the aim is to analyze geostrategies of symbolization and their respective geotactics in the formation of mythical landscapes, thus allowing for an analysis of the relations between subjects, landscapes, and power projects. To this end, the theory of Symbolic Vectors (Oliveira, 2017) is used coupled with the discussion of spatial marks and traces (Veschambre, 2008) and the political uses of landscape (Duncan; Barnes, 1992; Berque, 2014); the semiotic debate on iconography and the production of meanings and significances from images is one of the theoretical pillars of this thesis (Didi-Huberman, 2013; Santaella, 2012). From the instrumental point of view of research, the media force projected by journalistic vehicles becomes central, considering that this language is a producer of meanings and an instrument of power and counterpower in contemporary times (Steinberger, 2003). A mythical landscape is defined as the symbolic and geostrategic writing of urban images such as obelisks, towers, statues, festivals, forts, holidays, rituals, celebrations, etc. In contemporary times, a narrative is observed, constituted, among many elements, by the media-communicational power that is constantly updated, traversing space and time as it absorbs the urban landscape and mythifies it. Thus, ideomaps (cognitive cartography) are used to represent forms of religious symbolism, political civicism, and heroic patriotism as geographical and strategic dimensions—hence geostrategic—that construct imaginaries and manage spaces in national projects. Therefore, a

reflection on the marks of colonization and its imagistic-landscape ramifications in Latin America is demonstrated from the two cities investigated empirically—Rio de Janeiro/RJ and São Paulo/SP—, from specific examples in other Brazilian realities, and from an incursion through the Theory of Social Representations (Moscovici, 2008) with subjects inserted in journalistic production in Brazil in order to also discuss how subjects directly linked to the constructions of meaning of the world see the processes investigated in this research.

Keywords: Latin America; bicentennial; monument; geostrategy; mythical landscape.

RESUMÉ

Cette thèse étudie l'utilisation politique et symbolique d'images monumentales et rituelles lors du Bicentenaire brésilien (1822-2022), qui composent les paysages urbains latino-américains. En d'autres termes, cette recherche aborde une question théorique et épistémologique dont les éléments empiriques et documentaires deviennent les forces motrices de la méthodologie à partir d'une approche qui intègre des éléments de géographie culturelle et politique. La thèse propose que la colonisation ibérique en Amérique latine a été un processus de domination spatiale avec des ramifications imagétiques contemporaines – matérielles et immatérielles – qui se renforcent spatialement et stratégiquement dans les rituels des commémorations civiques des mouvements d'indépendance. Ainsi, notre objectif principal est d'analyser, à partir des concepts de géostratégie et de géotactique, le processus de symbolisation dans la formation de paysages mythiques. L'approche temporelle de cette recherche se concentre sur des phénomènes spatio-temporels, matériels et immatériels, des vingt-quatre premières années du siècle actuel (2000-2023), où le pouvoir symbolique des monuments politico-culturels se renouvelle avec l'arrivée des dates. De plus, les événements civiques, politiques et sociaux tels que les protestations et les manifestations d'une énorme puissance symbolique font également partie de l'intérêt de la recherche, surtout lorsqu'ils s'approprient, de manière tactique, des éléments spatiaux fixes. Dans le cadre théorique et méthodologique, l'objectif est d'analyser les géostratégies de symbolisation et leurs géotactique respectives dans la formation de paysages mythiques, permettant ainsi d'analyser les relations entre les sujets, les paysages et les projets de pouvoir. Pour ce faire, on utilise la théorie des Vecteurs Symboliques (Oliveira, 2017) couplée à la discussion des marques et des traces spatiales (Veschambre, 2008) et des usages politiques du paysage (Duncan ; Barnes, 1992 ; Berque, 2014); le débat sémiotique sur l'iconographie et la production de sens et de significations à partir des images est l'un des piliers théoriques de cette thèse (Didi-Huberman, 2013; Santaella, 2012). Du point de vue instrumental de la recherche, la force médiatique projetée par les médias devient centrale, considérant que ce langage est un producteur de sens et un instrument de pouvoir et de contre-pouvoir à l'époque contemporaine (Steinberger, 2003). On appelle paysage mythique l'écriture symbolique et géostratégique des images urbaines telles que les obélisques, les tours, les statues, les fêtes, les forts, les jours fériés, les rituels, les célébrations, etc. À l'époque contemporaine, on observe un récit constitué, entre autres éléments, par le pouvoir médiatique et communicationnel qui se met à jour de manière constante en traversant l'espace et le temps au fur et à mesure qu'il absorbe le paysage urbain et le mythifie. Ainsi, on utilise les idéocartes (cartographie cognitive) pour représenter

les formes du symbolisme religieux, du civisme politique et du patriotisme héroïque comme des dimensions géographiques et stratégiques – donc géostratégiques – qui construisent des imaginaires et gèrent les espaces dans les projets de nation. Par conséquent, une réflexion sur les marques de la colonisation et ses ramifications imagéotiques-paysagères en Amérique latine se démontre à partir des deux villes étudiées empiriquement – Rio de Janeiro/RJ et São Paulo/SP –, d'exemples ponctuels dans d'autres réalités brésiliennes et d'une incursion par le biais de la Théorie des Représentations Sociales (Moscovici, 2008) avec des sujets insérés dans la production journalistique au Brésil afin de débattre également de la manière dont les sujets directement liés aux constructions de sens du monde voient les processus étudiés dans cette recherche.

Mots-clés: Amérique Latine ; bicentenaire; monument; géostratégie; paysage mythique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ideograma sobre os vetores de análise das paisagens míticas.....	30
Figura 2 – Ideograma com o principal arranjo teórico da tese.....	33
Figura 3 – Ideograma apresentando o percurso documental midiático-jornalístico da tese.....	36
Figura 4 – Monumento “Tortura Nunca Mais”, Recife/PE.....	42
Figura 5 – Ideograma com itinerário teórico-metodológico do capítulo dois.....	43
Figura 6 – Desenhos rupestres na Serra da Capivara no estado do Piauí, Brasil.....	44
Figura 7 – a) Monumento a Dom João VI; b) Monumento a Dom Pedro II; c) Monumento a Rui Barbosa.....	57
Figura 8 – a) Monumentos a Pedro Álvares Cabral; b) Monumento às Bandeiras; c) Mausoléu Obelisco aos Heróis de 1932, São Paulo/SP, Brasil.....	58
Figura 9 – Estátua do então presidente Jair Bolsonaro, Passo Fundo, Rio Grande do Sul.....	60
Figura 10 – Estátua do então presidente Jair Bolsonaro jogada ao chão em depósito de materiais recicláveis em Passo Fundo/RS.....	60
Figura 11 – Ideograma apresentando o itinerário teórico-metodológico do capítulo três.....	63
Figura 12 – a) e b) Monumento a José de Alencar em praça homônima no Centro de Fortaleza, Ceará.....	67
Figura 13 – Roberto Cláudio (PDT), então prefeito de Fortaleza entrega Praça José de Alencar requalificada; Monumento a José de Alencar, Fortaleza/CE.....	68
Figura 14 – a) Panorâmica da Praça de Maio com a pirâmide ao centro; b) detalhe da Pirâmide ou Obelisco de Maio em Homenagem à Revolução de Maio.....	76
Figura 15 – Monumentos em homenagem ao General San Martín em diferentes países, a) Praça San Martín em Buenos Aires; b) Parque Oeste em Madrid; c) Na Avenida Virgínia e 20th Street, Washington; d) Em Entre Rios – Paraná.....	78
Figura 16 – a) Monumento al Bicentenario de la Independencia; b) Monumento a los Héroes de la Independencia; c) Monumento Nacional a la Bandera.....	79
Figura 17 – O então presidente argentino Macri discursa na cidade de Humahuaca, Argentina, 2016.....	80

Figura 18 – Mausoléu de José Gervasio Artigas na Praça Independência, Montevideú, Uruguai.....	81
Figura 19 – Monumentos localizadas em cidades Uruguaias: a) Obelisco aos Constituintes de 1830; b) Obelisco aos Fundadores de Trinta e Três; c) Monumento aos Trinta e Três Orientais.....	82
Figura 20 – Complexo onde a Exposição do Centenário foi realizada na cidade do Rio de Janeiro; Cartaz de divulgação da exposição.....	86
Figura 21 – Monumento às Bandeiras, São Paulo/SP, Brasil.....	87
Figura 22 – a) Monumento em homenagem a Anhanguera, no Jardim Paulista, b) Monumento em homenagem a Borba Gato em Santo Amaro, ambos em São Paulo.....	88
Figura 23 – a) Monumento à Independência brasileira; b) Parte frontal externa do Museu do Ipiranga, São Paulo/SP.....	90
Figura 24 – Logotipo da iniciativa “Rio, Capital da Independência; O prefeito Eduardo Paes em apresentação sobre as ações da iniciativa.....	91
Quadro 1 – Principais projetos conduzidos pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.....	93
Figura 25 – Geotática utilizada por manifestantes para ocuparem monumento em homenagem ao general Baquedano, após tingí-lo de vermelho. Santiago, Chile. Ano de 2020.....	102
Figura 26 – Monumento a Sebastián de Belalcázar é derrubado em Cali, Colômbia, 2021.....	103
Figura 27 – a) Panorâmica do centro da Cidade do México com visão aérea do Monumento Anjo da Independência; b) Detalhe do Anjo da Independência no topo do pedestal.....	105
Figura 28 – Acúmulo expressivo das comunicações geotáticas na base do monumento Anjo da Independência como forma de manifestação, Cidade do México, 2019.....	107
Figura 29 – Obelisco de Buenos Aires passa por intervenção artística, Buenos Aires, Argentina, 2005.....	108
Figura 30 – A imponência do Obelisco de Buenos Aires – Argentina, localizado no centro da cidade. Monumento utilizado em diversas formas de publicidade.	109

Figura 31 – Manifestante escala monumento militar empunhando bandeira Mapuche, Santiago, Chile, 2019.....	111
Figura 32 – O então presidente Jair Bolsonaro posa para foto em frente à monumento em sua homenagem, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2022.....	112
Figura 33 – Policial federal reúne fragmentos de monumentos danificados em ataque ao STF, Brasília, Brasil, 2023.....	113
Figura 34 – Passeata realizada em 1995 na primeira edição do Grito dos Excluídos.	115
Quadro 2 – Temas do Grito dos Excluídos de 1995 até 2023.....	116
Figura 35 – Cartaz do Grito dos Excluídos de 2022.....	117
Figura 36 – Logotipo do Bicentenário da Independência do Brasil proposto pelo Governo Federal.....	124
Figura 37 – Imagens produzidas pela SECOM em alusão aos personagens históricos elencados como “Heróis da Independência”	124
Figura 38 – Imagens produzidas pela SECOM em alusão aos personagens históricos elencados como “Heroínas da Independência”	126
Figura 39 – Ao centro, obelisco de Bragança – Pará, em alusão ao centenário de independência do Brasil.....	129
Figura 40 – Festejos em alusão aos Caboclos como personagens importantes do processo de independência do Brasil na Bahia.....	132
Quadro 3 – Relação entre os assuntos trabalhados na tese e as perguntas do roteiro de entrevistas.....	141
Figura 41 – O então presidente da república Jair Bolsonaro acena para o público em 7 de Setembro de 2022, Brasília, Brasil.....	144
Figura 42 – Ideograma com as principais representações sociais ligadas aos dilemas do Bicentenário da Independência do Brasil.....	147
Figura 43 – Monumento a Zumbi dos Palmares, Rio de Janeiro, Brasil.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
COMPARE	Comunicação Patrimonial e Representações do Espaço
DF	Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LEGES	Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos
OPPALA	Observatório de Paisagens Patrimoniais e Artes Latino-Americanas
PA	Pará
PE	Pernambuco
PPGGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação – Governo Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	19
2	INTRODUÇÃO.....	22
2.1	Paisagens míticas: textualidade, geopolítica e simbolização.....	26
2.2	Embate simbólico: geoestratégia e geotática na construção de paisagens urbanas.....	30
2.2	Metodologia em triangulação documental: imagens, mapas e discursos.....	33
3	GEOGRAFIA DE PAISAGEM MONUMENTAIS.....	41
3.1	Relação espaço-imagem-paisagem: comunicação e espaço.....	43
3.1.1	<i>A paisagem como texto e como discurso.....</i>	46
3.1.2	<i>Os cenários urbanos.....</i>	48
3.1.3	<i>Símbolos, signos e ícones paisagísticos.....</i>	50
3.2	Monumentos e rituais como documentos de civilização.....	54
3.2.1	<i>O culto urbano aos monumentos.....</i>	56
3.3	Paisagem política e o arquétipo heroico.....	59
3.3.1	<i>Arquétipo do herói.....</i>	61
3.3.2	<i>A paisagem como instrumento político.....</i>	62
4	GEOESTRATÉGIAS URBANAS: AÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS.....	65
4.1	A mítica das paisagens: como se efetiva um projeto significativo.....	66
4.2	Monumentos e Urbanidades Latino-americanos.....	74
4.2.1	<i>Paisagens e heróis do duplo bicentenário da Argentina (1810/1816 – 2010/2016).....</i>	75
4.2.2	<i>Paisagens do Centenário Republicano Uruguaio (1825/1828-1925/1928)</i>	80
4.3	Geoestratégias Urbanas no Eixo Rio-São Paulo.....	83
4.3.1	<i>Marcas e traços espaciais no centenário da independência do Brasil (1822-1922).....</i>	84
4.3.2	<i>As Bandeiras e a construção da São Paulo Desbravadora.....</i>	86
4.3.3	<i>Rio de Janeiro: a cidade imperial brasileira.....</i>	91
4.4	Capital da Independência: Rio de Janeiro ou São Paulo?.....	92
5	GEOTÁTICAS URBANAS: REAÇÕES TEMPO-ESPACIAIS.....	100
5.1	Geotática como reação tempo-espacial às espacialidades monumentais.....	101
5.1.1	<i>Mediações simbólicas no espaço: como a mídia impacta a paisagem?.....</i>	107

5.1.2	<i>Por que manifestantes escalam monumentos?</i>	110
5.2	O uso eleitoral das paisagens míticas na capital nacional.....	111
5.3	Geotática no 7 de Setembro: O Grito dos Excluídos.....	114
6	MONUMENTALIDADE DINÂMICA: RITUALIDADES NO CONTEXTO DOS BICENTENÁRIOS BRASILEIROS	121
6.1	A paisagem mítica na era das imagens e da mídia.....	122
6.1.1	<i>O Panteão dos Heróis da Independência (estático e fragilizado pelo processo eleitoral)</i>	123
6.2	“Outras” Independências Brasileiras.....	127
6.2.1	<i>A Independência no Norte do Brasil: 15 de agosto no Pará (1823-2023)</i>	127
6.2.2	<i>A outra independência brasileira: 2 de julho em Salvador (1823-2023)</i>	130
7	PAISAGEM, MÍDIA E REPRESENTAÇÃO: DIALOGICIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	135
7.1	Representações sociais e dialogicidade das fontes.....	136
7.2	Dialogicidade das fontes a partir de interlocuções: a montagem das entrevistas.....	138
7.3	Produção e circulação de sentidos por meio do discurso jornalístico.....	141
8	CONCLUSÕES: PAISAGENS MÍTICAS COMO ICONOGEOGRAFIA.. REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JORNALISTAS, COLUNISTAS, INFLUENCERS E PODCASTERS SOBRE A COBERTURA DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-2022)	165
	APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE CONTATOS DE JORNALISTAS, COLUNISTAS, INFLUENCERS E PODCASTERS SOBRE A COBERTURA DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-2022)	166
	ANEXO A – PROJETO DE LEI Nº 404/2020	172
	ANEXO B – PROJETO DE LEI Nº 422/2020	173

1 APRESENTAÇÃO

Devo tomar a liberdade de fazer a apresentação desta tese escrevendo na primeira pessoa do singular. Esta opção se dá principalmente para demarcar a subjetividade do pesquisador no momento inicial de concepção da pesquisa, da execução da mesma e da apresentação de seus resultados. O texto começa com um sujeito “eu” (mesmo que oculto) e à medida que avança encontro o “outro” na composição da terceira pessoa do singular que assumirá a dianteira a partir do texto introdutório e vai dar voz ao processo narrativo e dissertativo dos produtos e reflexões que serão apresentados.

Realizo este percurso entre a individualidade e a coletividade em um exercício de demarcação da alteridade que denota mais do que a soma de intenções, simboliza a própria construção de um produto que nunca é e nem deve ser individualizado. A ciência é produzida coletivamente, a tese construída tem a assinatura de todos que, em algum momento, cruzaram o meu caminho. Orientador, membros do laboratório, curso de pós-graduação, grupo de estudo, observatório, rede de pesquisa etc. são as “instituições” que constituem a identidade do pesquisador que agora escreve aos interlocutores um texto que é, em certa medida, produto de suas experiências, vivências e subjetividades acumuladas; e agora organizadas para *fazer sentido*.

Fui pego de surpresa – junto aos outros bilhões de habitantes do planeta – no acender das luzes do ano de 2020 pela pandemia de covid-19 que impôs um regime de vida que a sociedade contemporânea demorou a assimilar, isto é, de repente estávamos em isolamento sanitário, voos sendo cancelados, aulas suspensas e quaisquer atividades que não merecessem o rótulo de “essencial” deveriam ser imediatamente interrompidas. Estávamos, enquanto sociedade, ilhados e confusos em nossas residências rodeados por um mar de incertezas, temores e, infelizmente, falsas informações que duraria, pelo menos de forma intensa, dois anos. Foi neste contexto que as primeiras remodelações da pesquisa começaram a surgir, afinal em março de 2020, logo após o início da pandemia, o primeiro trabalho de campo da pesquisa programado para as cidades de Buenos Aires (Argentina), Colônia do Sacramento e Montevideu (Uruguai) foram suspensos devidos aos protocolos de saúde que cancelaram as passagens e conseqüentemente a viagem.

Percorri no mestrado três estados do Nordeste na investigação a respeito dos totens católicos e suas implicações na paisagem. O primeiro anteprojeto deste trabalho se inspirava nesta empiria para construir a metodologia que conduziria a tese, porém a impossibilidade de deslocamento e as incertezas relacionadas à pandemia impuseram a necessidade de se pensar

alternativas para a condução da investigação. O foco, portanto, passa a ser a análise documental e midiática em torno do fenômeno. Afirmo com tranquilidade que foi uma decisão acertada, pois esse outro olhar para a pesquisa permitiu refletir sobre novos aspectos teórico-epistêmicos em relação a produção de conhecimento e captura dos dados.

Discutir a monumentalidade relacionada aos personagens heroicos que cada nação escolhe para si e os mitos fundados que estão relacionados a eles me levou imediatamente para a aproximação com as notícias, textos e artigos de opinião relacionados ao bicentenário do processo de independência do Brasil. Aproximação que ajudou a dar os novos contornos ao objeto e aos aspectos metodológicos e instrumentais da pesquisa. Tinha agora em mãos um objeto de pesquisa que a cada dia que passava se constituía como um “interesse nacional” e uma metodologia que cada vez percebia mais potencial na análise documental através da produção jornalística em diferentes escalas. O fenômeno da paisagem enquanto texto e toda sua potência comunicacional que havia sido explorado no curso de mestrado assumia agora novos contornos e se abria para inúmeras possibilidades de reflexão dentro da Geografia cultural.

A chegada ao ano de 2022 trouxe novos elementos para a discussão. Era sabido que as eleições do ano seriam tensas, no entanto, não considerei que afetariam diretamente os resultados da pesquisa por meio da condução que o Governo Federal fez das celebrações em torno do mencionado bicentenário e das reverberações que o resultado das urnas trouxe para o povo brasileiro: *iconoclastia à brasileira*. Ora, se um processo de campanha permanente coloca um personagem político no centro das atenções dos noticiários, das paisagens, dos espaços e dos tempos que a pesquisa se propõe a analisar, é justo que a análise não tape os olhos diante das dinâmicas políticas, eleitorais, culturais, midiáticas e comunicacionais que se impõem sobre os fenômenos investigados.



INTRODUÇÃO



2 INTRODUÇÃO

No ano de 2021, a cidade de São Paulo/SP vivenciava turbulentos protestos e a estátua de um bandeirante – gigante, imóvel e feita de concreto – ardia em chamas ao passo que desaparecia no meio da fumaça preta. Temos uma imagem constituída e três perguntas que surgem para dar partida nesta reflexão. Perguntas que estão direta e indiretamente relacionadas ao fenômeno estudado. i) Qual a necessidade de atear fogo e tentar derrubar a estátua? ii) Por que há quem defenda uma pilha de concreto e aço? iii) Afinal, é crime ou não depredar um monumento desta maneira? As perguntas possuem intencionalidades diferentes e respostas igualmente distintas. Podemos até dizer que é um diálogo entre três sujeitos, cada um com uma intenção e uma visão diferente do processo de destruição da obra monumental. Sentados a mesa neste debate hipotético, levantam as questões um sujeito que assume postura de defensor, outro sujeito que age como acusador daqueles que degradam a estátua e um terceiro sujeito que falsamente coloca em sua pergunta uma ingenuidade que emana certa neutralidade entre dos dois primeiros posicionamentos.

Nenhuma das perguntas será respondida nesta introdução, porém ajudam a entender como são vastas as possibilidades de cenários e imaginários que determinadas imagens, midiaticamente explosivas, podem gerar. Os veículos de informação, dos massificados aos mais independentes, pulverizam imagens, estáticas e em movimento, em um ritmo cada vez mais acelerado e tais imagens constroem imaginários, motivam discussões, moldam opiniões, mobilizam ações, validam narrativas e contra narrativas ao passo que produzem espaços. As imagens inscritas em paisagens urbanas e mobilizadas pela mídia articulam símbolos, opiniões e tensões. Os sujeitos hipotéticos acima mencionados são apenas três visões entre milhares (ou milhões), no entanto, são visões conflitantes, politicamente posicionadas e espacialmente localizadas. É justamente neste nó entre espaço, política e mídia que esta tese se inicia.

As imagens estão por toda parte e até com os olhos fechados é impossível fugir delas. Filmes, novelas, plataformas de produtos audiovisuais e programas de televisão que entorpecem interlocutores; publicidade desenfreada que ocupa cada centímetro dos tecidos urbanos e aplicativos virtuais; campanhas político-eleitorais milionárias, golpes e contragolpes que se apoiam em discursos imagéticos; até mesmo a obsessão pela imagem de si que atinge níveis agudos por meio da multiplicação de *selfies* em redes sociais. Enquanto isso, a popularidade global da fotografia se mantém; temos também exposições de arte e pinacotecas lotadas; grafites, colagens e pichações pulsam nos muros metropolitanos. As situações descritas acima, entre um oceano de outras, nos apresentam algumas ideias iniciais que ajudam a

compreender como a ascensão de uma espécie de “cultura das imagens” é uma realidade presente na modernidade, pós-modernidade e hipermodernidade, isto é, na soma destes “universos paralelos” que, de modo conciso, podemos chamar de contemporaneidade. Como afirma Didi-Huberman: “[...] nunca a imagem se impôs com tanta força em nosso universo estético, técnico, cotidiano, político, histórico” (Didi-Huberman, 2012, p. 209). O autor busca demonstrar a centralidade simbólica que a imagem assume na sociedade de hoje, seja como alvo do louvor ou do horror. Ele completa dizendo que a imagem nunca “mostrou tantas verdades tão cruas; nunca, sem dúvida, nos mentiu tanto solicitando nossa credulidade; nunca proliferou tanto e nunca sofreu tanta censura e destruição.” (Idem).

É conhecendo o poder e o alcance que as imagens possuem que os grandes empreendedores da visibilidade assumem função de marqueteiros visuais e atuam como promotores do espetáculo imagético. Usam e abusam de paisagens, ícones, totens, símbolos, entre outros elementos semióticos em suas empreitadas. Deste modo, projetos de poder (hegemonias culturais, ideologias políticas, lógicas mercadológicas etc.) têm a necessidade da manipulação estratégica da paisagem como imagem, como símbolo e como texto. Neste sentido, temos dimensões repletas dos significados que se desejam (re)produzir, alavancar ou difundir (Duncan, 2004). Pois, como aponta Besse: “a paisagem é, antes de tudo, um espaço submetido a uma vontade de controle, visual e estratégico” (2014, p. 107).

Gottmann (1952) já apontava a fundamentalidade das imagens e símbolos – e da iconografia de maneira geral – na constituição dos territórios e das nações. Identidades, paisagens, discursos, narrativas legitimadas são alguns dos elementos simbólicos que podemos citar como exemplo da articulação em torno dos símbolos, isto é, dos processos de simbolização e seus desdobramentos espaciais (Almeida; Arrais, 2013). Esta tese investiga o uso político-simbólico de imagens monumentais, que compõem paisagens urbanas latino-americanas. Os monumentos, nesta pesquisa, são entendidos como estruturas materiais que estão alicerçadas em um simbolismo repleto de conexões com eventos do passado e projeções para o futuro. A paisagem é marcada por monumentos e um jogo de interesses se reorganiza a cada erguimento. É fundamental destacar que em nosso estudo consideramos como monumentos não apenas bustos, estátuas ou esculturas, mas toda obra visual expressa monumentalmente na paisagem, como templos, praças, rituais, celebrações e até manifestações.

A aproximação com o objeto analisado nesta tese inicia ainda na pesquisa de mestrado (Rocha, 2018) e mantém conectividade temática através do interesse por estruturas simbólicas materializadas e ritualizadas no espaço. Se na pesquisa anterior o interesse principal se dava pelos totens católicos – grandes estátuas católicas que coroam santuários católicos –

espalhados pelo nordeste brasileiro, nesta pesquisa o recorte análise se amplia. A seleção de localidades dentro do Brasil expande-se e outras cidades latino-americanas são selecionadas para compor a reflexão. Estudar estruturas simbólicas implicou analisar os processos que envolveram sua gênese, ascensão, manutenção e potenciais declínios. As análises não se restringiram às peças em si, mas dialogaram também com diversos personagens envolvidos com os múltiplos cenários em questão. Sobre esta questão é fundamental ressaltar o vínculo com o *Laboratório de Estudos Geoeducacionais & Espaços Simbólicos* (LEGES), vinculado ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), bem como o *Observatório de Paisagens Patrimoniais & Artes Latino-Americanas* (Rede Oppala). Espaços abrigadores de debates frutíferos e capazes de potencializar as discussões realizadas e pretendidas. Paisagem, patrimônio e símbolos são alguns dos temas prediletos dentro desta pesquisa e alvos prioritários também dos grupos de pesquisa acima mencionados.

Ainda nesta linha, a paisagem como potência analítica e principal veículo de compreensão dentro da metodologia, assentada na geografia cultural, é outro ponto que merece destaque nesta exposição sobre os traços de conexão existentes entre as duas pesquisas. Paisagem religiosas compostas, sobretudo, por totens católicos, mas adornadas também por templos, vendas, ônibus, pousadas e, principalmente, multidões foram fundamentais na formulação de uma proposta metodológica de análise a partir de múltiplas dimensões, isto é, um exercício de desconstrução paisagística inspirado, entre outros textos, nos trabalhos de Giuliana Andreotti (2012; 2013). O presente texto permanece conectado as discussões de paisagem, mas também abarca elementos de uma geografia política na formação desta paisagem. No entanto, mais que uma desconstrução analítica esperamos construir uma reflexão teórica-epistêmica, apoiados na categoria analítica de paisagem, em torno de uma geografia conceitual com elementos empíricos complementares.

Portanto, o que chamamos de *mítica das paisagens* se compõe a partir de geoestratégias e suas respectivas forças reativas. Tais forças revelam o caráter principal de nossa tese: uma reflexão em torno dos elementos imaginários, socioculturais e semióticos na composição de estruturas materiais e imateriais repletas de simbolismos que compõem múltiplos espaços urbanos na América Latina. Cabe destacar que o mito não é meramente reduzido à metáfora dentro deste jogo de palavras. É trazido aqui, no entanto, como uma adjetivação possível da paisagem através da categoria do mito que traz múltiplas representações como um saber-mundo e como demonstração de poderes coletivos explicativos (Campbell, 1988).

Mito e política, neste sentido, são incorporados à nossas reflexões espaciais sobre a instrumentalização da paisagem. Apontamos no fechamento da pesquisa de mestrado que “pensar uma geopolítica da iconografia nos exige um exercício de reflexão sobre um universo que é muito mais amplo. Seja no Brasil, na América Latina ou na Europa, ícones monumentais (religiosos ou não) são erguidos sob diversas bandeiras e pretextos.” (Rocha, 2018, p. 129). Neste sentido, discutiremos adiante estas múltiplas bandeiras e pretextos, isto é, as motivações em torno dos projetos significantes (Monnet, 2006) e de poder que impregnam as paisagens urbanas.

Importante e indispensável destacar a utilização dos *ideomapas* (mapas de ideias) durante a condução desta pesquisa. O objetivo é utilizá-los em múltiplos contextos e situações, seja para apresentar resultados, elaborar proposições teórico-metodológicas, expor dúvidas, relacionar conceitos ou auxiliar na montagem de bancos de dados. Estas estruturas possuem muitos outros rótulos e aplicações, pois são ilustrações compostas basicamente de caixas, textos e setas, porém também podem trazer outros elementos que se julgue necessário. Não intentamos a construção de um modelo fechado e rígido a respeito do que são estas estruturas, pois a fluidez, a criatividade e a liberdade de construção são suas principais premissas.

O ideograma não é sinônimo de mapa mental (Kozel, 2018), fluxograma, infográfico, mapa-fractal (Oliveira; Paiva; Ferreira, 2021) ou esquema, mas também não é o completo oposto destas elaborações. Vale frisar que eles se inspiram nessas estruturas, pois também relacionam ideias de modo espacial e multidimensional. Os mapas de ideias relacionam-se com conceitos clássico da cartografia, mas também os transbordam a partir do momento que cartografamos aspectos cognitivos.

Desta forma, o ideograma, como o próprio nome sugere, agrupa e articula ideias espacialmente – informações, noções, conceitos, cognições, fatos, premissas, relações, percepções – para que ao sairmos da linearidade que o texto em prosa nos apresenta e nos acostuma, permita-nos visualizar outras conexões. Não é simplesmente um mapa mental, um mapa cognitivo ou um mapa conceitual (Okada, 2006), mas mapas como estes citados também podem ser considerados ideogramas, pois o principal objetivo da construção de um novo substantivo é dar substância de conceito a uma proposição que é, em certa medida, metodológica. Assim como Oliveira, Paiva e Ferreira (2021) visamos reunir noções, sentimentos, valores, vivências e perspectivas a partir do termo *ideo* (ideia) e partimos para a reunião das partes principais uma situação ou fenômeno visando uma sistematização analítica (Oliveira; Paiva; Ferreira, 2021).

Os tópicos a seguir visam explicitar: i) a construção do objeto, as principais hipóteses delineadas e os objetivos da tese; ii) as intenções do referencial teórico, parte fundamental desta pesquisa; e iii) a exploração metodológica realizada a partir do diálogo estreito com fontes documentais, sejam elas normativas, midiáticas ou bibliográfica, além dos exemplos empíricos.

2.1 Paisagens míticas: textualidade, geopolítica e simbolização

Pensar, neste contexto, a constituição de uma paisagem mítica que se constrói a partir de monumentos e rituais aos santos da terra, aos heróis da pátria e aos ideários de nação é em si um demonstrativo do processo de simbolização que reproduz um discurso oficial com pretensões canônicas (Barnes; Duncan, 1992). Objetivando refletir sobre tais fenômenos, temos como recorte espaço-temporal do estudo a América Latina, considerando algumas capitais nacionais e regionais, sendo elas detentoras do poder por meio do viés político-administrativas ou figurando como referências históricas e simbólico-culturais no processo de formação de seus respectivos territórios nacionais. Sendo assim, cinco cidades são referenciais dentro do quadro geográfico, histórico, cultural e econômico brasileiro e formam o universo de investigação documental com exemplificações empíricas complementares, a saber: as cidades de Brasília, Belém, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. No tocante aos paralelos necessários à reflexão dentro do contexto latino-americano nos debruçamos na Argentina sobre a capital Buenos Aires e a cidade de São Miguel de Tucumã; enquanto no Uruguai as cidades de Montevideú e Colônia do Sacramento recebem nossa atenção. Vale destacar que muitas outras cidades, em diversos países também foram palco de embates simbólico-paisagísticos e merecem destaque dentro do trabalho, como é o caso, por exemplo, da cidade de Cali na Colômbia.

O uso político e simbólico de imagens monumentais (espaciais e temporais) em paisagens urbanas é a espinha dorsal do presente trabalho. A paisagem é marcada por monumentos e rituais a partir de um jogo de interesses que se reorganiza a cada erguimento e/ou celebração. Estratégias que se desenham e se escrevem espacialmente (Duncan, 2004) são aqui lidas como geoestratégias, além disso, por se tratar de um processo diretamente ligado a construção de ícones, símbolos e imagens estas geoestratégias estão associadas a um processo de simbolização. Assim, refletir sobre uma paisagem urbana repleta de traços e marcas (Veschambre, 2008) que remetem a discursos míticos – em suas funções políticas, fundadoras, agregadoras, heroicas ou santificadoras – elegidos a uma oficialidade nacional é falar da formação de uma paisagem mítica. A paisagem mítica legitima discursos, seduz os cidadãos a

acreditarem na história dos vencedores, isto é, nas versões exitosas que mobilizaram e ainda mobilizam recursos materiais, pessoais, simbólicos e comunicacionais em torno de um projeto hegemônico. Deste modo, discutimos nos capítulos adiante como a paisagem mítica, articulada às geoestratégias, promove manifestações espaço-temporais a partir de uma estética urbana do triunfal.

Nosso principal objetivo é analisar a geoestratégia de simbolização das paisagens míticas, isto é, pretendemos apresentar resultados teórico-epistêmicos na geografia cultural, articulando elementos empíricos e documentais a partir de uma tratativa que envolve elementos epistemológicos próprios da abordagem cultural e política. As paisagens míticas são o centro de nossa análise; no entanto, é a reflexão associada sobre as geoestratégias de simbolização/construção destas paisagens que conduziu nossa pesquisa. Existem enfrentamentos cívicos, populares, institucionais em curso na América Latina, tais tensões por diversas vezes se desdobram através da paisagem e marcam o espaço urbano. Monumentos, obeliscos, celebrações, bicentenários, totens e feriados são alguns processos elementares que alimentam a reflexão aqui colocada, pois são reverberações de disputas hegemônicas que se concretizam por meio do processo de simbolização.

A partir destas reflexões cabe um questionamento: *Como atuam geoestratégias de simbolização (gestão e controle do espaço e do tempo) nos espaços urbanos latino-americanos a partir de articulações, vínculos e interesses político-culturais hegemônicos expressos na paisagem?* A pergunta em questão se desdobra em outros questionamentos que apontam variáveis a serem analisadas no curso da análise: a) Como os interesses sociais, culturais e patrimoniais moldam paisagens citadinas contemporâneas no contexto de políticas públicas de nacionalismo no contexto latino-americano? b) Quais as estratégias e táticas utilizadas para gerar invisibilizações público-patrimoniais de paisagens específicas em prol de um hiper visibilização de outras? c) Como os usos políticos do espaço urbano – a partir de interesses públicos e privados – constroem paisagens míticas e interferem em dinâmicas sociais, culturais, políticas e urbanas?

Os caminhos para se chegar nas respostas para as perguntas acima compõem as três principais hipóteses de nossa tese, isto é, temos um caminho triplamente demonstrativo na condução da pesquisa. O processo de simbolização é repleto de nuances e as respostas para tais perguntas exploram as seguintes perspectivas hipotéticas e vetoriais: i) Limites das Latinidades; ii) Controle de Visibilidades; iii) Dilatação de Disparidades. Esta triangulação permite relacionar distintas escalas, fontes e questionamentos na apuração da realidade geográfica em questão. Falar de limites, controle e dilatação nos auxilia na abordagem espacial das múltiplas

dimensões analíticas do estudo. Olhar o fenômeno a partir da paisagem permite visualizar latinidades, visibilidades e disparidades que se desdobram do jogo monumental e ritualístico em torno de marcações espaço-temporais.

Ao tratar dos limites das latinidades abordamos as dificuldades de efetivação das integrações nacionais (políticas, econômicas e culturais) na América Latina e como a construção das identidades em cada uma das nações recém surgidas após o processo colonial são frutos de um intenso processo de conflitos de interesse que tem raízes na ocupação europeia do continente em seus respectivos desdobramentos semióticos contemporâneos expressos nas paisagens urbanas. Toda nação precisa de heróis.

Discutir os controles de visibilidade preconiza que há uma seletividade espaço-visual em curso a partir de marcações na paisagem, sobretudo devido às características hipermodernas (Lipovetsky, 2007) da sociedade das imagens que vivemos. Vale considerar que as estratégias são pensadas e postas em prática para dar sentido e unidade à nação. São projetos a longo prazo, mas que estão sujeitos a forças reativas, as paisagens constituídas não são intocáveis, por outro lado, são chamarizes para outros autores sociais estabelecerem suas contestações, protestos e reivindicação. A visibilidade é disputada, entre aqueles que operam as estratégias e aqueles que respondem com as táticas. A paisagem é um campo de forças.

Por fim, ao tratarmos da dilatação de disparidades partimos da premissa de que elites econômicas, sociais e políticas (públicas e privadas) escrevem no espaço paisagens míticas e elegem personagens específicos à oficialidade a partir de um discurso legitimador. Este processo se evidencia quando olhamos para a realidade brasileira e a narrativa oficial se restringe aos principais centros econômicos, colocando à margem do processo de independência localidades que apesar de terem papel fundamental na formação da identidade nacional não aparecem no centro dos processos. A dilatação das desigualdades espaciais de um país também é discutir como cada uma de suas partes atuou no processo de formação nacional. O Brasil possui múltiplas centralidades e, portanto, múltiplas independências.

Metodologicamente, buscamos refletir a partir de múltiplas fontes documentais sobre a existência de um molde referencial de perpetuação de unidade socioespacial da nação através da instrumentalização da paisagem em diferentes escalas (locais, regionais e continentais) a partir da construção da imagem do triunfo heroico, do patriotismo ou até mesmo das religiosidades populares e oficiais. Este molde, por sua vez, apoia-se em uma dupla monumentalidade imagética; de um lado **monumentos estáticos** (fixos, concretos, materiais, espaço-temporais); e do outro lado, **monumentos dinâmicos** (rituais, festas, protestos, celebrações, imateriais, tempo-espaciais etc.). Em síntese, buscamos descrever as

geoestratégias que moldam as paisagens míticas e como as forças de reação aparecem neste jogo simbólico, as chamadas geotáticas.

Monumentos e rituais compõem o leque de exemplos empíricos e documentais de verificação comparativa. Ícones monumentais a heróis, eventos e santos; assim como celebrações ritualísticas a triunfos, datas magnas e bicentenários de independências nacionais nos permitem analisar as geoestratégias – e suas respectivas forças reativas ou contra vetores – de simbolização que compõem paisagens míticas a partir dos três vetores elencados: Latinidades, Visualidades e Disparidades (Figura 1). Para tal, os principais registros investigação desta perspectiva tripla se dá através de *fonte bibliográficas*, tais como textos científicos na forma de entrevistas, teses, artigos, livros etc.; *fontes midiáticas*, como por exemplo, notícias, reportagens, protestos, romances, documentários etc.; e *fontes normativas*, a saber: planos de turismo, regulamentações, legislação vigente, projetos de lei, planos de cultura, planos diretores etc.

Há um cruzamento, portanto, entre vetores de análise, fontes e recortes espaço-temporais. Desta forma, cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Salvador e Brasília, permitem realizar um efeito de checagem sobre elementos simbólicos (variáveis), no fixo dos monumentos e no fluxo das celebrações previstas para o bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022), fixos e fluxos estes já observados nos urbanismos das praças cívicas de cidade como Buenos Aires, ou seja, um país que já vivenciou na década seu bicentenário (1810-2010).

Cabe destacar que outras cidades latino-americanas também aparecem na discussão a respeito das forças reativas, pois nosso principal objetivo é discutir a paisagem como campo de forças e para tal é preciso estabelecer o seguinte entendimento: forças hegemônicas moldam os espaços urbanos no intento de contar as versões que deverão tornar-se a “história oficial da nação”. Entre tantos modos de perpetuar a tal oficialidade histórica nacional, temos os monumentos, os fixos espaciais que devem se perpetuar ao longo do tempo, uma dinâmica espaço-temporal fortemente ligada ao bem físico, material e estático, por outro lado, as forças de reação de atores sociais, sobretudo, não-hegemônicos – por isso com menos força de mobilização da paisagem urbana – se articulam por outras frentes, muito mais fluídas e constituídas através de fluxos, se acoplam aos fixos hegemônicos e os “profanam” em protesto, um protesto mais fugaz e que tem curta duração que demonstra, portanto, uma dinâmica tempo-espacial diretamente ligada aos fluxos e a dinamicidade das paisagens urbanas.

É neste contexto que os protestos ocorridos em Quito no Equador e o uso feito das principais peças monumentais da capital equatoriana nos interessa. Cali e Ibagué na Colômbia

são outras duas urbes que nos fornecem material para refletir a dinamicidade de fluxos e fixos paisagísticos. É válido citar, inclusive, as estátuas de Cristovam Colombo derrubadas em Baltimore (EUA) que apesar de fugir do recorte espacial latino-americano permanece no mesmo recorte temático e temporal de contestação dos fixos monumentais que representa uma narrativa cada vez mais desafiada. Junta-se a esta dinâmica o Chile e seus protestos que se iniciam na capital Santiago, porém rapidamente se estendem por todo o país. Estes são alguns exemplos complementares que ajudam a conduzir a reflexão em torno da dinamicidade latino-americana de fixos e fluxos monumentais. A figura abaixo apresenta os principais vetores de análise que compõem o escopo de nossa tese: a paisagem mítica.

Figura 1 – Ideograma sobre os vetores de análise das paisagens míticas.



Fonte: elaborado pelo autor.

2.2 Embate simbólico: geoestratégia e geotática na construção de paisagens urbanas

“Assim como não há forma sem formação, não há imagem sem imaginação” (Didi-Huberman, 2012, p. 208). Com este excerto, iniciamos a discussão sobre o processo imagético (envolvido de imagens e imaginação) de construção de obras monumentais impregnadas dos mais diversos simbolismos que, por sua vez, se estabelecem pelos mais diversos métodos. O

processo de simbolização, ligado diretamente aos detentores do poder hegemônico – financeiro, social, cultural e político – e do controle territorial direto, se realiza, sobretudo através da fixação de monumentos materiais, isto é, um projeto significativo que chamaremos aqui de *geoestratégias*. Entendendo, neste sentido, a geoestratégia como um processo mais amplo do ponto de vista espaço-temporal. Um processo que é ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo, isto é, que elabora mediante uma linearidade temporal a totalidade e a conquista de objetivos a longo prazo.

O processo de simbolização de resposta, por outro lado, protagonizado, sobretudo, por grupos marginais, se desdobra, muitas vezes, por meio dos fluxos rituais, manifestações, vandalismos, intervenções, num tom mais ligado a reação de caráter mais pontual e descontínuo. Chamados, por nós, de *geotáticas*. Entendendo a geotática, aquilo que ocorre durante o combate, após o seu início, isto é, as reações espacialmente realizadas necessárias à sobrevivência. As geotáticas se relacionam com as ações pontuais e diretas. Um fixo geoestratégico tem o potencial de gerar fluxos geotáticos, no entanto os fluxos também são potencialmente geradores de novos fixos. Certeau (2015) sobre a diferenciação de estratégias e táticas aponta que

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo - às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um "golpe", aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. Sob este aspecto, a diferença entre umas e outras remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem aliás mais a coerções que a possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma *hábil utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder (Certeau, 2014, p. 96-97, grifos do autor)

Uma geopolítica de visibilidades (Monnet, 2006), portanto, se esboça nas paisagens urbanas e é a força motriz dos processos de simbolização e ressimbolização analisados. Considerando a paisagem um campo de forças, nosso recurso analítico é a construção de um pensamento ao mesmo tempo diabólico (aquele que separa), dialógico e dialético a respeito dessa geopolítica dos símbolos. Portanto, separamos, fazemos dialogar e desconstruímos, diabólico-politicamente, as ações espacialmente tensionadas através da paisagem mítica em dois agrupamentos principais: geoestratégias e geotáticas. Este movimento duplo é apoiado, sobretudo, na filosofia de Michel de Certeau, pois concordamos que a tática é a arte do fraco, mas ampliamos e a consideramos também a arte do outro, do vizinho, do forasteiro, do não-hegemônico, do marginal e de todo aqueles que buscam tempo, espaço e poder para manter sua existência. Neste campo de forças, os símbolos e as imagens são fundamentais na estruturação

de projetos significantes, pois “as forças são distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado à sua visibilidade.” (Certeau, 2014, p. 95).

Para pensar fixos e fluxos expresso espacialmente é coerente debater a evolução e diversidade semântica em torno da discussão paisagística dentro da ciência geográfica. Visamos compreender a textualidade e os discursos presentes na paisagem a partir de uma leitura cultural e humanista do conceito, para tanto discutimos a relação entre paisagem e política a partir de Monnet (2006), Duncan (2004), Cosgrove (2004) e Besse (2014); discutimos também as interseções entre paisagem e sentimento de mundo em diálogo com Andreotti (2012; 2013) Claval (2004) e Berque (1998). Não é pretensão desta tese apresentar a trajetória conceitual completa e exaustiva do conceito. Buscamos, por outro lado, fomentar o debate a partir das referências principais, tais como os aspectos sociais da paisagem ligada ao humanismo, o papel dos discursos, o uso político da paisagem e os componentes morfológicos das paisagens culturais.

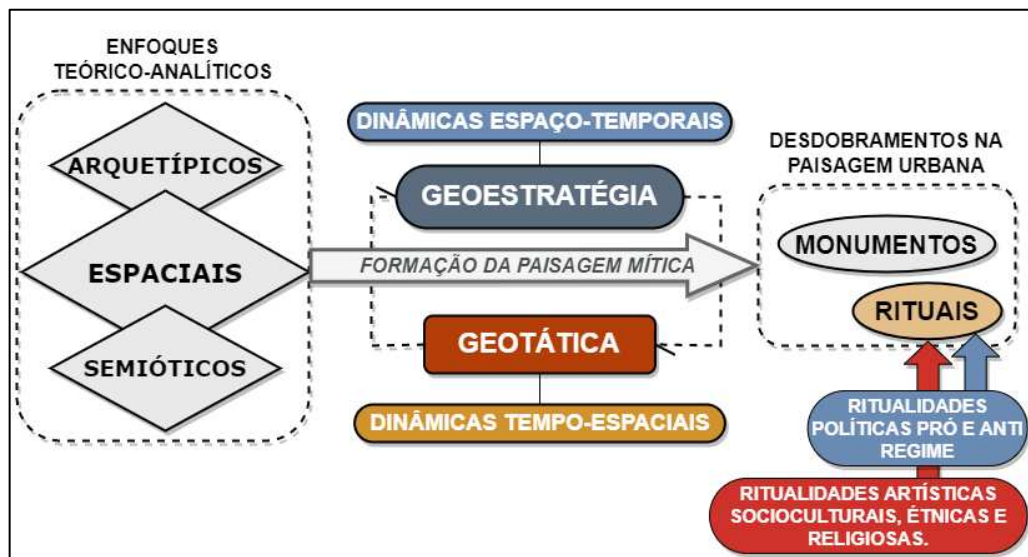
Destruir ícones e símbolos não significa, necessariamente, lançar ao chão representações sacras e as vê-las se espatifar. O processo de destruição simbólica também se dá através de substituições, adaptações, invisibilizações, isto é, a destruição de um símbolo também pode ser um processo sutil, silencioso, passivo e lento. Ao tratar de territórios, paisagens, lugares e da fluidez com que estes espaços se transformam, o termo ressignificação aparece com frequência para balizar as discussões, no entanto, há um processo imagético e semiótico que envolve o processo de ressignificação. Falar de significados é falar também dos símbolos e, neste sentido, a ressignificação dos lugares, em certa medida, também passa por um processo de ressimbolização. Ao tratar de símbolos, ícones, visualidade e iconoclastia, é prudente trazer para o debate Santaella (2012), Latour (2008) e Veschambre (2008). As teorias de imagem nesta pesquisa são conduzidas a partir do diálogo com Pierce (2005), Panofsky (1979), Didi-Huberman (2010; 2013) que ajudaram a estruturar o pensamento a respeito do poder que as imagens possuem, sobretudo a partir da exploração entre o que é meramente visível e o que é completamente visual.

A estética do triunfal se relaciona com os arquétipos construídos para representar os heróis da pátria. Nesta discussão relacionada aos arquétipos Campbell (1999) e Jung (2003; 2000) são as bases para pensar como as relações preexistentes em cada indivíduo de forma inconsciente influenciarão as crenças, opiniões e expectativas formuladas na composição atual do ser humano, ao passo em que estabelecem uma relação com uma consciência que é mais definida. Os que chamamos aqui de heroísmo construído a partir de imagens possuidoras da estética do triunfal aponta para a ideia de uma narrativa oficial que seleciona e destaca

personagens, grupos e/ou acontecimentos à uma centralidade simbólica que por meio de monumentos e rituais espacializam, isto é, os fixam na paisagem urbana ao criar as marcas e traços espaciais (Veschambre, 2008).

Esta tese faz a relação entre os conceitos de imagem (dimensão semiótica) e paisagem (dimensão espacial) para tratar das peças monumentais e de seus usos políticos. A manipulação da paisagem se dá através da constituição de imagens, seja nas estratégias ou nas táticas. As paisagens monumentais ligadas a estética do triunfal (dimensão arquetípica) e suas múltiplas imagens é o principal motor teórico e epistêmico da nossa discussão. As forças de ação e reação são capturadas metodologicamente pela mídia, este campo extremamente amplo, disputado, tensionado e igualmente recheado de imagens com múltiplas estéticas e intencionalidade.

Figura 2 – Ideograma com o principal arranjo teórico da tese.



Fonte: elaborado pelo autor.

2.3 Metodologia em triangulação documental: imagens, mapas e discursos

Análises teóricas, empíricas, epistêmicas, metodológicas, entre muitas outras, possuem entre seus artifícios analíticos a utilização de fontes documentais. As fontes documentais são registros evidenciais que possuem variadas formas e distintos conteúdos. A legislação urbana vigente no Brasil na virada do século XIX para o século XX, imagens de satélite em alta resolução ou até mesmo antigas gravações de programas de rádio e televisão

dos anos 1950 são alguns exemplos de documentos que nos oferecem testemunhos espaço-temporais de fenômenos sociais, naturais e culturais passíveis de uma análise geográfica.

Considerar documentos como evidências é uma prática comum às ciências sociais, e neste sentido, é comum também submeter estes documentos há uma análise crítica e criteriosa. Documentos não são portadores de verdades absolutas ou de informações incontestáveis, isto é, uma análise documental é, antes de tudo, colocar os documentos em suspensão para duvidar, isolar, inquirir e contextualizar. Neste sentido, uma análise documental é um exercício de confrontação identitária, entre os sujeitos que analisam e o sujeitos que produzem os documentos, isto é, um exercício de análise contextual dupla entre o contexto que lê e usa o documento frente ao contexto que o produziu. Estabelece-se um diálogo entre diferentes identidades, em diferentes escalas espaciais e, muitas vezes, em dissonantes situações temporais.

Uma análise documental não é mera descrição como em um guia de cinema ou como notícias de trânsito de uma cidade latino-americana. Tal análise deve ser vista como um movimento retilíneo e entrecruzado. Considerando os aspectos antes mencionados sobre fontes documentais devemos pensar um movimento retilíneo que perceba fluxos de espaço e tempo, encontre paralelos e aponte diferentes perspectivas – linhas de pensamento, visões de mundo, projetos de significação, vontades políticas etc. – de um mesmo fenômeno. E, por extensão, o movimento entrecruzado permite considerar os nós produzidos pelos caminhos paralelos que são traçados e entrelaçados produzindo dinâmicas pelo atrito, pelo diálogo e pela consonância entre os aspectos, sujeitos, escalas, fenômenos, tempos e espaços investigados. Nenhuma investigação está totalmente isenta da impressão digital do pesquisador. A análise documental não foge a esta regra ao trazer um movimento explícito de alteridade.

Dentro do campo teórico-metodológico, vemos nas pesquisas em Geografia um diálogo entre fontes primárias e secundárias na construção dos significados do mundo, das interpretações dos fenômenos ou nas formulações teóricas que são alguns dos produtos de geógrafos humanistas e culturais. Ao mesmo tempo, vemos um peso substancial no papel que os sujeitos que compõem, direta e indiretamente, os objetos de pesquisa assumem dentro das discussões. Uma pesquisa, portanto, que centra sua análise em fontes documentais enfatiza o papel do “outro” e qualifica a análise pretendida. Homens e mulheres comuns (Certeau, 2014) produzem documentos diariamente desde tempos imemoráveis. Há um mundo a ser descoberto dentro da produção artística, jornalística, literária, cinematográfica, musical, dramaturga, entre um universo de construções intelectuais humanas, que dia após dia produzem saber. Há montanhas que os geógrafos ainda não investigaram, montanhas de documentos a serem

exploradas, novas expedições que ainda não foram agendadas. Montanhas documentais estas que precisam ser colocadas em xeque para que cumes de compreensão sejam encontrados.

A produção jornalística, neste contexto, é para onde direcionamos nossa atenção, pois a condução desta pesquisa se posiciona entre uma geografia cultural da política e uma geografia política da cultura. O fenômeno investigado na tese demandou uma análise sobre os realismos da monumentalidade democrática, popular, republicana e/ou imperial nas cidades latino-americanas supramencionadas – enquanto experimentos políticos emergentes e reativos aos abusos coloniais, autoritários, monárquicos ou ditatoriais. Tal direcionamento foi fundamental na construção de um padrão comparativo de análise documental das paisagens míticas a partir da leitura de inúmeras imagens produzidas pela e para a mídia, afinal entendemos o jornalismo como uma ferramenta privilegiada de produção e circulação de sentidos através dos discursos e da circulação de informação com o peso de notícia (Duncan; Barnes, 1992; Machado, 2006).

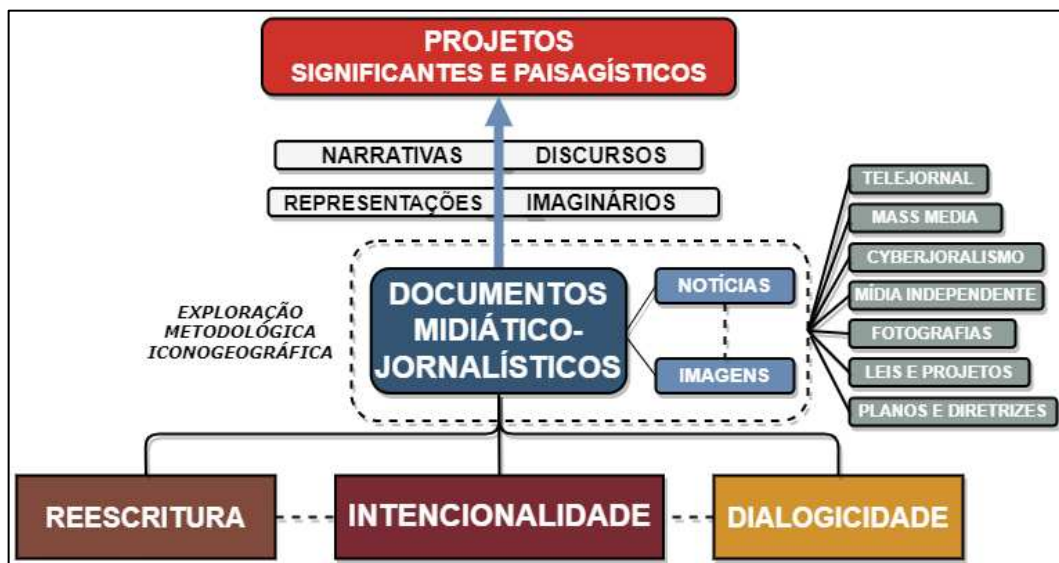
Centrar a análise nas fontes documentais com enfoque nos textos jornalísticos nos permite ver o papel da mídia na condução dos projetos significantes e paisagístico, pois a linguagem midiática serve, entre tantos interesses, para legitimar discursos, narrativas e projetos a partir de simbologias e significados específicos (Steinberger, 2005). A informação midiaticamente veiculada tem um peso diferenciado, carrega credibilidade e é tendenciada a se aproximar do que o público em geral aceita como legítimo ou verdadeiro. Analisando notícias, um dos sustentáculos desta metodologia, entendemo-las como produtoras (mas também manipuladoras e destruidoras) de sentido, fontes documentais (re)produtoras de significados e condutoras de opiniões públicas em torno de interesses que são, em certa medida, privados. As narrativas jornalísticas têm peso substancial na construção de memória (Mariani, 1993).

Voltamos o nosso olhar para a Mediosfera (Contrera, 2017) e para as diversas imagens do mundo (Steinberger, 2005). Deste modo, o que consideramos aqui como notícias são as produções de textos e imagens midiáticas e/ou jornalísticas veiculadas pelos meios de comunicação de grande porte (*mass media*), pela mídia independente, canais e portais oficiais da administração (municipais, estaduais e federais), blogs de notícias, redes sociais (pessoais e institucionais), colunas de opinião, entre outros documentos, tais como marcos regulatórios, projetos legislativos, manifestos, notas de repúdio etc. O objetivo foi analisar diferentes discursos em torno da paisagem urbana, seus monumentos e rituais, e como tais discursos são formadores e condutores de opiniões, por isso entendemos como fundamental o papel da comunicação midiática – abertamente tendenciosa ou falsamente imparcial – na construção das geoestratégias e geotáticas que disputam paisagens urbanas.

Trabalhos de campo também foram realizados durante a execução da pesquisa, embora anunciada enquanto pesquisa documental, é válido apontar que esta tese considera monumentos e rituais como “documentos de civilização” (Freire, 1997, p. 117) e sobre estes realiza uma análise documental que, por sua vez, se desdobra em um exercício de alteridade, um movimento de leitura do mundo pelas lentes do outro, uma reconstrução. Um movimento de empréstimo das percepções, experiências, sentimentos e racionalidades inseridas nos documentos urbanos em questão. Porém, percebemos que uma espécie de frieza costuma ser atribuída erroneamente a documentos como se estes fossem peças estáticas do complexo arranjo social e incapazes de serem reelaborados a cada leitura.

Destarte, para dar atenção devida ao dinamismo *iconogeográfico* dos documentos analisados, consideramos a distinção paisagística entre a realidade documental do monumento e dos rituais e a imagética produzida a partir da "alteridade documental", isto é, narrativas e visualidades jornalísticas alçadas em associação à mitologia política contemporânea. Portanto, o trabalho metodológico com o jornalismo – em suas modulações tradicionais, televisivas e de internet – na configuração da paisagem mítica é uma premissa basilar de nossa metodologia. Sobre estas questões vale considerar três aspectos fundamentais em nosso trabalho sobre uma análise documental: i) documentos não estão isentos de intencionalidades e subjetividades; ii) uma análise documental é um movimento dialógico; iii) cada leitor reelabora os documentos que analisa. Intencionalidade, dialogicidade e reescritura documental são os três principais pilares de nossa análise.

Figura 3 – Ideograma apresentando o percurso documental midiático-jornalístico da tese.



Fonte: elaborado pelo autor.

Cabe destacar que esta iconosfera jornalística é interessante para pensarmos as coberturas de imprensa diante dos movimentos como celebrações pró e contra os regimes político. Vimos em 2022 um movimento duplo no Brasil que aglutina as comemorações do bicentenário de sua independência enquanto nação e o fervor de eleições presidenciais dentro de uma conjuntura de polaridade política que ultrapassada barreiras nacionais e, em certa medida, mobilizam nos veículos de comunicação, a depender da linha editorial, um ciberespaço de reforço, neutralidade sutil ou contestação direta sobre o quanto o heroísmo dos mitos monumentais são traídos ou protegidos pelos "bonecos alegóricos" das manifestações. Algo que exploraremos a partir também da recuperação de imagens das últimas eleições no Uruguai e Argentina, tendendo a forças políticas opostas, em seus resultados recentes.

Esta tese possui seis capítulos principais para além deste texto introdutório e das conclusões. O capítulo dois, de cunho teórico-epistêmico e conceitual é intitulado *Geografia de paisagens monumentais* e discute as relações entre semiótica e espaço, isto é, a relação entre imagem e paisagem. Apresentamos um debate em torno das imagens que produzem paisagens e como a política se apropria destas relações na condução de interesses próprios a partir da construção dos monumentos. Neste capítulo apresentamos três dimensões de análise para o fenômeno focado: espacial, simbólica e arquetípica. Estas três dimensões teóricas de análise nos permitem visualizar a ritualização presente na construção dos monumentos a partir de um prisma que vai além dos aspectos tangíveis da paisagem.

No capítulo três, *Geoestratégias urbanas*, trabalhamos a partir do conceito de mítica da paisagem (o processo de formação de paisagens míticas) e trazemos o detalhamento do conceito de geoestratégia ao discutir a produção das paisagens míticas em espaços públicos e privados. Neste capítulo, iniciamos o debate sobre o primeiro vetor do objeto desta tese – Limites das Latinidades – ao debater como as urbanidades latinas também são moldadas a partir de um jogo simbólico que multiplica ícones nas paisagens urbanas. Uruguai e Argentina aparecem neste momento com mais intensidade pois já vivenciaram neste século os bicentenários de suas independências nacionais e fornecem excelentes bases para debater os projetos de nação constituídos.

O quarto capítulo, intitulado de *Geotáticas urbanas*, aborda as forças reativas e constrói um panorama ligado aos aspectos temporais de nosso objeto. Discutimos também outro vetor de análise – Controles da Visibilidade – ao apresentar os embates existentes nos grandes centros urbanos da América Latina e como as paisagens são poderosas armas políticas. Desta forma, um dos objetivos deste capítulo é discutir os usos políticos da paisagem e a formação de paisagens políticas a partir dos enfrentamentos e de conflitos de interesse. O político é tratado

em separado do eleitoral e no nosso caso, a discussão a respeito de qual cidade brasileira assume o protagonismo nas celebrações do bicentenário da independência brasileira é um dos focos de análise, afinal as mobilizações de recursos e discursos estão diretamente ligadas aos ciclos eleitorais nas duas principais metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, e como as administrações urbanas administram os potenciais capitais político-eleitorais produzidos pela condução destas celebrações. Neste contexto, a capital nacional Brasília merece destaque como centro político do país e potencial palco dos principais eventos relativos as celebrações bicentenárias conduzidas pelo governo federal.

No quinto capítulo, chamado *Monumentalidade dinâmica*, debatamos e ensaiamos a respeito da produção de sentidos a partir da mídia, dos projetos de poder e dos usos políticos da paisagem alargando disparidades dentro do território brasileiro. Determinadas localidades são hiper visibilizadas enquanto outras caem no limbo da memória coletiva nacional. Questionamos em que medida a paisagem mítica é afetada pelas mídias e pela produção massiva de imagens e como uma paisagem mítico-midiática é formada a partir dos meios de comunicação. Apresentamos um debate a respeito de como o governo federal conduziu as celebrações do bicentenário e como os governos estaduais que possuem certa marginalidade simbólica no quadro de celebrações oficiais acabam formalizando “outros bicentenários” (1823-2023) em seus respectivos territórios, como é o caso da Bahia e do Pará e suas respectivas capitais e datas para além do 07 de setembro.

O capítulo seis desta pesquisa adentra ao universo metodológico das representações sociais e busca entender por meio desta teoria aspectos referentes às paisagens míticas que estão diretamente relacionadas aos sujeitos que estão diretamente inseridos no universo midiático-jornalístico. Intitulado de *Paisagem, mídia e representação*, este capítulo aborda elementos do princípio da dialogicidade que é possível através de fontes jornalísticas. A discussão e as falas apresentadas no capítulo se voltam para as visualidades produzidas, consumidas e reproduzidas que são utilizadas para validar e credibilizar interesses e, sobretudo, busca ouvir os sujeitos que atuam na linha de frente da produção de sentidos.

Nossa conclusão, subintitulada “*paisagens míticas como iconogeografia*” apresenta os resultados da tese ao discutir limites e potencialidades de discursos integradores, nacionalistas e patrimoniais em torno de ineficientes projetos de formação identitária nos países latino-americanos a partir dos aspectos visuais e imagéticos. O peso dado aos aspectos imagéticos é que nos permite somar a geografia produzido em nosso trabalho ao prefixo *icono* para tratar de uma iconogeografia, isto é, uma geografia atenta a questão simbólica, à produção

e circulação de imagens, ao potencial de uma análise arquetípica e semiótica de um fenômeno acessado principalmente através da paisagem.

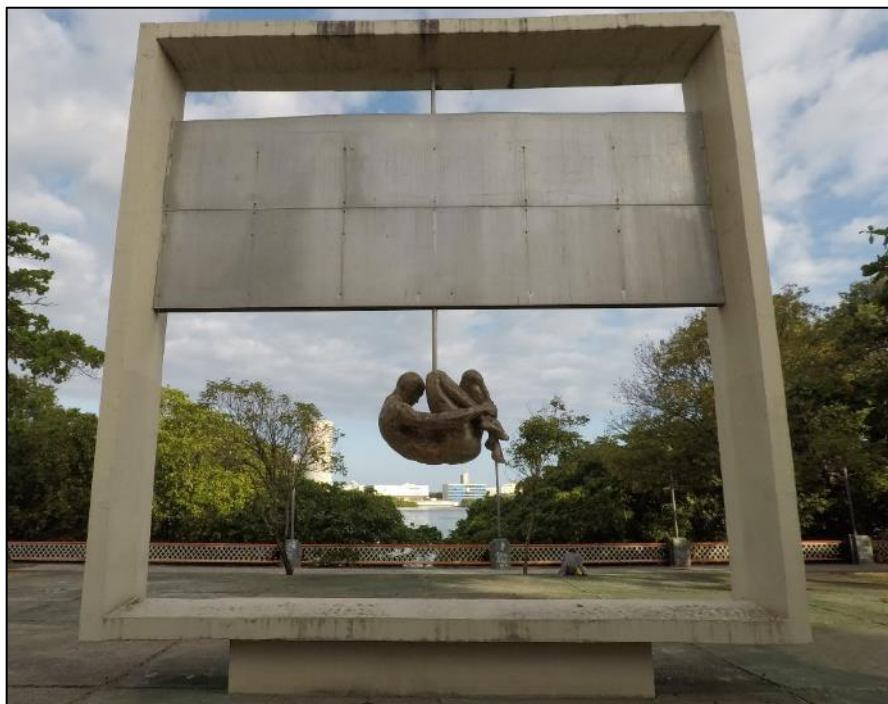


GEOGRAFIA DE PAISAGENS MONUMENTAIS

3 GEOGRAFIA DE PAISAGENS MONUMENTAIS

O torturado flutua e se contorce sozinho; se contorce e flutua sozinho... A imagem que abre o capítulo, capturada nos arredores do centro da cidade de Recife em trabalho de campo realizado em novembro de 2019, desenha a tortura na ampla tela de um céu urbano, o arranjo composto pela peça demonstra a dor, o desconforto extremo, a agonia e a solidão do torturado, do preso, do sujeito anônimo submetido ao crime de tortura. O que *significa* a composição de uma paisagem que projeta tanto desconforto? Uma pergunta que possui respostas múltiplas e que não serão respondidas propriamente neste capítulo, mas o questionamento ajudará a conduzir a discussão e a reflexão sobre as relações entre o símbolo e o espaço.

Figura 4 – Monumento “Tortura Nunca Mais”, Recife/PE.



Fonte: acervo do autor.

Na amplitude conceitual dos estudos semióticos, inúmeras reflexões e debates se dedicam ao estudo de obras de artes, tais como pinturas, esculturas, colagens, afrescos, mosaicos e outros exemplos plurais de peças artísticas, sejam clássicas, modernas ou contemporâneas. O universo da produção artística é campo fértil para artistas, filósofos, semiólogos, historiadores da arte, sociólogos etc. traçarem discussões a respeito da composição

das peças, das técnicas empregadas, seus contextos de produção, os personagens envolvidos, as tendências estabelecidas e as rupturas realizadas (Didi-Huberman, 2014).

Nosso foco, entretanto, se encaminha por outros rumos, isto é, dialogando com as teorias comunicacionais e semióticas (Monnet, 1998, 2006; Santaella, 2012, 2017; Pierce, 2005) este capítulo aproxima conceitos relativos à simbologia espacial inerente ao objeto investigado. Como perceber a espacialidade dos símbolos? Mais uma pergunta que conduz a discussão teórico-metodológica. Debateremos a respeito da imagética da paisagem a partir do simbólico espacialmente representado.

Monumentos e rituais figuram no centro de nossa análise como bens documentais, socialmente produzidos pela civilização e que são dotados de profundas significações. Ao longo do capítulo, discutiremos quais os significados atraídos aos monumentos e como o culto moderno a estas peças moldou boa parte das políticas patrimoniais existentes. Em contrapartida, uma reflexão a respeito da imaterialidade dos rituais também é traçada, embora estes ocorram em suportes materiais são encarados nesta tese como fenômenos mais ligados às imaterialidades e temporalidades do objeto analisado. Monumentos e rituais são, portanto, duas faces distintas e complementares da mítica das paisagens que traduzem jogos de interesses e arranjos políticos por meio da instrumentalização da paisagem.

Por fim, política e escala também se apresentam como peças-chave neste debate, pois pensar os espaços urbanos que foram elencados como focos prioritários de nossa análise requer também refletir sobre a dimensão política da produção do espaço, nas suas dimensões territoriais e paisagísticas. O foco de discussão reside na categoria de paisagem, porém pensar o território em associação é um exercício fundamental para compreender a dinâmica do político articulado ao simbólico na produção de bens patrimoniais, sejam estes mais ligados a materialidade monumental ou a imaterialidades ritualística.

Figura 5 – Ideograma com itinerário teórico-metodológico do capítulo dois.



Fonte: elaborado pelo autor.

3.1 Relação espaço-imagem-paisagem: comunicação e espaço

Os desenhos rupestres são as ilustrações ideais para iniciar este debate a respeito da produção simbólica e suas relações com a dinâmica espacial. Ao mesmo tempo possuem sentidos figurativos e denotativos de sua função como signo e símbolo, afinal ao nos defrontarmos com um desenho desta natureza podemos chegar a duas conclusões: a primeira é de que há uma relação entre duas pessoas apresentada por um beijo na parede da caverna (metáfora e representação) e a segunda é de que não há nenhuma pessoa, apenas rabiscos (realidade e literalismo). Um jogo duplo de significados é estabelecido. Se tomarmos como exemplo as figuras rupestres (Figura 5) que se encontram no Parque Nacional da Serra da Capivara, localizada nos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias no estado Piauí, teremos uma demonstração do que a semiótica chama de signo, elemento preliminar de comunicação em suportes materiais diversos. Seja uma figura humana ou animal, este desenho ancestral, artístico e cultural nos releva como uma mancha intencionalmente modelada em uma superfície rochosa possui uma função comunicativa delimitada, ela representa aspectos da vida cotidiana dos seres humanos que habitavam a região no passado, mas ao mesmo tempo consegue representar também os esforços científicos, políticos e patrimoniais de preservação e conservação do sítio.

Figura 6 – Desenhos rupestres na Serra da Capivara no estado do Piauí, Brasil.



Fonte: acervo do autor.

O signo, portanto, é início do processo de significação e tal realidade processual se desdobra com os significados mais diversos possíveis. Com certeza, os homens e mulheres que produziram as figuras mencionados não imaginaram que a sua produção se tornaria símbolo do parque nacional visitado anualmente por milhares de pesquisadores, estudantes e turistas. O percurso do signo até tornar-se símbolo, índice, ícone ou código é complexo, geo-histórico, cultural e socialmente construído.

Os tópicos seguintes abordam as relações entre espaço, imagem e paisagem. O universo comunicacional exposto espacialmente é um dos focos de análise, a paisagem como texto, discurso e cenário são algumas contribuições indispensáveis para pensar como a dinâmica paisagística é um sistema de produção e circulação de significados. As paisagens abordadas nesta pesquisa são compostas por monumentos e estas peças também serão analisadas sobre a ótica das ciências sociais a partir das contribuições de Freire que estudou múltiplas simbologias e percepções de monumentos em São Paulo.

A discussão semiótica nos estudos de Pierce (2005) nos auxilia neste debate ao discutir a relação da produção e circulação dos signos, dos significados, e das representações. O capítulo aproxima também as contribuições discutidas em Monnet (2006), Santaella (2012; 2017) e Contrera (2015) para debater a respeito das relações entre imagens e símbolos e como somos afetados por tais. Sobre este tópico Contrera (2015) traz uma importante contribuição ao apontar que

Aparição, hierofania, epifania, revelação de algo nunca totalmente explicável ou compreensível pela consciência, pela razão, mistério. Algo que faz aparecer um escondido, que faz emergir um submerso, Proteu saindo das águas do mar e fazendo sua revelação. Mas essa revelação não é portadora de um sentido racional, de um conteúdo que possa ser abarcado racionalmente. O que a imagem simbólica revela de fato é que houve uma alteração no campo da energia psíquica, que algo aconteceu, que um buraco na consciência comum se abriu e que por ele surgiu algo, como o raio de Zeus surgindo por entre as nuvens [...]

[...] Mas há algo comum, a imagem simbólica é portadora de energia, em contato com ela, somos afetados por algo, mesmo que não o saibamos conscientemente. Não deciframos, lemos ou interpretamos estrito senso a imagem simbólica, ela nos acontece. E quando nos acontece, ficamos a imaginar coisas, nos perdemos por entre brumas, alma adentro. (Contrera, 2015, p. 8-9)

Para analisar estas imagens repletas de simbolismo que muito afetam os indivíduos também trazemos para o debate o historiador da arte Didi-Huberman (2010, 2013). Este autor nos apresenta em sua obra a importância dentro dos estudos em história da arte, semiótica e leitura de imagens dos conceitos de: visível, legível, invisível, visual e virtual. Para além de questões mais elaboradas sobre o universo artístico ligado principalmente às artes plásticas, nos interessa destacar a relação da discussão do autor com a leitura imagética realizada na presente investigação, sobretudo ao considerarmos que o objeto desta tese é muito mais visual do que visível.

O que queremos dizer é que a qualidade de *visual* se dá pela mobilização dos outros aspectos das imagens produzidas – legibilidade, visibilidade e até mesmo as invisibilidades – para mobilizar as percepções dos sujeitos na criação de sentido. Didi-Huberman (2013) argumenta que o aspecto do visual é aquele capaz de extrapolar a imagem para além do que é meramente legível, visível ou invisível. O visual, portanto, é capaz de ir além desta tríade semiótica e aponta que há uma alternativa:

Ela [a alternativa] se baseia na hipótese geral de que as imagens não devem sua eficácia apenas à transmissão de saberes – visíveis, legíveis ou invisíveis –, mas que sua eficácia, ao contrário, atua constantemente nos entrelaçamentos ou mesmo no imbróglio de saberes transmitidos e deslocados, de não-saberes produzidos e transformados. Ela exige, pois um olhar que não se aproximaria apenas para discernir e reconhecer, para nomear a qualquer preço o que percebe – mas que primeiramente se **afastaria** um pouco a se absteria de clarificar tudo de imediato. (Didi-Huberman, 2013, p. 23-24, grifo nosso)

Entender o afastamento do observador da imagem é fundamental para compreender o desenrolar teórico-metodológico dos tópicos a seguir, pois há uma espécie de “atenção flutuante, uma longa suspensão do momento de concluir, em que a interpretação teria tempo de se esticar em várias dimensões”, aponta Didi-Huberman (2013, p. 24). Dimensões estas que irão configurar a percepção do sujeito que observa a paisagem, que por sua vez é composta por inúmeras imagens, textos, discursos, cenários, símbolos, signos etc. O autor complementa que

dizendo que o visto/visualizado/lido/percebido/internalizado está “entre o visível apreendido e a prova vivida de um desprendimento” (Idem).

3.1.1 A paisagem como texto e como discurso

Considerar a paisagem como texto a ser analisado foi uma das ideias centrais que conduziu a pesquisa realizada no mestrado e que os resultados podem ser acessados em Rocha (2018) e Oliveira, Aragão e Rocha (2020). No entanto, o aspecto textual da paisagem se relacionava muito fortemente ao processo dialético entre escritura e leitura deste texto paisagístico de forte teor religioso, porém uma ideia fundamental no presente trabalho é que além do processo de “escrever paisagens” iremos nos ater também às múltiplas e diversas possibilidades de “reescrever” estas mesmas paisagens.

Partimos, portanto, de uma análise dupla entre leitura e escritura e adicionamos um terceiro elemento: reescritura. Desta forma, uma tríade é formada nos processos textuais ligados a paisagem, sendo assim os processos analisados em nossa pesquisa passaram por escrita, reescrita até chegar nas múltiplas possibilidades de leitura. Deste modo, usar a metáfora da paisagem como texto é relevante também pelo fato de que

A metáfora da vida social como texto é facilmente aplicável à paisagem porque também é uma produção social e cultural. Assim, uma paisagem possui uma fixidez objetiva semelhante à de um texto escrito. Também se desapega das intenções de seus autores originais e, em termos de impacto social e psicológico e consequências materiais, as várias leituras de paisagens são mais importantes do que quaisquer intenções do autor. (Barnes; Ducan, 1992, p. 6, tradução nossa).¹

Uma premissa central para considerarmos a paisagem urbana que é composta por monumentos como um documento textual a ser analisado é considerar esta paisagem como um objeto discursivo, impregnado de textualidade e que foi escrito no espaço com determinada intencionalidade. Um autor fundamental que nos auxilia a ir além dentro da premissa posta é James Duncan (2004), pois argumenta que a paisagem é um elemento central de um sistema cultural do mesmo modo que um texto e agirá como um “sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, experimentado, reproduzido e explorado.” (Duncan, 2004, p. 106). Entender a paisagem na perspectiva deste autor é analisá-la a partir de seus significados, o que o autor chama de “retórica da paisagem”.

¹ No original: The social-life-as-text metaphor is easily applicable to landscape because it too is a social and cultural production. Thus a landscape possesses a similar objective fixity to that of a written text. It also becomes detached from the intentions of its original authors, and in terms of social and psychological impact and material consequences the various readings of landscapes matter more than any authorial intentions.

Falar de retórica da paisagem é interessante, pois nos permite visualizar mecanismos pelos quais a paisagem é lida como um texto, isto é, atua como instrumento de transmissão de significado e conseqüentemente de saberes e da própria ordem social. Neste sentido, a paisagem possui certa eficácia como veículo concreto de persuasão e convencimento. Embora os estudos de Duncan muito tenham se concentrado no mundo dos deuses, é cabível traçar paralelos ao consideramos a política e o culto a simbologias nacionais uma espécie de religião cívica que tem nos heróis da pátria seus homens-deuses, verdadeiros pais fundadores, que conduzem os mitos de criação, seja da pátria, seja das imagens triunfais que constroem o sentimento de pertencimento à nação.

Em suma, os conceitos de textualidade e intertextualidade da paisagem são primordiais dentro de nossa perspectiva, pois nos ajudam a direcionar nossa atenção aos discursos que as paisagens carregam e as disputas de significados que são produzidas em seu sentido político e social (Duncan, 2004). O autor, inclusive, afirma que as “tradições são seletivamente mantidas ou inventadas para uma variedade de propósitos sociais, políticos e religiosos” (Duncan, 2004, p. 118) ao discutir a sociedades de tradição fortemente escriturística como a cidade de Cândia² no Sri Lanka. O autor destaca que

Devemos também investigar da textualidade e da intertextualidade no debate sobre discursos e na disputa sobre o significado das paisagens. Esses debates e disputas, que podem se fundamentar em interesses materiais reais, freqüentemente desempenham um papel significado no processo político. (Duncan, 2004, p. 121-122).

Seguindo esta linha de discussão o debate sobre os discursos e os processos políticos merecem atenção na composição da paisagem, afinal eles vão ser definidores das reações sociais as obras constituídas, pois conforme apontam Barnes e Duncan (1992) os discursos

[...] são práticas de significação, fornecendo assim uma estrutura para a compreensão do mundo. Como tal, os discursos são tanto capacitadores quanto restritivos: eles determinam respostas a perguntas, bem como as perguntas que podem ser feitas. De um modo mais geral, um discurso constitui os limites dentro dos quais ideias e práticas são consideradas naturais; isto é, eles definem os limites de quais questões são consideradas relevantes ou mesmo inteligíveis. (Barnes; Duncan, 1992, p. 8, tradução nossa)³

² Cândia (ou Reino de Kandy) é uma cidade asiática considerada o coração do budismo e localizada no Sri Lanka. Templos, monumentos e estátuas de Buda marcam ostensivamente a paisagem da cidade. O trabalho de James Duncan enfoca justamente como ocorre a significação das paisagens de Cândia a partir da interpretação destas paisagens como textos portadores de profundos significados. Duncan faz isto a partir da metáfora de entender a paisagem como um texto.

³ are practices of signification, thereby providing a framework for understanding the world. As such, discourses are both enabling as well as constraining: they determine answers to questions, as well as the questions that can be asked. More generally, a discourse constitutes the limits within which ideas and practices are considered to be natural; that is, they set the bounds on what questions are considered relevant or even intelligible. (Barnes; Duncan, 1992, p. 8)

A paisagem, portanto, seja como texto ou como discurso encontra na contribuição dos autores acima mencionados importante aporte teórico para realizarmos uma análise segura. Uma vez que os processos de erguimento de peças monumentais em meios aos centros urbanos nunca estão isentos de tensões e intensões, isto, ao considerarmos *ver* o monumento e *ler* a paisagem, estamos realizando um movimento que busca desvelar os processos de construção e manutenção das paisagens monumentais e das respectivas forças reativas. É oportuno apontar que os monumentos são

dotados de alcance espacial limitado face os modernos meios eletrônicos de comunicação, que, instantânea e simultaneamente, produzem imagens impregnadas de intenções, os monumentos têm, no entanto, um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando de valores estéticos e simbólicos. (Corrêa, 2005, p. 15)

No entanto, não podemos deixar de considerar que estas paisagens compostas por peças monumentais não estão isoladas, mas sim unidas a outros elementos no meio urbanos compondo cenários urbanos. Ao passo que produzem imagens do mundo também permitem que todos aqueles que os observem também vejam imagens de si, estabeleçam uma relação que é definidora da identidade e da cultura, a respeito desta questão Bonnemaïson (*apud* Claval, 2001, p. 35) destaca o campo cultural como sendo um elemento latente que “[...] dá sentido e significado ao mundo e que propõe uma visão do mundo, uma ordem do pensamento. Esta ordem baseia-se em crença, mitos, valores. Daí resulta uma ética e uma estética, uma moral e uma arte”.

3.1.2 Os cenários urbanos

A ideia de cenário urbano aparece associada à discussão sobre as composições produzidas pelas diversas construções materiais e utilitaristas que existem na paisagem urbana, como edifícios, pontes, estradas etc., mas não somente, pois a ideia de cenário também está associada a elementos simbólicos, como monumentos, símbolos nacionais e culturais, que são utilizados para criar uma identidade urbana e moldar a imagem que as pessoas têm da cidade.

Um autor importante nesta discussão é Paulo Cesar da Costa Gomes (2008). O autor aponta que os cenários urbanos são elementos importantes que atuam na construção da identidade e do pertencimento das pessoas à cidade, possuem relação com a cidadania exercida, com o turismo e a com a produção de imagens da cidade no mundo. No entanto, ele também alerta para o fato de que a construção desses cenários muitas vezes está ligada a processos de gentrificação e exclusão social, nos quais as áreas mais valorizadas e atraentes da cidade são

restritas a uma elite privilegiada, enquanto as classes mais pobres são expulsas para as periferias ou áreas menos valorizadas. Essa atração e repulsão também está ligada aos cenários, carregador de imagética, narrativas e histórias, que são construídas destes locais e o quanto estes mesmos cenários são receptivos ou não a depender do grau de estímulos. Jeudy (2006) argumenta sobre essa questão de produção de monumentos em cenários urbanos e aponta que

O papel da história na realização de um projeto arquitetônico ou na criação de uma obra de arte pode ter diferentes finalidades culturais ou políticas. Se um artista é hoje chamado para criar um monumento, a função do monumento será comemorativa, respondendo aos imperativos sociopolíticos de um dever de memória. Essa relação com a história é somente factual ou tem um valor de antecipação? (Jeudy, 2006, p. 14)

O questionamento levantado pelo autor ao fim do excerto chama atenção para o duplo sentido que há em torno das construções monumentais, ou seja, a história escrita pelos monumentos urbanos ao passo que reverencia o passado, pois vencedores contam a história, também vai criando narrativas e enredos para os cenários que se espera construir para o futuro. O projeto de significação discutido dentro desta tese dialoga com a noção de cenário justamente pela associação trama, enredo e narrativa ao redor das peças monumentais.

Ainda sobre essas receptividades das imagens e suas espacialidades e significações Gomes (2008) aponta que as imagens pertencem ao domínio da representação. O autor utilizando-se do conceito de cenários ajuda a refletir sobre o papel das imagens na Geografia. Gomes (2008) realiza uma aproximação, em certa medida metafórica, ao relacionar as dimensões físicas às ações que os indivíduos podem tomar, ações estas que são possuidoras de um enredo e uma trama. O conceito de cenário enquanto artifício teórico surge para o autor como um “instrumento para desvendar o conjunto das figurações espaciais e suas relações com o enredo ou trama, ou seja, com a própria estrutura narrativa” (2008, p. 204). A paisagem urbana composta por monumentos, portanto, é compreendida também como um

[...] campo extensivo de objetos figurativos de uma cultura, ou de uma esfera mais ou menos autônoma da experiência cultural, que se pode traduzir em códigos que cristalizam uma problemática do imaginário. Assim como a imagem adquire especificidade segundo seu lugar nas redes de interações complexas que constituem a realidade das culturas, a imagética é um campo, onde os objetos figurativos compõem uma rede também indissociável (Lopes, 2010, p. 36).

Podemos observar, portanto, que a paisagem enquanto um texto, um discurso ou um cenário tem a capacidade de gerar, controlar e orientar narrativas, ao mesmo tempo em que produz diversas imagens. O principal objetivo com este emaranhado de conceitos é debater sobre a capacidade de articulação entre as diferentes dimensões que a paisagem possui, seja ela mais ou menos passiva. As monumentalidades construídas nos espaços urbanos e as ritualidades que se desdobram não são isentas de intencionalidades – mais ou menos pontuais – e objetivos.

Compreender as narrativas que se encontram nos meandros das paisagens, dos cenários urbanos e dos textos e discursos que estão constantemente sendo produzidos é uma tarefa que passa pela compreensão da semiótica envolvida neste processo, uma vez que as paisagens analisadas em nosso recorte espaço-temporal são compostas por monumentos e rituais. Observamos, por fim, que a paisagem é produzida a partir de inúmeros símbolos e signos que por sua vez gerarão imagens passíveis de múltiplas, mas direcionadas interpretações.

3.1.3 Símbolos, signos e ícones paisagísticos

A paisagem, entre tantos significados, pode ser definida como um produto da interação entre a natureza e a sociedade. Na sua constituição, os símbolos e signos desempenham um papel importante na comunicação e na representação de significados e valores para os indivíduos e grupos que a habitam e a vislumbram.

nossa cultura e a nossa concepção de mundo (Weltanschauung), o nosso modo de pensar e viver, as nossas crenças religiosas, a nossa pulsão espiritual, os nossos símbolos e valores. Todos esses elementos constituem uma ética que, com o filtro do tempo, se torna uma estética. (Andreotti, 2012, p. 6)

Os símbolos são elementos que representam algo que está além de sua forma física, e são carregados de significado cultural, social ou histórico (Pierce, 2005). Na paisagem, os símbolos podem assumir diversas configurações, sobretudo em forma de monumentos, edifícios históricos, estátuas, placas de sinalização, praças, entre outros. Eles servem como referências para a identidade cultural e histórica de um lugar, ajudando a construir a memória coletiva e as identidades nacionais traduzidas nas representações simbólicas da paisagem. Vale lembrar que na concepção deste autor, os símbolos e ícones são tipos de signos, fazendo parte das cadeias de representação triádica para sua teoria semiótica.

Por outro lado, os signos são elementos que indicam algo diretamente por meio de uma relação física, como por exemplo, uma placa de trânsito que indica uma curva acentuada. Na paisagem, os signos são elementos importantes para a organização espacial e funcional do ambiente construído, como placas de sinalização, semáforos, marcas de faixas de pedestres, entre outros. Eles têm como função principal a orientação e a comunicação visual, neste sentido, signos intencionalmente posicionados em peças monumentais têm como função primordial orientar nossa percepção a respeito do que é mais importante, do que devemos observar com mais atenção.

Assim, tanto os símbolos quanto os signos desempenham um papel importante na constituição da paisagem, pois ajudam a construir a identidade cultural e histórica dos lugares, ao mesmo tempo em que organizam e orientam o uso do espaço construído.

Cabe então indagar: em que medida os monumentos políticos são, por força de semelhança, ícones e símbolos? Em que medida as paisagens monumentais para se efetivar precisam tornar-se ícones e símbolos urbanos? Como o processo de simbolização e iconização passa também por questões relacionadas a uma geopolítica da visibilidade? Para responder tais questões dialogamos diretamente com Monnet (1998; 2000; 2006), Veschambre (2008; Bulot e Veschambre, 2008) e Aragão (2015) para refletir sobre a simbologia que envolve as paisagens por monumentos.

Monnet (2006), aponta a função e a importância dos signos no processo de visibilidade. Para ele, o exercício de compreender as relações sociais é também um exercício de compreender como os signos são apropriados pelos sujeitos (individuais ou coletivos) e como estes se relacionam com o mundo a partir desta visualidade. O geógrafo aponta sua reflexão o papel da visualidade nos processos cognitivos e destaca que a apropriação e produção do território é um processo que não ocorre deslocado dos processos de produção e apropriação de sentidos e simbologias.

A apropriação do espaço por um ator individual ou coletivo, tanto quanto o reconhecimento da apropriação por outros, requer a visibilidade dos signos da apropriação. Exploraremos a hipótese de uma interação dinâmica entre a produção social dos lugares (territorialização), seus significados (simbolização) e seus ícones (iconização), considerando que a gestão tanto do espaço concreto quanto de suas representações é um instrumento de expressão e controle das relações humanas. (Monnet, 2006, p. 2, tradução nossa)⁴

Portanto, os processos de dominação espacial também passam por um processo de dominação imagética e discursiva. A conquista efetiva de um projeto de nação e a forja de uma identidade nacional não passam apenas pelo fio da espada, é preciso contar e registrar a história dos vencedores, no entanto as pálidas páginas dos livros não são suficientes.

As ponderações de Monnet (1998) sobre a “simbologia dos lugares” é de fundamental importância para compreendermos o significado dos conceitos propostos por nós de geoestratégia e geotática, termos que também são capazes de responder às questões que

⁴ No original: L'appropriation de l'espace par un acteur individuel ou collectif, autant que la reconnaissance d'une appropriation par autrui, passent par la visibilité des signes de l'appropriation. Nous explorerons l'hypothèse d'une interaction dynamique entre la production sociale des lieux (la territorialisation), de leurs significations (la symbolisation) et de leurs icônes (l'iconisation), en considérant que la gestion tant de l'espace concret que de ses représentations est un instrument d'expression et de contrôle des relations humaines.

exploram relações entre espaço, poder e identidade, ou ainda, como a geoestratégia e a geotática atuam como mediadores destas relações.

Monnet (1998) associa os símbolos à sua condição material, pois para ele, estes são realidades concretas e, portanto, diferentes de outros signos. Os símbolos são “[...] objetos espaciais cuja identificação integra sistemática e voluntariamente uma dimensão significativa para além de uma simples função sinalética” (MONNET, 2000, p. 405), ou seja, a sinalética advém de uma produção cultural não controlada dos sentidos. Os símbolos, contudo, dependem de um desejo, de uma vontade, ou ainda, de um nível geral para serem considerados significantes. Neste caso, os espaços símbolos necessitariam de um “projeto significativo” para serem concretizados. O ordenamento monumental ou investimento simbólico faz parte do processo.

Os símbolos, segundo ele, são “atos físicos” no espaço, cuja existência é relativa no contexto dos significados os quais são atribuídos, condição que não acontece com os outros signos. Deste modo, os símbolos são diferenciados por causa dos sentidos os quais os indivíduos lhes dão. Destarte, faz-se tornar preciso como as autoridades públicas, a sociedade civil em geral, como também as autoridades econômicas idealizam, modelam a produção e o controle dos espaços simbólicos ajustando-os na produção de monumentos.

Monnet (2000) reforça que o procedimento para a simbolização dos espaços nasce a partir do poder de investimento dos atores sociais identificáveis. Estes atuam voluntariamente no processo de significação a partir de um lugar concreto. O poder de ordenamento do espaço, como no caso de um determinado monumento, contribui até mesmo para a criação de uma centralidade simbólica desembocando numa hierarquia de lugares e, além disso, a dimensão simbólica é caracterizada pela possibilidade de oferecer uma comunicação entre diversos registros de centralidades.

Outro ponto de articulação a ser considerado parte das concepções de marcações espaciais de Veschambre (2008), Bulot e Veschambre (2008). Em consonância ao entendimento de símbolo urbano de Monnet (1998) as marcações espaciais refletem uma ação intencional, representam a materialidade do que é visível. São assinaturas fixas dos diversos atores sociais, uma pessoa, grupos ou instituição em um lugar determinado com o objetivo de serem percebidos visualmente. Ao se tornarem manifestas, as marcações criam um atributo de identificação seja individual ou coletiva. Essas assinaturas espaciais são elaboradas para selarem uma expressão de poder espacial e, nesse sentido, carimbar sua afirmação. Para Veschambre a marcação espacial “[...] é por definição a assinatura de um ator social, o que ele representa em sua ausência”. (Veschambre, 2008, p. 11). Marcações são suportes materiais de

essência simbólica passíveis de serem reivindicadas ou mesmo contestados, a exemplo de reivindicações em forma de geotáticas, o outro nosso conceito apresentado, o qual opõe-se ao de geoestratégia. Assim, acreditamos que a concepção de marcação espacial de Veschambre (2008) está diretamente relacionada à questão de símbolo e símbolo urbano de Monnet (1998; 2000; 2006) quando aplicada à questão patrimonial de monumentos urbanos.

As marcações espaciais patrimoniais monumentais estão situadas também no contexto da linguagem, do simbólico e do ideal. No contexto geográfico elas estão relacionadas às “marcações semióticas”.

Podemos então falar de “marcas sociolinguísticas” e de “marcas semióticas” nessa abordagem visando apreender as linguagens no espaço e para o espaço como linguagem, estas marcas considerando um registro ao mesmo tempo ideal e um registro material. Para resumir esta dupla natureza, ao mesmo tempo simbólica e material, da marcação do espaço, poderemos falar de transformação da configuração material do espaço, mais ou menos durável, para fins significantes, simbólicos, para saber manifestar a apropriação de um espaço, ou pelo menos a reivindicação de uma tal apropriação. E para além da apropriação do espaço, o que se joga no processo de marcação, é a visibilidade, a existência e o posicionamento social dos indivíduos e dos grupos. (Bulut; Veschambre, 2008, p. 14).

Então, elaborar geoestratégias monumentais como apropriar-se delas geotaticamente faz parte dos diferentes campos de força e poder, isto é, dos jogos de poder. Se a apropriação do espaço passa pela elaboração de símbolos, as marcações em forma de monumentos são um vetor de legitimação de uma apropriação do espaço (Veschambre, 2004).

Ambas, geoestratégia e geotática estão diretamente relacionadas à questão da geopolítica de visibilidade, são dependentes da existência e da presença de grupos antagônicos à procura de suas identidades específicas e estas ocorrem por meio de uma guerra de reconhecimento e posicionamento com o intuito de se firmarem no espaço. Geoestratégia e geotática expressam presença forte no espaço com o objetivo de se afirmarem suas permanências pela força. A geoestratégia dos monumentos afirma, no mínimo, o seu oposto, a geotática, as duas exigindo ou cobrando para si seus direitos de presença.

Geoestratégia e geotática, obedecendo a critérios exigidos pela força que cada uma é capaz de conceber, definem sentidos, representam uma realidade concreta e abstrata, comunicam significados coletivos e voluntários, têm dimensões significantes, são promovidas por vontades específicas. A primeira surge como parte de um ordenamento monumental associado a um investimento simbólico, de um projeto significativo. A segunda surge a partir da

apropriação desse investimento monumental e simbólico como forma de reivindicação ou revolta, porém cada uma, a seu modo, ordenando visibilidade.

Para efetivar este projeto significativo recorreremos à paisagem como um dos primeiros e últimos recursos, pois a visão é uma aliada poderosa neste processo. É, inclusive, utilizando-se da exploração desta visualidade que são transmitidos sentimentos, símbolos, percepções e signos. As imagens triunfais (Silva; Aguiar; Rocha, Aragão, 2021) que adornam os monumentos são idealizados com o objetivo de marcar o tempo e o espaço, como meio de homenagear o objeto construído seja em concreto, em aço ou mesmo em rocha aqueles que foram escolhidos ao panteão dos heróis nacionais.

Os heróis produzem representações materiais e imateriais difundidas pelas relações sociais registradas na paisagem. São múltiplas as interpretações feitas a partir do imaginário coletivo destes arquétipos e a partir delas são criados discursos, projetos políticos e dinâmicas urbanas. Entre movimentos espetaculares e conflituosos, as imagens do triunfo marcam e transformam as paisagens urbanas. Nesta seção as paisagens do triunfo desbravador e do triunfo casto serão apresentadas em suas estratégias de visibilidade, patrimonialidade e expansão simbólica. (Silva; Aguiar; Rocha, Aragão, 2021, p. 8)

Traçamos até aqui um caminho inverso no que tange a composição do principal componente teórico-epistêmico desta pesquisa, a paisagem mítica como produto por intermédio da mítica das paisagens como processo. Para compreender este processo foi preciso se debruçar sobre como a paisagem é constituída e o motivo pelo qual o adjetivo do mítico foi associado. No entanto, é preciso entender que esta paisagem é composta por imagens, entre monumentos edificadas e ritualidades pulsantes, que estão expostos nos arranjos urbanos das capitais latinas investigadas que formam inúmeros cenários. Cenários, imagens e arranjos que, por sua vez, são compostos por símbolos, ícones e signos que atuam, inicialmente, como as primeiras partículas deste jogo simbólico que vai destas primeiras unidades semióticas até a composição de uma paisagem mítica e seus desdobramentos geoestratégicos e geotáticos.

Partindo destas concepções mais ligadas a semiótica da paisagem, é fundamental discutirmos também a concepção de monumento em nossa pesquisa. O monumento, tanto o dinâmico quanto o estático, será entendido como documento de civilização (Freire, 1997).

3.2 Monumentos e rituais como documentos de civilização

Os monumentos cumprem papel decisivo dentro dos cenários urbanos acima mencionados, são mensageiros, transmitem um código e, por isso, são documentos que falam

de e para uma civilização, ou seja, produtores de sentido. O diálogo que vamos estabelecer sobre a concepção de monumento nesta pesquisa se apoia nas ideias de Riegl (2014) e Freire (2017) para mesclar concepções tradicionais e contemporâneas, respectivamente. O primeiro autor apresenta um conceito de monumento que é basilar nessa discussão:

Por monumento, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou combinação de ambos). Pode tratar-se de um monumento de arte ou de escrita, conforme o acontecimento a ser imortalizado tenha sido levado ao conhecimento do espectador com os meios simples de expressão das artes plásticas ou com auxílio de inscrições. (Riegl, 2014, p. 31)

O monumento, neste sentido, é um ponto que faz a mediação entre as saudações históricas, homenagens, celebrações de personalidades, eventos etc. e a projeção para o futuro, os intentos de significação e para os projetos de nação e de identidade. O monumento, portanto, não deixa de ser um documento mediador.

Como documentos, os monumentos são criações marcadas social e historicamente; testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar. A utilização de materiais, os estilos da execução privilegiados são indícios do “espírito do tempo”. Têm função informacional e resgatam o sentido etimológico de *docere*: ensinar. Feitos para durar, seriam a expressão da permanência. (Freire, 1997, p. 95)

Uma cidade que não preserva seus monumentos é entendida no imaginário social como uma cidade que não valoriza sua própria história, seu povo e sua cultura. Por outro lado, a promoção de uma cultura de valorização do patrimônio monumental não está ligada apenas a manutenção, valorização e transmissão da história de um povo, mas de qual versão desta história, afinal “não há como ignorar, tampouco, o conteúdo ideológico de muitos monumentos” (Freire, 1997, p. 95).

Um centro urbano que não é adornado monumentalmente é raro de se encontrar nas cidades latino-americanas, inclusive, muitas vezes o monumento é a razão de ser de inúmeras praças. Os bustos e as estátuas de variadas personalidades – políticos, imperadores, jornalistas, artistas, escritores etc. – localizadas no centro destes espaços os nomeiam. Bancas de revista, bancos, árvores e passantes orbitam o monumento dentro do espaço das praças, pois a arquitetura destes espaços é pensada e construída para que a reverência a esta marca espacial (Veschambre, 2008) seja obrigatória dentro da geometria urbana dos espaços públicos e das paisagens da coletividade. O monumento é objeto e condição cênica de culto, as bases em granito, os detalhes em bronze e até mesmo os trabalhos em jardinagem ajudam a realçar tais personalidades elevadas à categoria de monumento. Agora, elegidas à oficialidade histórica, com relevância sociocultural, se integram à paisagem da cidade, enraizando-se no espaço e

tempo; e assim permanecendo. Freire (1997) acrescenta um argumento indispensável sobre essa questão ao pontuar que

[...] para que os monumentos desempenhem seu papel *nessa teatralização social de valores* deve haver, por parte do público um movimento de apropriação. Por muito tempo essa apropriação foi sinônimo de reconhecimento. A história oficial, portanto, deve ser narrada por figuras reconhecíveis. Era preciso, por exemplo, que as pessoas se reconhecessem nas figuras representadas para que os monumentos pudessem ser assimilados dentro dessa repetição do sempre igual. Os regimes totalitários serviram-se de monumentos para inculcar a massa seus valores. A mensagem era inequívoca. (Freire, 1997, p. 96, grifo da autora)

Sobre a questão do culto aos monumentos e a promoção de valores, o debate vai partir do diálogo com Alois Riegl (2014). O autor foi um importante historiador da arte e arqueólogo austríaco que escreveu sobre o culto aos monumentos em seu livro "O culto moderno aos monumentos: sua essência e sua origem", publicado originalmente em 1903, mas que continua referência para pensarmos o fascínio que estas estruturas causam nas pessoas e os motivos que levam à sua multiplicação ao longo do tempo nas mais variadas realidades nacionais.

Riegl (2014) apresenta o argumento de que os monumentos são valorizados não apenas por sua função de utilidade ou função histórica, mas também por sua aura ou presença física, que é criada pela sua idade, raridade, beleza além das qualidades estéticas. Ele chamou esse conjunto de "valor intrínseco" dos monumentos, o que torna independente de sua função ou significado original. O autor também observou que a atitude em relação aos monumentos mudou ao longo do tempo. Na antiguidade clássica, por exemplo, os monumentos eram vistos principalmente como uma forma de glorificar os governantes, deuses ou governantes-deuses, enquanto na Idade Média, eles eram lidos como objetos sagrados e milagrosos. Na era moderna, Riegl (2014) aponta que o culto aos monumentos se tornou mais uma questão de apreciação estética, pois os sujeitos passam a valorizar a história e a beleza dos monumentos em si mesmos, além disso enfatiza os riscos do extremismo ligado ao culto aos monumentos, pois pode levar à preservação excessiva, rígida e intransigente ao passo que petrifica o passado em detrimento do desenvolvimento futuro, isto é o que o autor chama de viés orgânico do monumento (Riegl, 2014), afinal se esta peça representa uma sociedade e uma cultura e se estas, por sua vez, são mutantes, dinâmicas e em constante evolução, os monumentos não podem ser estáticos.

3.2.1 O culto urbano aos monumentos

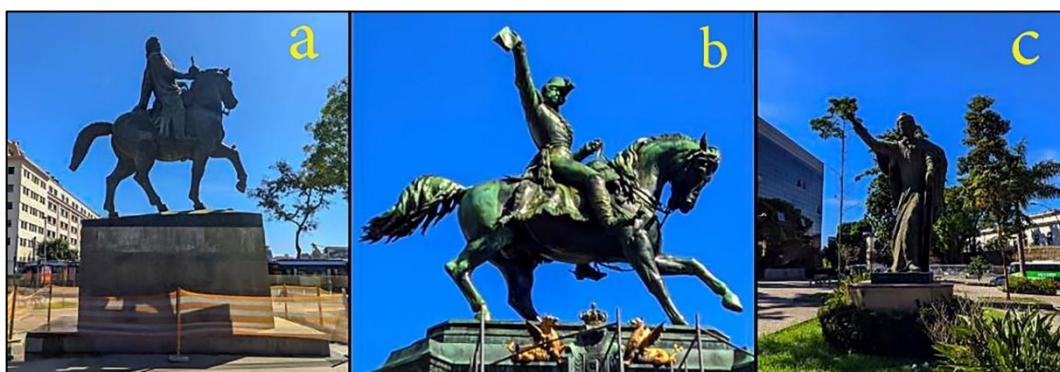
As urbanidades paisagísticas investigadas nesta pesquisa são repletas de inúmeros documentos monumentais. Sejam as variadas praças para homenagear a inauguração da

república brasileira ou os muitos bustos referentes aos representantes da monarquia e da virada republicana. A título de exemplo podemos citar as estátuas de Dom Pedro I, Dom João VI e Ruy Barbosa, personalidades facilmente encontradas em praças na cidade do Rio de Janeiro (Figura 7). A grande questão é que a manutenção, restauração e preservação destes monumentos históricos se tornou imperativo para as prefeituras municipais e os governos dos estados. As justificativas oficiais giram em torno da preservação da memória, da valorização do bem público e da garantia do direito ao monumento para as gerações vindouras. Além disso, há a promoção de uma masculinidade erudita. A questão do eruditismo masculino como geradora de marcas e traços espaciais já foi discutida em outra oportunidade no texto de Rocha e Aragão (2020) e reflete sobre as marcas que são deixadas no espaço urbano por meio de símbolos ou marcações espaciais.

Quando temos um monumento com o de Rui Barbosa, esta realidade torna a aparecer, isto é, temos a exaltação de um símbolo erudito da constituição da nação. A personalidade é lembrada como filósofo, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, Ministro de Estado e importante diplomata e seu nome figura, inclusive, entre o imaginário social brasileiro quando se trata de diplomacia, justiça e ideais federativos. O imaginário social brasileiro considera Rui Barbosa um personagem importante do projeto-golpe que tornou República o Império brasileiro.

O monumento, por sua vez, adorna o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e traz a figura do jurista usando a tradicional toga e de braço levantando como alguém que discursa; no outro braço, a estátua se ocupa de segurar um livro de proporções avantajadas. A composição imagética mitifica Rui Barbosa ao cravá-lo como objeto de visualidade e culto urbano com ares de homem erudito, messias e herói da República Federativa do Brasil.

Figura 7 – a) Monumento a Dom João VI; b) Monumento a Dom Pedro II; c) Monumento a Rui Barbosa.



Fonte: acervo do autor.

Parques e suas grandes áreas verdes não fogem a esta lógica, o Parque do Ibirapuera em São Paulo, por exemplo, possui inúmeras peças monumentais que interrompem a monotonia do verde para verbalizar monumentalmente um pouco da história da cidade, do estado da constituição do país (Figura 8). Grandes navegadores, bandeirantes, indígenas e outras personalidades misturam-se intencionalmente à arborização e paisagismo dos centros urbanos para serem cultuados e lembrar aos passantes, seja a pé ou de carro, que o país possui seus heróis que devem ser vistos, lembrados e saudados. Um dos principais acessos ao parque mencionado é a Avenida Pedro Álvares Cabral, personalidade que assume o protagonismo no principal mito de fundação nacional: O Descobrimento do Brasil. O mesmo personagem é imortalizado na paisagem do parque ao lado de bandeirantes, indígenas e outras representações ligadas ao processo de interiorização do país. O grande mausoléu em forma de obelisco, símbolo fálico que aponta para o céu, faz referência com seus 72 metros de altura os “Heróis de 1932” e saúda a Revolução Constitucionalista de 1932⁵, inclusive traz na sua base as inscrições “Viveram pouco para morrer bem / Morreram jovens para viver sempre”. As inscrições trazidas na base do obelisco corroboram como nosso argumento, pois os idealizadores da peça paisagística se preocuparam com duas coisas principais: imortalizar o ato dos tais heróis e dizer, de modo verbal e literalmente escrito na pedra, que estavam imortalizando os mesmos heróis.

Figura 8 – a) Monumentos a Pedro Álvares Cabral; b) Monumento às Bandeiras; c) Mausoléu Obelisco aos Heróis de 1932, São Paulo/SP, Brasil.



Fonte: acervo do autor.

⁵ A Revolução Constitucionalista foi um movimento armado iniciado em 9 de julho de 1932, liderado pelo estado de São Paulo, que defendia uma nova Constituição para o Brasil e atacava o autoritarismo do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Durante quase quatro meses, os paulistas entraram em confronto com tropas fiéis a Vargas e, isolados, foram derrotados. O levante não foi em vão, pois, em 1934, era promulgada a nova Constituição brasileira.

Neste sentido, o concreto dos prédios e estátuas, a pedra-sabão, o asfalto das vias, vidraçaria das janelas, e o ferro das estruturas vai se fundindo aos imaginários coletivos e criando uma atmosfera urbana repleta de imagens triunfais, agarra os personagens dos mitos de fundação do país e vai mitificando a paisagem urbana. Neste caso, as personalidades míticas tornam-se objetos de um culto urbano ao heroísmo empreendido, seja nas rotas marítimas, no desbravamento da mata atlântica ou até mesmo o protagonismo na luta de uma unidade da federação brasileira contra o autoritarismo do governo federal e centralizador.

3.3 Paisagem política e o arquétipo heroico

É oportuno dentro desta argumentação debater sobre a relação entre as formas arquetípicas do herói e do heroísmo (Jung, 2003; 2014) e o uso político da paisagem a partir dos fascínios gerados pela instrumentalização destes arquétipos.

Uma primeira discussão sobre o heroísmo envolvido na paisagem foi apresentada em Silva *et al.* (2021). No texto, os autores discutem como imagens triunfais são balizadoras de uma política patrimonial. Os autores argumentam que nesta “empreitada de demarcação territorial e irradiação de imagens heroicas, a paisagem construída está diretamente vinculada à construção de uma imagem triunfal” (Silva et al., 2021, p. 16). E aí as imagens ligadas aos heróis vão sendo potencializadas por meio dos sacrifícios, seja ele dos corpos individuais ou coletivos e para reiterar as narrativas do sofrimento e conseqüentemente levar ao processo de redenção, fato que leva à legitimação de ações político-midiáticas (Oliveira, 2012). Os heróis, portanto, são instrumentalizados na paisagem urbana “por meio da intervenção nas elaborações da paisagem urbana mediante a construção de totens, ícones, estátuas [...]” (Silva et al., 2021, p. 16).

Um exemplo interessante sobre o uso das paisagens com finalidades políticas (e neste caso também eleitorais) é a inauguração da estátua do então presidente Jair Bolsonaro na cidade de Passo Fundo/RS no ano de 2021. A estátua de seis metros de altura, fabricada em ferro, tem objetivos bem definidos, foi financiada por admiradores do político, e tinha como objetivo homenagear o então presidente e que seria candidato à reeleição no ano seguinte. Inaugurada na Praça Mãe Preta, a estátua não possuía autorização para estar fixada em local público. Após decisão judicial foi retirada do local por descumprimento da legislação eleitoral.

Figura 9 – Estátua do então presidente Jair Bolsonaro, Passo Fundo, Rio Grande do Sul.



Fonte: Jornal O Globo (2021). Reprodução/Twitter.

A peça monumental é demasiadamente angular – fato que dificulta aproximação com realismo da figura humana e mais se assemelha ao, também mítico, Cavalo de Troia – e busca exaltar a figura do político representado. Percebemos que o semblante do monumento é firme, concentrado e mira no horizonte. Nas mãos, segura uma bandeira do Brasil que lhes confere ar de patriotismo. A composição completa visa passar a ideia do triunfo, da vitória recém conquistada contra opositores e traidores, por fim, a bandeira prestes a ser fincada consolida a imagem de conquistador, apesar do guindaste que lhe confere estabilidade passar a ideia contrária. Embora, pouco tempo depois tenha aparecido jogada no chão dentro de um depósito após a retirada, a tentativa de mitificação da paisagem foi frustrada.

Figura 10 – Estátua do então presidente Jair Bolsonaro jogada ao chão em depósito de materiais recicláveis em Passo Fundo/RS.



Fonte: Jornal O Globo, 2021. Foto: reprodução.

A política empreendida tendo a paisagem dos monumentos como vetor fabrica heróis e constrói narrativas bem elaboradas. Os tópicos a seguir discutem a relação entre dimensões arquetípicas e políticas do erguimento de estátuas, totens e outras peças monumentais.

3.3.1 Arquétipo do herói

Entendamos arquétipo como complexos mentais que tem a capacidade de produzir significados determinados a partir das “formas mentais cuja presença não encontra explicação alguma na vida do indivíduo e que parecem, antes, formas primitivas e inatas, representando uma herança do espírito humano” (Jung, 2014, p. 82). Esses resíduos arcaicos, os arquétipos, são definidores de significados, de visões de mundo e constituidores de representações conscientes. Porém, cabe questionarmos: como relacionar as forças arquetípicas com a paisagem? Os arquétipos são a tendência de formar as mesmas representações, embora variem em detalhes, a partir de estímulos sensoriais distintos. Jung (2014) argumenta que o arquétipo é uma tendência instintiva fortemente influenciada por estruturas inconscientes e não uma determinação pré-fabricada ou herdada. A paisagem tem muitas qualidades e entre estas podemos citar o fato de que, enquanto dimensão espacial, ela é capaz de mobilizar os arquétipos e as nossas percepções de mundo e é justamente com dessa dimensão que os elaboradores da paisagem vão atuar, isto é, canalizando esta energia proveniente dos arquétipos, sobretudo o arquétipo do herói

Pode-se perceber a energia específica dos arquétipos quando se tem oportunidade de observar o fascínio que exercem. Parecem quase dotados de um feitiço especial que também caracteriza os complexos pessoais; e assim como estes têm a sua história individual, também os complexos sociais de caráter arquetípico têm a sua. Mas enquanto os complexos individuais não produzem mais do que singularidades pessoais, os arquétipos criam mitos, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras. (Jung, 2016, p. 98)

O herói deve ser lembrado e por isso monumentos são erguidos, canções são criadas e orações devotadas, pois “o mito universal do herói, por exemplo, refere-se sempre a um homem ou um homem-deus poderoso que vence o mal, apresentado na forma de dragões, serpentes, monstros, demônios etc.” (Jung, 2016, p. 98). Os heróis imortalizados nos monumentos investigados neste texto também venceram as mais diversas batalhas: o avanço de outras nações, povos indígenas considerados bárbaros, animais monstruosos e são também vencedores da batalha em favor de sistemas políticos e sociais, isto é, são heróis da monarquia,

heróis da república e heróis da democracia ou de regimes autoritários. Jung complementa dizendo que este herói

sempre livra seu povo da destruição e da morte. A narração ou declamação ritual de cerimônias e de textos sagrados e o culto à figura do herói, com danças, músicas, hinos, orações e sacrifícios, prendem os espectadores num clima de emoções numinosas (como se fosse um encantando mágico), exaltando o indivíduo até sexta identificação como o herói. (Jung, 2016, p. 98).

Neste sentido, outro conceito importante para a discussão é o monomito ou Jornada do Herói. Esta noção é discutida por Campbell na obra “O Herói de Mil Faces” (1989). O principal argumento formulado pelo autor a partir da análise de diversos mitos antigos e de obras literárias em geral é que em incontáveis históricas existirão estágios pré-determinados pelos quais os protagonistas (ou heróis) deverão passar. São eles: 1) Mundo Comum; 2) O Chamado da Aventura; 3) Reticência do Herói ou Recusa do Chamado; 4) Encontro com o mentor ou Ajuda Sobrenatural; 5) Cruzamento do Primeiro Portal; 6) Provações, aliados e inimigos ou A Barriga da Baleia; 7) Aproximação; 8) Provação difícil ou traumática; 9) Recompensa; 10) O Caminho de Volta; 11) Ressurreição do Herói; 12) Regresso com o Elixir.

Na análise do autor, o homem comum tornar-se herói ao sair do mundo comum no qual ele vive, explorar um mundo desconhecido e retornar ao mundo comum como herói. Esta estrutura permite que as mais variadas histórias possuam fio em comum de estruturação. O arquétipo do herói é então instrumentalizado no monumento e, conseqüentemente, na paisagem, pois tem a capacidade de gerar fascínio e construir narrativas convenientes a interesses políticos diversos.

3.3.2 A paisagem como instrumento político

Os heróis são instrumentos políticos e a ideia de heroísmo é utilizada com finalidades políticas. O texto apresentado por Melo Filho (2021) é basilar para iniciar e, posteriormente, aprofundar a discussão a respeito do aspecto político da paisagem e explicar como esta dimensão espacial é e torna-se, também, um instrumento de atuação política. O autor apresenta um debate em torno de duas abordagens para a paisagem e discute suas relações com a política. As abordagens morfológica e simbólica. A primeira se relaciona melhor com a questão que trazemos sobre as dimensões que compõem a paisagem, pois concordamos com o autor em não considerar a paisagem como um elemento passivo dentro do jogo político, mas sim a sua dimensão ativa na condução de acontecimentos e desdobramentos relacionados a operacionalidade da paisagem enquanto dispositivo.

Consideramos, ao contrário, a paisagem como orientadora da ação política, das interpretações realizadas e dos movimentos ocorridos no espaço. Com essa perspectiva, a paisagem torna-se um instrumento ativo, mobilizado para explicitar os desejos e interesses dos grupos políticos que controlam os elementos que a constituem. (Melo Filho, 2021, p. 3)

O autor coaduna com a discussão apresentada aqui ao dizer que o intuito da reflexão exposta por ele é compreender a paisagem como uma narrativa composta por elementos concretos e imaterialmente simbólicos que são mobilizadores de ações políticas (Melo Filho, 2021). O autor destaca formas de olhar o espaço como condutor “da coletividade que reconhecem nessas leituras uma justificativa de atuação política” (Melo Filho, 2021, p. 4).

Dessa forma, consideramos as paisagens políticas como aquelas que articulam objetos presentes no espaço em uma narrativa destinada a influenciar as ações políticas da coletividade. Elas não produzem falseamentos da realidade necessários de decifração, ao contrário, tornam explícitos os interesses dos grupos mobilizadores. Tanto as paisagens produzidas pelos poderes instituídos, presentes em instrumentos urbanísticos e transformadas em dispositivos pelo processo de política da paisagem, como as paisagens produzidas em manifestações e protestos por grupos insurgentes, são paisagens políticas, pois tomam a política como orientação das maneiras de olhar o sistema de objetos distribuídos no espaço. (Melo Filho, 2021, p. 4).

Esta dualidade de atuação política referida pelo autor se dá também em nossa discussão em duas frentes principais. A primeira, ligada as estratégias espaciais de simbolização empreendidas por aqueles que fixam o monumento, isto é, os grupos políticos ligados às oficialidades estatais e que conduzem o processo de simbolização. Por outro, o que Melo Filho (2021) compreende enquanto paisagens políticas, isto é, as formas de perceber e atuar sobre tais marcas espaciais, é o que discutiremos no capítulo seguinte sob a ótica do conceito de tática. Portanto, compreendemos que estratégias e táticas no campo espacial são duas dimensões que atuam sobre a paisagem, tornando-a objeto de atuação política, seja ele hegemônico ou contra hegemônico. Há uma fusão de elementos materiais e simbólicos nos ataques e nos contra-ataques empreendidos através de paisagens monumentais (espaço-temporais) e rituais (tempo-espaciais).

O próximo capítulo amplia esta discussão, aprofunda o debate sobre estratégias e táticas instrumentalizadas por meio da paisagem e inicia uma reflexão sobre como as urbanidades na América Latina são um campo fértil para análises destes conflitos que surgem, também, em meio a tantas celebrações jubilares dos projetos de nação e de identidade nacional do lado de cá do Oceano Atlântico, afinal a paisagem não deixa de ser, entre tantas coisas, um acúmulo do processo histórico (Melo Filho, 2014) da ação humana sobre o espaço que reúne vestígios, traços e marcas dos conflitos. Discutiremos a primeira dimensão de análise: os *limites das latinidades*.



GEOESTRATÉGIAS URBANAS

4 GEOESTRATÉGIAS URBANAS: AÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS

A foto que abre o capítulo e traz crânios humanos – mesmo artificiais – que adornam um dos cenários urbanos da cidade de São Paulo e que parecem gargalhar frente a marcha dos bandeirantes. As peças são símbolos de morte e não procuram substituir o monumento às Bandeiras, pelo contrário, as caveiras precisam da paisagem urbana constituída pelo Monumento às Bandeiras para cumprirem seus objetivos: nos lembrar da morte, do massacre e do genocídio que os sertanistas levaram Brasil adentro em suas missões de desbravamento do território. Há uma geoestratégia desenhada na cena urbana em questão, da idealização à inauguração do monumento, entretanto outros sujeitos insurgem, inventam e desdobram geotáticas.

Este capítulo se debruça sobre um dos polos do campo de forças que é a paisagem, ou seja, discutimos como atuam as geoestratégias dentro do que chamamos de mítica da paisagem, isto é, o processo de formação de paisagens míticas. Apresentamos o detalhamento do conceito de geoestratégia ao discutir a produção das paisagens míticas em espaços públicos e privados nas cidades que são focos do estudo. A significação e a ressignificação são dois processos complementares. O foco são as ações pautadas no espaço, isto é, a construção de fixos e a apresentação do que entendemos enquanto o recorte espacial (América Latina).

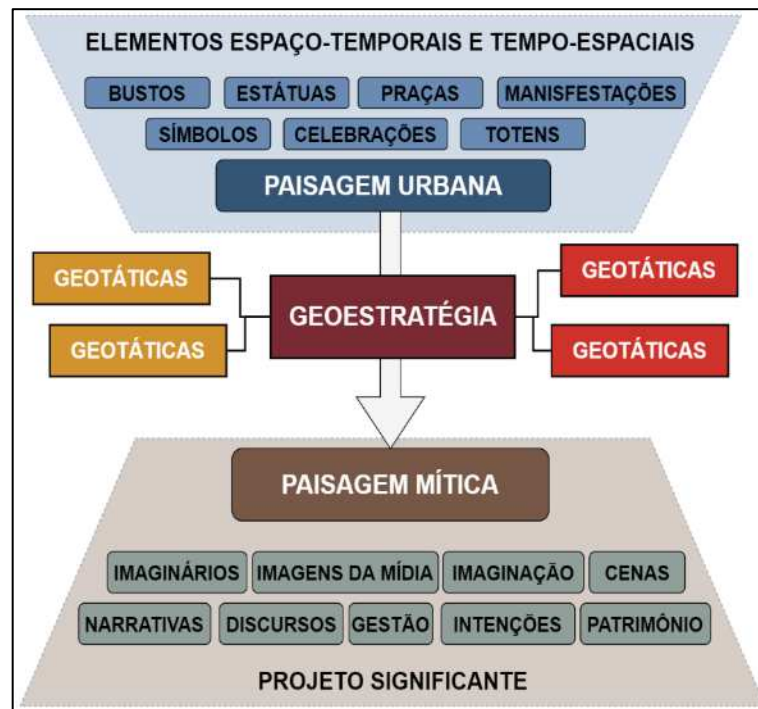
Iniciamos o debate sobre o primeiro vetor do objeto desta tese – Limites das Latinidades – ao debater como as urbanidades latinas também são moldadas a partir de um jogo simbólico que multiplica ícones nas paisagens urbanas. Uruguai e Argentina aparecem neste momento com mais intensidade, pois enquanto o primeiro se prepara para vivenciar na presente década seu bicentenário de independência nacional (2028); o segundo já vivenciou neste século o seu bicentenário (2016). Ambas as realidades nos fornecem excelentes bases para debater os projetos de nação constituídos e em permanente construção.

Cabe destacar, neste contexto, o recorte temporal que nomeia nossa tese, 2000-2023, pois a circularidade destas datas jubilares são fundamentais para construção de contextos de memória para a inauguração de monumentos e celebrações diversas. O recorte espacial desta pesquisa, portanto, tem relação com tal circularidade de datas e a importância que os marcos temporais possuem para as demarcações paisagísticas e conseqüentemente estes irão atuar a partir de intenções geoestratégicas.

Este capítulo, embora discuta fortemente muitos elementos históricos, conceituais e teóricos, visa abordar questões mais ligadas à geopolítica (estratégia e tática) que se desenham nos espaços públicos. A ideia é explorar a categoria de paisagem articulando-a com a discussão

de espaços públicos e paisagens urbanas. Apresentamos, portanto, uma ideia de paisagem que vai além de seus aspectos estéticos e visuais e se desdobra também no campo das ações políticas, da percepção e das narrativas expressas de forma paisagística (Barnes; Duncan, 1992). Os próximos tópicos definem o processo de mítica das paisagens a partir de contribuições relacionadas à conceitos geopolíticos; explora o universo em torno da geoestratégia e da geotática como forças correlatas e constituidoras da paisagem mítica; constrói um panorama sobre projetos nação e de identidade latino-americanos e avalia seus limites; adentra ao universo brasileiro para analisar as grandes metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo; e, finalmente, apresenta uma discussão sobre como as paisagens míticas podem ou não consolidar projetos de poder.

Figura 11 – Ideograma apresentando o itinerário teórico-metodológico do capítulo três.



Fonte: elaborado pelo autor.

4.1 A mítica das paisagens: como se efetiva um projeto significativo

Para aprofundarmos a discussão sobre o processo de mítica das paisagens é preciso estreitar o diálogo entre comunicação e espaço. A ideia é discutir a geopolítica, geografia política, geopolítica da visibilidade e geopolítica da iconografia. Os textos fundamentais para conduzir a discussão são os de Aragão (2015) a respeito da mobilização de símbolos religiosos

expressos na paisagem no texto no contexto da cidade de Juazeiro do Norte/CE. Além disso, os escritos de Monnet (2006) sobre símbolos urbanos na cidade do México e a própria conceituação de geopolítica da visibilidade e da iconografia também se farão presentes. Certeau (2014) é evocado para auxiliar a elaboração dos arranjos teóricos do que chamamos de geoestratégia e geotática como forças atuantes e produtores de paisagens.

Por geografia política, entendemos processos espaciais mais endógenos aos territórios nacionais, tais como processo de formação territorial, relacionamento e conflitos entre entes federativos, processo de desenvolvimento intrarregionais e relações territoriais inter-regionais, portanto, a geografia política possui conceitos próprios e fortes relações com a geografia econômica e a urbana, pois analisa questões políticas ou até mesmo eleitorais em relação a gestão e produção do território. Desta forma, a geografia política, é entendida como subárea da Geografia, tem como foco de análise as relações estabelecidas entre espaço, poder e sujeitos ao unir temas vinculados ao poder territorial, sobretudo no que diz respeito a sua gerência (Castro *apud* Texeira & Silva, 2015).

A geopolítica, por sua vez, pode ser compreendida um ramo autônomo dentro da ciência política (Costa, 1992) e possui forte relação com dinâmicas mais exógenos aos organismos nacionais, ou seja, as relações entre os Estados-nações e as consequências das relações internacionais sobre os territórios nacionais, sendo assim, temas como imperialismo, colonização, guerras, conflitos separatistas, fronteiras internacionais etc. são temas caros à ciência geopolítica. Desta forma, o estudo que tratamos aqui embora aborde os conceitos de geopolítica da visibilidade e da iconografia (Monnet, 2006), possui mais alinhamento com os campos de estudos da geografia política.

Sendo assim, o processo que nomeia este tópico, a mítica das paisagens, está ancorado na discussão proposta por Monnet (2006) ao falar sobre o processo de iconização por meio da geopolítica da visibilidade, isto é, o processo pelo qual o signo tornar-se-á ícone. Fato que ocorre, sobretudo através de sua midiaticização, pela profusão de sua imagem nos meios comunicacionais que projetam sua visibilidade. Daí a importância do referido autor para a análise documental-midiática realizada, pilar metodológico da investigação. A midiaticização através de notícias, fotografias, capas de jornais, telejornais e mais recentemente o jornalismo digital é um vetor poderoso para a transformação dos signos da paisagem monumental em ícones dentro das paisagens urbanas. As narrativas que são constituídas pela mídia consolidam o mito que foi arquitetado junto aos monumentos em questão.

O mito, por sua vez, é a estrutura teórico-epistêmica basilar do nosso referencial teórico e não deve ser tomado com sinônimo de mentira ou de fantasia como o senso comum se acostumou a fazer. O mito, no entendimento de Eliade (1991):

[...] narra os acontecimentos que se sucederam in princípio, ou seja, “no começo”, em um instante primordial e atemporal, num lapso de tempo sagrado. Esse tempo mítico ou sagrado é qualitativamente do tempo profano, da contínua e irreversível duração na qual está inserida nossa existência cotidiana e dessacralizada. Ao narrar um mito, reatualizamos de certa forma o tempo sagrado no qual se sucederam os acontecimentos de que falamos (Eliade, 1991, p. 53).

O mito, portanto, tem a função de fundador, sejam espaços fantásticos, como grutas, cachoeiras, praias paradisíacas, ou até mesmos tendências, religiões, formas de pensar, cosmovisões etc. O mito é capaz de explicar também o surgimento de criaturas mitológicas, seres extraterrenos e deuses que nos tempos primordiais habitavam entre os seres humanos e tiveram papel decisivo na construção do mundo como conhecemos hoje. Porém, o mito também é uma estrutura política, é capaz de mobilizar vontades, anseios, ideologias e consciências.

Os mitos instrumentalizados em paisagens monumentais são o que denominamos de paisagem mítica, isto é, uma marca espacial que agrega valor de mito ao espaço e à personalidade do herói (ou heróis) simultaneamente. Monumentalidades construídas com o intuito de fazer-nos pensar: “Vejam, os Bandeirantes, bravos aventureiros que fundaram o estado de São Paulo, feito magnífico e sem precedentes, se não fosse a coragem destes heróis (homens-deuses-míticos), o principal e mais rico estado brasileiro ainda seria mata virgem”, discurso hipotético, exagerado e cínico, mas que visa fazer-nos refletir sobre as tentativas de condução das percepções a partir da construção de monumentos. A paisagem mítica, então, serve à tentativa de fazer flutuar nas mentes dos passantes, visitantes, transeuntes, isto é, consumidores desses cenários, ícones e peças urbanas concepções pré-fabricadas sobre os objetos, cenas e personagens representados.

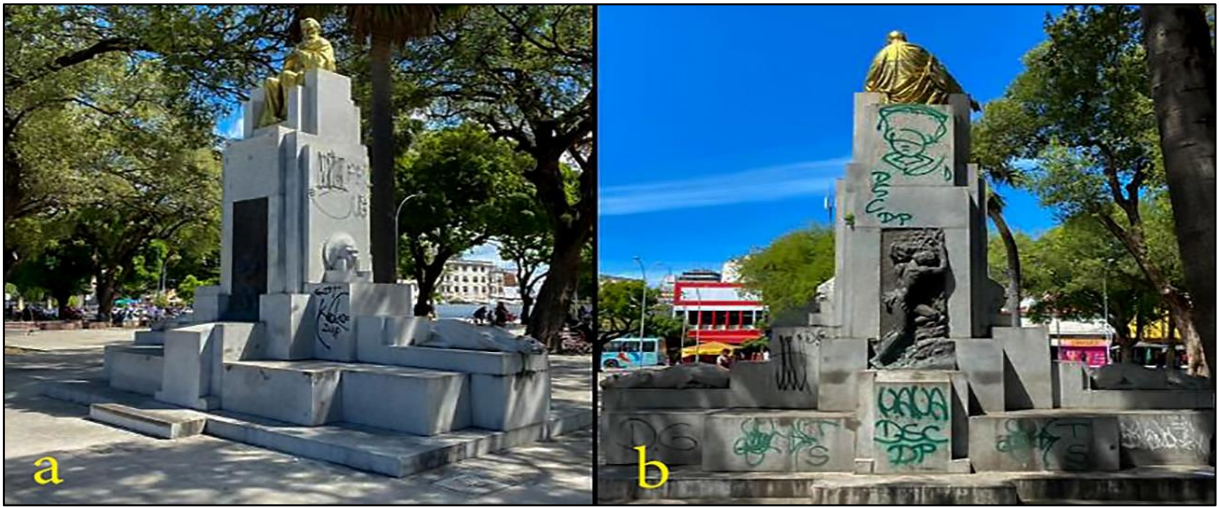
A paisagem mítica surge neste movimento dialético, uma tensão espaço-temporal que mobiliza ações, significados, discursos, porém não para por aí chega no âmbito do patrimônio, da política pública e da gestão dos espaços e tempos urbanos. O direito à paisagem como parte de nossos direitos à cidade (Lefebvre, 2006). O Estado, portanto, vai atuar como legitimador de discursos através dos monumentos instalados nos espaços públicos. Exemplificações e panoramas começam a ser construídos a partir deste terceiro capítulo, considerando sobretudo estudos contemporâneos sobre a mobilização da paisagem no atendimento de interesses privados (Melo Filho, 2021; Ribeiro, 2019). A discussão incorpora realidades latino-americanas (Rahme, 2020; Novo, 2021) como foco central da análise, no

entanto, algumas situações norte-americanas e europeias surgem de modo breve e pontual, pois consideramos indispensáveis enquanto exemplos distantes.

Neste sentido, um exemplo europeu nos parece oportuno. Como é o caso de um monumento na cidade de Stavropol' (Rússia), uma estátua do General Alexei Ermolov (1777-1861) é apresentada por Foxall (2013) como uma “paisagem contestada”, isto é, um monumento que articula memórias, identidades de forças políticas conflitantes dentro de uma cidade marcada por ruas e praças cujos nomes fazem alusão ao período soviético e revolucionário vivido no país. O exemplo pode parecer distante, mas nos é útil para demonstrar como forças políticas se utilizam destas narrativas espaciais dentro do jogo que tensiona interesses na construção de identidades e memórias entre uma Rússia czarista que depois uma nação soviética e, atualmente, pós-soviética (Foxall, 2013). Esta é, inclusive, uma das principais forças teórico-epistêmicas que move nova discussão, o embate entre interesses e visões de mundo conflitantes e como os reflexos disso podem ser percebidos na paisagem, ou seja, como há um tensionamento entre dois polos antagônicos que geram um campo de forças. Sobre estes polos que mobilizam estrategicamente recursos espaciais e se utilizam de táticas voláteis, efêmeras e temporais, chamaremos de geoestratégias e geotáticas.

A geoestratégia em nossa concepção está ligada a estética urbana do triunfal. O herói se torna mítico a partir do momento em que seu monumento começa a ser construído e esta não é uma ação que fica presa nas teias do passado, pois monumentos e mais monumentos continuam a ser construídos, apesar da crescente desconfiança imposta pelos tempos presentes sobre eles (Pereira, 2021). No entanto, queremos chamar atenção ao aspecto estratégico na construção de tais monumentos, uma vez que inúmeras intencionalidades estão em jogo. Utilizemos as fotografias abaixo para iniciar a explicação sobre as geoestratégias urbanas e como estas atuam na formação paisagem mítica (Figura 12).

Figura 12 – a) e b) Monumento a José de Alencar em praça homônima no Centro de Fortaleza, Ceará.



Fonte: acervo do autor.

Analisemos a composição de fotografias acima para apresentar o que entendemos por geoestratégia. A imagem monumental que adorna uma das principais praças da cidade de Fortaleza e faz alusão há um dos mais reconhecidos escritores do país. A referência monumental não é peça isolada dentro da cidade e podemos mencionar também o Theatro José de Alencar, ruas, espaços de cultura, inúmeras estátuas da indígena Iracema (um dos principais personagens do autor) etc. Neste sentido, a marcação monumental que se situa no núcleo da praça José de Alencar foi pensada por cidadãos que ocupavam papéis de destaque na sociedade cearense no início na passagem do século XIX para o XX, como Justiniano de Serpa e Antônio Sales. A partir do ano de 1923 inicia-se a mobilização junto aos governantes para a construção do monumento, justificado através do aproximar do centenário do autor de *Lucíola*, *Iracema*, *Senhora*, *O Guarani* etc. e da necessidade de imortalizar na paisagem: “um puro intelectual na suprema administração do Estado, cremos que o momento é oportuno para lançar a ideia de que esta humilde crônica se faz veículo, e vem ser a ereção de uma estátua de José de Alencar em nossa capital”, palavras do próprio Sales em uma de suas crônicas (Bóia, 1984, p. 371).

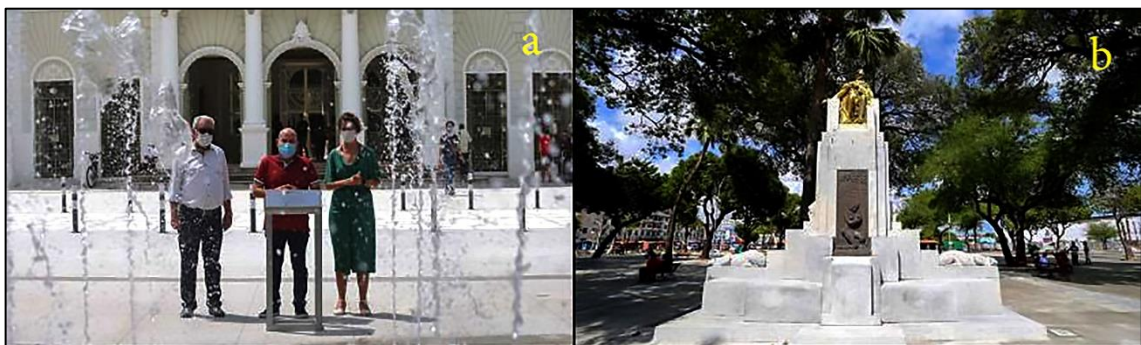
O monumento é então entregue à cidade em 1º de maio de 1929 – ano em que Alencar completaria se vivo 100 anos de nascimento – e permanece na praça⁶ 100 anos após o ímpeto de vontade de sua construção por parte de Antônio Sales, entre outros eruditos cearenses, e podemos analisar suas intenções a partir de seguinte argumentação: "Só ao pé do

⁶ À época o espaço se chamava Praça Marquês de Herval e posteriormente foi rebatizado e ressimbolizado de Praça José de Alencar.

vulto de José de Alencar, perpetuado no bronze poderemos condignamente celebrar o centenário do nascimento desse que é a mais pura glória de nossa raça e a mais alta mentalidade de nossa Pátria" (Bóia, 1984, p. 379).

Chegado o presente século, os administradores da cidade de Fortaleza permanecem a mobilizar a memória e o culto aos heróis nacionais, nesse caso específico vemos o heroísmo erudito sendo evocado para justificar as intervenções urbanas na paisagem e promover politicamente os gestores que as ordenam. O trecho a seguir deixa claro que o Monumento a José de Alencar é geoestratégico nas duas temporalidades mencionadas: em 1923 ajuda a promover os ideais modernistas em relação à arte e à constituição de uma identidade nacional; em 2020 é instrumentalizado no encerramento de uma gestão municipal para construir arranjos político-eleitorais para dar início a outra em continuidade, como podemos ver no seguinte trecho extraído da própria fala do então prefeito Roberto Cláudio (PDT) veiculado em página digital oficial da Prefeitura de Fortaleza: “Estamos esperançosos de que esta intervenção traga maior valor a esse conjunto de grande importância arquitetônica” (Prefeitura de Fortaleza, 2020, n.p.). A notícia estatal traz também duas fotografias; a primeira, em destaque, mostra o político na frente do Theatro José de Alencar de forma centralizada; a segunda é referente ao monumento, permite e induz quem acessa o documento a associar as duas imagens e traçar paralelos entre a paisagem mítica reformada pelo poder municipal e o gestor que ordenou o serviço.

Figura 13 – Roberto Cláudio (PDT), então prefeito de Fortaleza entrega Praça José de Alencar requalificada; Monumento a José de Alencar, Fortaleza/CE.



Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2020.

A imagem do gestor, portanto, passa a assumir centralidade imagética e protagonismo político do que tange a tomada de decisões referentes à preservação do

patrimônio. Na sequência, a publicação também procura legitimar o discurso da prefeitura por meio de relatos da população em geral

As irmãs Lígia e Lucimar Bezerra destacaram a importância do engajamento comunitário em prol da preservação do espaço. “A Prefeitura fez a sua parte e trouxe beleza e limpeza a esta praça tão importante. Agora, a população precisa se conscientizar e preservar. As gerações futuras merecem contemplar essa maravilha”, pontuaram.

Em visita ao Centro, o vendedor Antônio Juvêncio elogiou as intervenções realizadas. “Votei em Roberto Cláudio e não me arrependi em nenhum momento. Ele transformou a Cidade e fechou o ciclo da melhor forma possível. A praça está linda e convidativa para receber as famílias e resgatar a história de Fortaleza. Nasci em São Gonçalo, mas adotei a Capital como minha terra. Hoje, estou feliz por ela”, concluiu. (Idem).

O que o caso específico do Monumento a José de Alencar nos ajuda a compreender sobre as geoestratégias? Os monumentos são construídos para serem vistos, as elites intelectuais, econômicas e políticas mobilizam recursos públicos e privados em prol da promoção de uma memória oficial. A paisagem urbana é estrategicamente produzida para atender a interesses particulares e datas jubiliares são evocadas para sustentar a argumentação em torno destes empreendimentos paisagísticos. Quem ousaria se opor nos anos 1920 às obras de construção do monumento em comemoração aos 100 anos de nascimento de um escritor conterrâneo e nacionalmente reconhecido? Quem ousaria se opor as requalificações no referido monumento que já possui 90 anos de idade em 2020? Estas perguntas são retóricas, mas nos ajudam a compreender o peso que a dimensão temporal possui na construção de legitimidade a partir do espaço e da paisagem.

José de Alencar aparece na imagem sentado em um trono sobre um enorme pedestal, constitui uma figura soberana quase divina. Abaixo dele, na base de seu trono o pedestal é adornado com figuras de indígenas, animais selvagens e vegetação nativa. O erudito sobre o selvagem, a civilidade acima da barbaridade, desta forma, o herói é elemento de destaque dentro de uma estratificação semiótica. É costurada e recosturada na paisagem de Fortaleza um monumento que ajuda a mitificar a paisagem para a gerir os espaços da cidade. Gerir o espaço e conseqüentemente a paisagem é uma engrenagem importante para conduzir também as visões de mundo, os imaginários coletivos e o disciplinamento ordinário.

O quadrilátero central, que se complementa com a praia e as principais avenidas, traz as seguintes referências: ao Imperador Pedro II (Avenida do Imperador) em cuja regência se observou o investimento na formação de instituições intelectuais; a Dom Manuel da Silva Gomes, terceiro bispo do Ceará e primeiro arcebispo de Fortaleza; a Duque de Caxias, reverenciado como “patrono do exército brasileiro” que coibiu várias manifestações populares e ganhou a alcunha de “O Pacificador”. Desta forma, a circunscrição do centro da capital cearense evoca as relações entre o império e a província, entre a Igreja Católica e o Estado (o chamado padroado, ainda que a separação tenha se dado com a república). É nesta parte da capital que se concentram os símbolos do que Oriá (2003; 2000) denomina de “ideário monárquico”

onde a figura do Imperador Pedro II e do escritor José de Alencar têm lugar especial. (Ratts, 2016, p. 4-5)

A geoestratégia, neste sentido, se articula com a política, pois as estratégias que nos referimos são, em certa medida, usos políticos do poder instituído e Certeau (2014) contribui com essa discussão ao definir estratégia como:

O cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolado de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (Certeau, 2014, p. 45, grifo do autor)

A geoestratégia é a *arte* do forte, do detentor do poder, do gestor público, do legislador, das elites econômicas e dos grandes empresários que pressionam as decisões públicas a médio e longo prazo. Para compreendermos a *geotática*, por outro lado, devemos retornar a imagem do Monumento a José de Alencar (figura 12) e perceber todas as intervenções na forma de pichação presentes na estátua, na base e nos adornos. A pichação cumpre, dentro de uma lógica também paisagística, um papel social que é determinado por aqueles que a produzem e a consomem. A pichação não é compreendida aqui como mero vandalismo, traço marcante das urbanidades contemporâneas, tampouco como rabisco aleatório em patrimônio público, as assinaturas ou *tags* são espalhadas pela paisagem da cidade dentro da lógica de uma difusão máxima e que não respeita propriedade privada ou mesmo patrimônio público (Oliveira; Tartaglia, 2011).

Certeau explica que a tática é arte do fraco, o caminho da subversão, pois é utilizada por quem é destituído do poder oficial e “só tem por lugar o do outro” (Certeau, 2014, p. 45). O foco de nossa análise não são as pichações em monumentos urbanos, mas as intervenções de forma geral, sejam elas pichações, inserção de adornos, pinturas, escaladas, depredação, faixas, incêndios e quaisquer outros meios de se utilizar da força da estratégia contra ela mesma a partir de uma manipulação paisagística que desloca o foco da unidade espacial, que Certeau (2014) chama de *próprio*, para utilizar a unidade temporal. Tempo e espaço embora não possam ser compreendidos separadamente precisam ser modulados quanto tratamos de geoestratégias e geotáticas urbanas, pois a primeira é constituidora de fixos espaciais, marcas e traços paisagísticos que constroem e organizam o espaço, ações espaço-temporais. Ao passo que a segunda, é uma força reativa, surge e se esvai através dos movimentos do tempo, mas sempre se utilizando de uma unidade espacial para se estabelecer, portanto, reações tempo-espaciais.

4.2 Monumentos e Urbanidades Latino-americanos

A discussão panorâmica em relação às monumentalidades urbanas que se inicia a partir daqui tem por objetivo ilustrar a discussão acumulada e fornecer bases para compreendermos a efetivação dos projetos significantes ao redor da América Latina. Para tanto, a discussão histórico-geográfica se adensa e analisamos, também, como as imagens e discursos são produzidos e reproduzidos pela mídia. A já mencionada instrumentalização metodológica da pesquisa passa pela força midiática e iconográfica. Retomamos a discussão sobre os símbolos produzidos, mas agora associamos e discutimos também o papel das mídias na mediação deste processo. A partir do diálogo com Contrera (2006; 2010), os conceitos de mediasfera, semiosfera e noosfera nos parecem interessantes para analisar esta produção comunicativa-jornalística onde boa parte de nossa análise está focada e é direcionada pelas variáveis mencionadas anteriormente, isto é, nossa análise documental considera das fontes, sobretudo: Intencionalidade, Dialogicidade e Reescritura. O que conduz essa discussão é o debate sobre como estes símbolos espaciais também estão embebidos de relações e construções arquetípicas, principalmente ligadas ao heroísmo, ao desbravamento, à força, às jornadas vitoriosas, a fundação de nação, à expulsão de inimigos e a construção das identidades. Elementos estes que aparecem na condução dos projetos de nação latino-americanas.

Dentro do presente século Buenos Aires, capital argentina, já foi palco das celebrações civis e institucionais do bicentenário de seu processo de independência da construção de uma unidade nacional com enfoque nas datas de 2010 e 2016. No Uruguai, a capital Montevideu, principal centro urbano do país, se prepara para vivenciar na presente década as movimentações em torno do seu bicentenário de independência nacional (2028). Nos debruçamos nestes dois exemplos platinos para entender o que foi e o que poderá ser a dinâmica monumental em torno das datas. Outras cidades latino-americanas também compõem o bojo do panorama, como Cali e Bogotá (Colômbia), Santiago (Chile) e Cidade do México (México), pois fornecem elementos interessantes para refletirmos como a história da América Latina possui inúmeros paralelos na construção da nação e da noção de identidade nacional. Não é pretensão desta pesquisa esmiuçar o que foi o processo de independência da nação argentina ocorrido no século XIX, tampouco apresentar personagens históricos, descrever os acontecimentos exaustiva e detalhadamente, afinal outros trabalhos já o fizeram de modo primoroso e foram consultados na construção da presente discussão. Isso também vale para os tópicos relativos ao Uruguai, Colômbia, Chile e México. Os textos de Fausto e Devoto (2004), Villalobos R. (1990), Belloto e Correa (1979), Chevalier (1977) foram fundamentais nesta

construção. Por outro lado, dentro de nossa argumentação estes aspectos históricos são tocados para que possamos estabelecer relação das paisagens monumentais argentinas com os eventos ocorridos no século passado (centenário) e no presente século. Sendo assim, o presente tópico se debruça sobre o processo de independência na Argentina e seus desdobramentos após 100 e 200 anos mediante uma série de monumentos, construções e rituais em torno dos personagens elegidos à heróis da pátria.

4.2.1 Paisagens e heróis do duplo bicentenário da Argentina (1810/1816 – 2010/2016)

Buenos Aires fundada ainda no século XVI chega ao século XIX como um dos principais centros urbanos da região platina do subcontinente da América do Sul quando a Coroa Espanhola, fragilizada pelas invasões napoleônicas, na Europa começa a dar sinais de perda de controle sobre o território latino-americano. No caso argentino, a ruptura política definitiva veio com a revolução de 25 de maio de 1810 e a independência formal em 09 de julho de 1816. O processo foi turbulento e em grande parte liderado pelo General José de San Martín, personagem importante também para outras nações latinas, como é o caso do Chile.

Temos San Martín liderando a resistência contra o domínio espanhol a partir do Vice-Reino do Rio da Prata e nas regiões mais ao sul do continente sul-americano, em um movimento similar ao que o também General Simón Bolívar liderava no Vice-Reino do Peru⁷ para torna-se livre da Espanha. O processo de independência argentina durou 7 anos até ser reconhecido e teve durante este período bélico, turbulento e conflituoso San Martín centralizando o poder político.

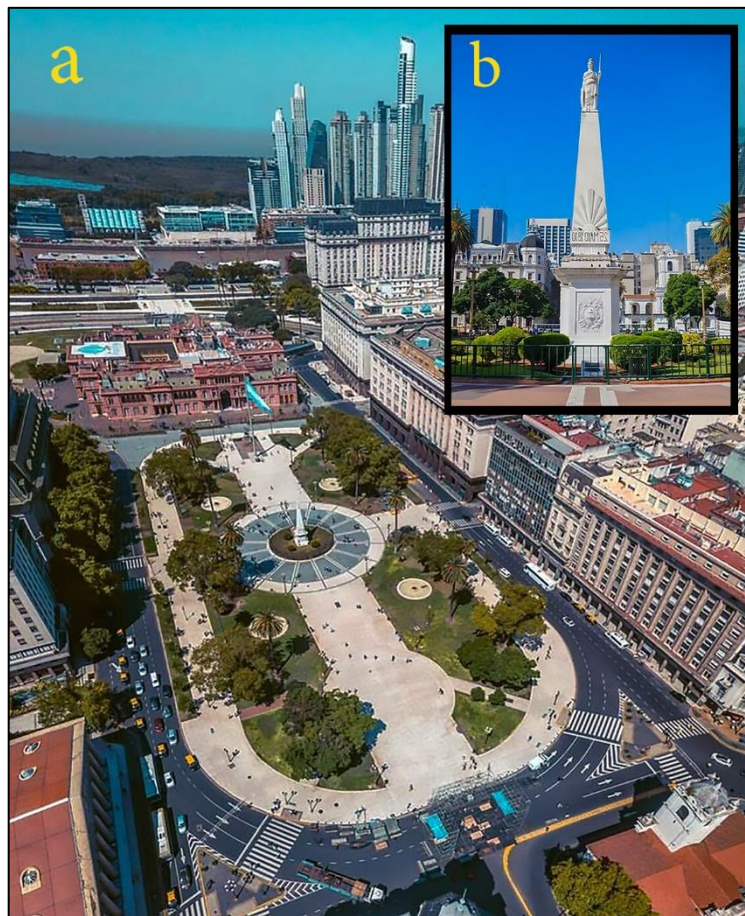
O breve panorama histórico serve para situar como espaço e tempo começam a ser mobilizados no início do século XX – na ocasião do centenário – para estabelecer monumentalidades e rituais celebrativos e para compor os cenários urbanos portenhos e de outras localidades relevantes na recomposição da memória do triunfo de libertação colonial. Posteriormente a este período, temos a inauguração do Obelisco de Buenos Aires em comemoração aos 400 anos da cidade. Estrutura que também desempenha um papel simbólico e social bem definido. Em Buenos Aires, também temos a Pirâmide de Maio, outro obelisco e é considerado o primeiro monumento da cidade de Buenos Aires, pois foi inaugurado em 1811 em referência ao aniversário de um ano da Revolução de Maio.

⁷ Posteriormente tornou-se a Grã-Colômbia (1819-1830) e mais tarde foi dissolvida fazendo surgir os seguintes países: Colômbia, Peru, Panamá e Equador.

No contexto da modernidade, os obeliscos se mantiveram integrados a novos usos políticos e culturais. Numa época marcada pela ideologia do progresso, que tendeu a universalizar a compreensão do tempo como uma flecha irreversível, afastando o presente sempre mais do passado, erigir monumentos para fazer lembrar algum personagem, evento ou história associada à identidade coletiva se tornou uma prática compartilhada por muitas nações europeias e além. Complementarmente, diferentes objetos e construções passaram a ser incluídos no rol dos artefatos monumentalizados, isto é, que adquiriram a qualidade de marcação territorial e histórica, seja regional ou nacional. (Pereira, 2021, p. 256-257).

A Praça de Maio, onde se localiza o monumento Pirâmide de Maio, também é destaque dentro deste panorama sobre Buenos Aires, pois desempenha um papel fundamental na construção da memória coletiva sobre os acontecimentos relativos ao processo de independência argentina e aos heróis da pátria. A praça, por sua vez, geoestrategicamente posicionada no coração de Buenos Aires é palco de inúmeras manifestações artísticas, políticas, cívicas e até mesmo religiosas, portanto, temos uma visibilidade em constante disputa pelos atores sociais portenhos (Figura 14).

Figura 14 – a) Panorâmica da Praça de Maio com a pirâmide ao centro; b) detalhe da Pirâmide ou Obelisco de Maio em Homenagem à Revolução de Maio.



Fonte: a) br.pinterest.com/pin/104849497567741036/, foto de Amor al Arte. b) br.pinterest.com/pin/1119003838655991816/, foto de freepik.com.

Nas décadas seguintes ocorrem outras inaugurações, restaurações, reposicionamentos de monumentos, renomeação de praças e abertura de novas, acompanhadas da profusão de disseminação de imagens na mídia. Desta forma, chegando o presente século, a nação argentina tinha agora que celebrar tanto a Revolução de Maio (2010) como a Declaração de Independência (1816) como marcos importantes na constituição de seu projeto de nação, cada uma das datas com características e apelos simbólicos próprios como aponta Musacchio (2016):

Si la Revolución de Mayo expresaba una amplia articulación de intereses y anhelos contra el dominio colonial y se enhebraban con la propagación de una épica eufórica, la Independencia se producía en el marco de un fuerte enfrentamiento interno por el poder y las características de la conformación económica, política, social y territorial de la nación en ciernes, en el marco de una crítica coyuntura económica y de debilidad militar. En tan solo seis años, el cuadro era profundamente diferente.

O cenário urbano de Buenos Aires, portanto, foi marcado por eventos oficiais do governo federal e inúmeras ações surgem, tais como a criação de um logotipo oficial, cerimônias com chefes de Estado, inauguração de estádios de futebol, lançamento de filmes, exposições em museus, moedas temáticas em alusão ao evento. No entanto, vamos nos ater às monumentalidades que são instrumentalizadas às ocasiões das datas.

Neste contexto, uma peça que merece destaque é o Monumento ao General San Martín e os Exércitos da Independência (Figura 15) localizado em praça que também recebe o nome do General. A personalidade também possui monumentos dedicados à sua luta pela independência na América Latina em diversos países americanos e até na Europa, a título de exemplo, podemos citar os monumentos localizados na Espanha, nos Estados Unidos e no Brasil.

Figura 15 – Monumentos em homenagem ao General San Martín em diferentes países, a) Praça San Martín em Buenos Aires; b) Parque Oeste em Madrid; c) Na Avenida Virgínia e 20th Street, Washington; d) Em Entre Rios – Paraná.



Fonte: a) aguiarbuenosaires.com/praca-san-martin/; b) <https://sanmartiniano.cultura.gob.ar/noticia/monumento-a-san-martin-en-madrid/>; c) upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b7/General_Jose_de_San_Martin_Memorial.jpg; d) br.pinterest.com/pin/574983077416399579/, foto de Gustavo Malberti.

Além da figura do General San Martín e do Obelisco, cabe mencionar o Monumento ao General Belgrano na composição das paisagens míticas portenhas e da memória do povo argentino. As cidades de Rosário, Humahuaca e São Miguel de Tucumã também nos fornecem paisagem míticas interessantes para refletirmos sobre os processos de geoestratégia em terras argentinas que foram se formando ao longo das celebrações dos centenários nos anos de 1910 e 1916.

A cidade de Rosário possui o Monumento Nacional à Bandeira que foi inaugurado no ano de 1957 e faz referência ao local onde pela primeira vez a bandeira argentina foi levantada pelo General Manuel Belgrano, personalidade que por sua vez também tem um monumento em sua homenagem na cidade de Buenos Aires. A peça monumental de Rosário fica localizada em parque de mesmo nome e se trata de uma imensa estrutura torre com galerias,

uma pira na parte interna, uma galeria interna com as bandeiras das nações americanas e inúmeras esculturas em sua base e parte externa.

Em Humahuaca, destaca-se o Monumento aos Heróis da Independência que traz uma imensa figura humana de forma centralizada com vestes indígenas, representa também a relação dos povos originários do continente americano com as batalhas pela independência e contra a pressão/opressão metropolitana europeia.

A cidade de São Miguel de Tucumã também desempenha papel fundamental na construção imagética do projeto significativo argentino uma vez que é a localidade onde o Monumento ao Bicentenário da Independência está. O monumento traz duas pilastras representando os dois séculos do “surgimento” da Argentina e ao mesmo tempo faz referências às duas faixas azuis da bandeira do país, além disso traz um sol na parte central para completar o desenho da bandeira. As peças monumentais são levemente curvadas para dar ao concreto a dinamicidade de uma bandeira que balança com o vento. O monumento abusa de seu gigantismo de 25 metros de inserção na paisagem da cidade de São Miguel de Tucumã ocupando espaço privilegiado no imaginário social por conta da paisagem construída.

Figura 16 – a) Monumento al Bicentenario de la Independencia; b) Monumento a los Héroes de la Independencia; c) Monumento Nacional a la Bandera.



Fonte: a) <https://br.financas.yahoo.com/noticias/fitch-rebaixa-rating-cr%C3%A9dito-soberano-180528057.html>; b) <https://viapais.com.ar/jujuy/1445759-declaracion-busca-preservar-el-monumento-a-los-heroes-de-la-independencia/>; c) <https://www.smt.gob.ar/novedades/16636/el-monumento-al-bicentenario-se-iluminara-con-los-colores-de-la-bandera-de-francia>.

Este panorama sobre as paisagens monumentalmente míticas da Argentina serve para ilustrarmos como a paisagem é instrumento de promoção de um discurso oficial em torno de heróis, acontecimentos e narrativas. Os personagens políticos do passado se misturam também com os personagens políticos do presente. Basta analisarmos o local escolhido pelo

então presidente da Argentina Mauricio Macri para discursar na ocasião das comemorações em 2016 (Figura 17).

Figura 17 – O então presidente argentino Macri discursa na cidade de Humahuaca, Argentina, 2016.



Fonte: Casa Rosada (2016). <https://www.casarosada.gob.ar/slider-principal/36713-macri-a-200-anos-de-la-independencia-diciendonos-la-verdad-es-que-vamos-a-salir-adelante>.

Além disso, as oposições políticas e eleitorais na Argentina entre o campo político do casal Kirchner e o campo político de Mauricio Macri constroem uma polaridade que utiliza das imagens e dos espaços de cultura para se perpetuar, a exemplo desta dinâmica, temos o centro cultural Kirchner que dentro da Era Macri passou a se chamar Bicentenário (El País, 2016). A discussão mais aprofundada a respeito dos processos de disputas simbólicas e políticas utilizando-se das paisagens míticas será tratada no quarto capítulo onde debatemos a perpetuação do que chamamos de geotáticas urbanas.

4.2.2 Paisagens do Centenário Republicano Uruguaio (1825/1828-1925/1928)

O panorama montevideano à época do centenário de sua independência nacional não era muito diferente do processo que o Argentina e posteriormente o Brasil passaram. O processo de libertação da América Espanhola do controle da metrópole ibérica durou quase todo o século XIX e iniciou-se já na primeira década com as crises instaladas a partir das invasões napoleônicas na Península Ibérica já mencionadas anteriormente.

Uma personalidade que merece destaque no contexto uruguaio é o General José Gervasio Artigas que tem papel decisivo no processo de independência na república uruguaia. O pequeno território do Uruguai tem uma história curiosa em relação aos seus países fronteiriços, Brasil e Argentina, pois durante as primeiras décadas do século XIX o domínio foi disputado entre estas duas nações até adquirir soberania em 1828 por meio do Tratado de Montevideú. No entanto, as batalhas contra as forças luso-brasileiras conseguiram elevar o General Artigas (Figura 18) ao posto de herói nacional juntamente com Juan Antonio Lavalleja líder do heroico grupo dos “33 Orientais”, personalidades que tiveram apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata na libertação da Província Cisplatina (atual Uruguai) do domínio brasileiro.

Figura 18 – Mausoléu de José Gervasio Artigas na Praça Independência, Montevideú, Uruguai.



Fonte: br.pinterest.com/pin/428616089515232933/, foto de Juliana Andrade

Do ponto de vista das geoestratégias no Uruguai, podemos mencionar a Praça Independência no coração do país e os monumentos aos sujeitos mencionados no parágrafo anterior. No caso da antiga república cisplatina nossa atenção é mais direcionada a capital e as monumentalidades investigadas são menos pulverizadas do que no caso argentino. Debruçamo-nos sobre a Praça Independência e o Mausoléu de José Gervasio Artigas (inaugurado em 1974) que fica localizado na praça. Nos arredores da capital uruguaia podemos encontrar também na paisagem da cidade uma peça monumental de cerca de 40 metros, o Obelisco aos Constituintes

de 1830, construído e inaugurado para celebrar os 100 anos da primeira constituição do país que ocorreu na década de 1930.

Outro demonstrativo uruguaio da geoestratégia urbana a respeito da memória nacional mobilizada através da paisagem de praças e monumentos é o Monumento aos Trinta e Três Orientais localizado na Praça 19 de Abril na cidade que leva este mesmo nome dentro departamento uruguaio que também possui o nome de Trinta e Três em referência aos heróis que lutaram pela independência. Na cidade de Trinta e Três, além do Monumento localizado na referida praça também se localiza mais um Obelisco em referência a este grupo de combatentes que data dos anos 1950 e mede cerca de 45 metros de altura. Conforme podemos ver nas imagens abaixo, respectivamente, Obelisco aos Constituintes de 1830 (Montevideú); Obelisco aos Fundadores de Trinta e Três (Treinta y Tres); Monumento aos Trinta e Três Orientais (Treinta y Tres), Uruguai.

Figura 19 – Monumentos localizadas em cidades Uruguaias: a) Obelisco aos Constituintes de 1830; b) Obelisco aos Fundadores de Trinta e Três; c) Monumento aos Trinta e Três Orientais.



Fonte: a) www.facebook.com/uruguaytourism/; b) www.dicasdouruguai.com.br/montevideu/montevideu-em-setembro/; c) https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_a_los_Treinta_y_Tres_Orientales_2.jpg

Os monumentos destacados na nação uruguaia rasgam a paisagem com seu gigantismo. Estátuas ao General Artigas se espalham pelas cidades uruguaias em referência ao herói fundador do país. As flechas obeliscais apontadas para o infinito das paisagens celestes platinas oferecem à população a mítica de que seus esforços em torno da construção da nação não foram em vão, isto é, se hoje o país goza de ruas, praças, democracia, lazer, trabalho e

cidadania é porque em um passado não tão distante alguns sujeitos se empenham para tal e hoje repousam no frio do concreto dos mausoléus e urnas funerárias e no calor da memória nacional.

O Uruguai se prepara para vivenciar seus bicentenários nos anos de 2025 e 2028 e novamente estes heróis serão evocados, novas paisagens míticas se desenharão e mais uma vez sujeitos ilustres da política, da economia e da cultura mobilizarão recursos para fundir suas imagens com as dos pais fundadores, uma simbiose simbólico-política como a que se viu na Argentina em 2010 e 2016 e no Brasil em 2022. Não podemos esquecer de mencionar que em 2024 o Uruguai se prepara para vivenciar o tricentenário da fundação de Montevideú.

4.3 Geoestratégias Urbanas no Eixo Rio-São Paulo

Diante do panorama exposto sobre as realidades platinas relacionadas a Argentina e ao Uruguai, debrucemo-nos sobre a realidade brasileira e as construções de sentidos e significados traçados em nosso país tendo como pano de fundo a paisagem. Algumas realidades específicas merecem mais ênfase, sobretudo nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, grandes metrópoles nacionais, que nos últimos dois séculos polarizam pessoas, recursos, investimentos e infraestrutura.

A primeira discussão é sobre os traços e marcas espaciais (Veschambre, 2008) que surgiram do processo de centenário na independência na paisagem das referidas cidades. Um diálogo com movimentos mais amplos no contexto do início do século XX também parece oportuno para pensarmos qual a identidade nacional que se pretendia elaborar naquele momento e como isto também foi alvo de disputas políticas e no campo da memória.

É neste contexto que trazemos para o debate os centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro para discutir como os imaginários sociais vão se construindo com o aproximar do bicentenário da independência nacional em 2022 a partir destes dois polos simbólicos. São Paulo a partir da paisagem mítica em torno dos bandeirantes e do mito fundador relacionado ao Ipiranga que é tido como berço da nação brasileira. A cidade do Rio de Janeiro, por outro lado, a então sede da Coroa Portuguesa em território ultramarino durante o processo de independência nacional e posteriormente capital do Império brasileiro, por isso os tópicos que se seguem adjetivam cada uma dessas cidades justamente com essas referências às imagens que foram mobilizadas na construção da unidade nacional, uma São Paulo desbravadora e pioneira na interiorização territorial e um Rio de Janeiro imperial e centralizador do poder político.

4.3.1 Marcas e traços espaciais no centenário da independência do Brasil (1822-1922)

Embora deslocado do recorte temporal da pesquisa, o ano de 1922 merece uma atenção especial dentro do panorama construído no presente capítulo, pois a década de 1920 e as movimentações políticas, artísticas e culturais trazem elementos de suma importância para compreendermos o Brasil do bicentenário (pelo menos o primeiro).

“Uma nação em busca da modernidade”, foi assim que Motta (2022, p. 2) descreveu o contexto brasileiro no período em questão. A autora argumenta que o próprio contexto de 1922 quando se pensava um “novo” Brasil, agora mais moderno, ajudou a acirrar o entendimento sobre o coração cultural da nação ou “cabeça do país”. A cidade carioca, então capital nacional, vê uma contradição em jogo, a dificuldade política e simbólica de celebrar os ideários imperiais que fundaram a monarquia brasileira (então já extinta) dentro de um contexto já republicado naquele ano. Deveria a presidência saudar o majestoso centenário nacional surgido num contexto monárquico em 07 de setembro dentro da jovem república que caminhava ainda para seu 33º aniversário (no também simbólico 15 de novembro)? É uma questão importante colocada por Motta (2022) para compreendermos o contexto da época? A questão levantada pela autora ajudar a visualizar os embates simbólicos e as disputas em torno das datas e da modernidade que a intelectualidade brasileira visava construir naquele momento.

Uma vasta documentação, especialmente representada por jornais, revistas, livros, congressos e palestras, indica efetivamente que a comemoração do Centenário mobilizou a intelectualidade dos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao forçar a busca das origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e as realizações republicanas, suscitou debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira (Motta, 2022, p. 68)

O texto de Motta (2022) nos ajuda a entender os enfrentamentos entre as intelectualidades, algumas mais tradicionais e outras mais de vanguarda, na construção deste projeto de nação moderno a partir do centenário. No entanto, queremos chamar atenção para as efetivas celebrações protagonizadas pelas cidades à altura do Centenário. “Litoralista, desligada dos valores autenticamente nacionais, passadista, dependente do Estado, a capital federal estaria associada a uma República taxada como falida e corrupta” (Motta, 2022, p. 72), assim era descrita a cidade do Rio de Janeiro na tentativa de promoção da cidade de São Paulo como epicentro das comemorações do Centenário da Independência. São Paulo, então, é eleita como essa paisagem moderna capaz de carregar a modernidade brasileira ao futuro da nação e assim “a construção dessa memória se assentou na confluência de elementos da geografia e da história, combinados de uma maneira especial para afirmar a crença de que São Paulo era o “berço da nação”.

A capital federal, por sua vez, não ficou fora da lógica se movimentou com as aproximações da data e lançou a “Exposição Universal do Centenário da Independência” que mobilizou vultosos recursos públicos e dirigentes públicos na condução do ambicioso projeto a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro (Motta, 1992). Segundo o jornal Estadão (2022) o então presidente Epitácio Pessoa não poupou esforços e mobilizou cerca de cem contos de réis para a realização da exposição.

O complexo da exposição se situava no centro do Rio de Janeiro, na região onde antes havia o Morro do Castelo. No final da Avenida Rio Branco, um pórtico monumental de 33 metros de altura marcava sua entrada. Com pavilhões de mais de seis mil expositores e com a participação de todos os Estados brasileiros e de 14 países, entre eles, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Inglaterra, Bélgica, Japão e Argentina, a grandiosa estrutura foi cuidadosamente iluminada com luzes noturnas para se destacar ao longe. Mais de 3 milhões de pessoas visitaram a feira, que terminou em março de 1923. (Estadão, 2022, p. 1)

Outros eventos marcantes também compuseram as geoestratégias naquele momento importante para a construção de uma memória nacional. Como a primeira transmissão de rádio do Brasil, a travessia (a primeira) feita por pilotos portugueses de avião do Atlântico Sul – fato que inspirou uma outra travessia, dessa vez feita por pilotos italianos 5 anos depois e que produziu um monumento na cidade de São Paulo – e até mesmo a visita de membros da família imperial portuguesa às terras brasileiras (Estadão, 2022).

Para cumprir o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a parte nacional da exposição se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes.

Figura 20 – Complexo onde a Exposição do Centenário foi realizada na cidade do Rio de Janeiro; Cartaz de divulgação da exposição.



Fonte: a) <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,centenario-da-independencia-em-1922-exposicao-radio-aviacao-e-um-novo-ipuranga,70004142680,0.htm>; b) https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposi%C3%A7%C3%A3o_Internacional_do_Centen%C3%A1rio_da_Independ%C3%Aancia.

Chama atenção no logotipo oficial apresentado acima as datas de início e fim da exposição, “de 7 de setembro a 15 de novembro de 1922”, os marcos temporais referem-se ao mesmo tempo à memória monárquica e republicana, assim como vemos também essa dualidade nos escudos representados e nos monumentos que se encaram ao fundo da gravura. Essa duplicidade de representações e enfrentamentos políticos, sociais, culturais entre as duas cidades, as duas formas de governo, os dois ideários de nação compõem os imaginários que discutiremos nos tópicos seguintes.

4.3.2 As Bandeiras e a construção da São Paulo Desbravadora

Consideramos o Monumento às Bandeiras o principal monumento geoestratégico e consequentemente um catalizador do processo de mítica da paisagem na cidade de São Paulo. Localizado nas proximidades do Parque do Ibirapuera na Avenida Pedro Álvares Cabral (que também possui monumento no local). Os desbravadores, no caso desta região da capital paulista, marcam a paisagem e a toponímia da cidade, pois quando se trata do navegador luso e dos bandeirantes, ambos nomeiam importantes avenidas da metrópole brasileira e estão imortalizados em peças monumentais.

A reflexão se dá em torno de figuras que a cada dia tornam-se mais controversas e polêmicas dentro do imaginário (e do noticiário) brasileiro. A fotografia e texto que abrem a introdução deste trabalho se dá justamente neste contexto de contestação contemporânea do legado e da exaltação em torno das imagens constituídas pelos bandeirantes e que compõem, ainda, inúmeras paisagens na cidade de São Paulo. Porém, reservamos o próximo capítulo para discutir as geotáticas do processo de mítica da paisagem, portanto, apresentamos a seguir uma discussão em torno do contexto de estabelecimento da geoestratégia monumental que fixou a imagem abaixo na cidade de São Paulo (figura 21).

Figura 21- Monumento às Bandeiras, São Paulo/SP, Brasil.



Fonte: acervo do autor.

O Monumento às Bandeiras surge no contexto das disputas de narrativa quando a nação brasileira completava seu primeiro centenário de independência em 1922. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro se posicionava como centro político do país, a outra grande metrópole sudestina buscava estratégias para construir uma identidade própria enquanto vanguarda do desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país.

Os bandeirantes eram apenas um dos trunfos que São Paulo possuía para se situar favoravelmente na disputa pela memória da nação centenária. Desde 1912, já estavam assegurados os recursos necessários à execução do Monumento do Ipiranga, destinado a fixar no bronze a lembrança do lugar onde o príncipe d. Pedro havia proferido o grito libertador, e outorgado ao país a sua maioria política. Inaugurado em 7 de setembro, ainda que inacabado, o monumento teria cumprido a sua missão, qual seja, a de recuperar a “verdade histórica”, colocando São Paulo no palco principal dos eventos comemorativos de 1922. (Motta, 1992, p. 9)

Dentro desta disputa pela memória no contexto paulista diversos outros monumentos emergem para reverenciar os bandeirantes e fortalecer o imaginário em torno do desbravamento e do pioneirismo que são eleitos para se tornarem a marca o estado e da capital. Nas imagens abaixo, podemos ver dois outros monumentos que ajudam a ilustrar a argumentação, ambos construídos dentro de um contexto celebrativo ao personagem bandeirante e facilmente acessados na paisagem urbana da metrópole.

O monumento à esquerda (Figura 22a), homenageia o bandeirante conhecido Anhanguera⁸, Bartolomeu Bueno da Silva, atualmente localizado à margem da Avenida Paulista foi inaugurada em 11 de agosto de 1924, nos jardins do Palácio dos Campos Elíseos, a estátua foi transferida depois de 11 anos para a frente do parque Trianon (atual localização). O outro é Manoel de Borba Gato, conhecido apenas como Borba Gato localizado na zona sul do município de São Paulo, no distrito de Santo Amaro, no entanto, sua marca na paisagem vai para além do monumento, pois nomeia também a estação de metrô do local, algumas lojas e é considerada uma referência, pois está geoestrategicamente localizado próximo a uma avenida de grande circulação.

Figura 22 – a) Monumento em homenagem a Anhanguera, no Jardim Paulista, b) Monumento em homenagem a Borba Gato em Santo Amaro, ambos em São Paulo.



Fonte: acervo do autor.

⁸ Conforme o site Assembleia Legislativa de São Paulo o monumento foi entalhado em mármore pelo escultor italiano Luigi Brizzolara, em Gênova. O monumento é uma homenagem ao bandeirante considerado o descobridor das minas dos índios goiá, que teriam habitado a cabeceira do rio Vermelho. A lenda em torno do bandeirante conta que ele viu os índios desta etnia usando pepitas de ouro como adorno, para obrigá-los a revelar a localização das minas, ateou fogo à aguardente de um prato, ameaçando fazer o mesmo com as águas dos rios. Os índios goiá, aterrorizados, indicaram o caminho das minas, chamando o bandeirante de Anhanguera, o que significa "espírito do mal". Os índios acompanharam Anhanguera de volta à capitania de São Paulo e ainda se dispuseram a ser seu exército.

Em ambas as fotografias podemos perceber ao fundo e abaixo dos monumentos, banners informativos em tons de azul e púrpura. Estas intervenções são peças produzidas para contextualizar os personagens míticos retratados expondo a sua relação com a violência causada aos povos indígenas. O processo geoestratégico que coloca as peças monumentais na paisagem da cidade é retocado pela ação tática de também intervir na paisagem, na proximidade das figuras representadas. Essa geotática estabelecida pela ação dos coletivos políticos e acadêmicos que também fixa na paisagem uma versão dos fatos ganha destaque a partir do próximo capítulo, mas é importante destacar que esse processo de significação da figura do bandeirante se fortalece, entre tantas dimensões, a partir do jornalismo, como aponta Waldman *apud* Campos (2022)

o bandeirante não apenas ganha evidência nas colunas jornalísticas como se torna, no início do século XX, o personagem principal de diversos discursos proferidos nas rádios, nos órgãos governamentais, nas escolas e nas praças públicas; ao mesmo tempo, converte-se no protagonista de uma série de livros históricos e literários; revela-se uma estrela do cinema, do teatro, da propaganda oficial e dos anúncios publicitários privados; é entoado nos hinos patrióticos e nas músicas populares; empresta seu nome a empresas, associações, lojas, produtos comerciais e logradouros; além de ganhar dimensões, relevo, cores, formas e texturas nas pinturas, esculturas e monumentos espalhados em regiões estratégicas da capital paulista.

A figura do bandeirante alimenta essa espécie de redescobrimto do Brasil a partir do processo de interiorização do território nacional dá vantagem retórica, monumental, narrativa e até mesmo paisagística ao estado e cidade de São Paulo. Na construção desta estética triunfal do mito que fundou o Brasil enquanto Estado-nação independente, São Paulo tem dois trunfos, ambos relacionados à ação de heróis: a coragem do bandeirante e o riacho do Ipiranga – cenário mítico do processo de independência nacional. Embora possamos considerar que o processo de independência vai muito além da vontade heroica de Pedro I. de gritar a quem quisesse ouvir o ultimato “independência ou morte!”, o fato é que o imaginário em torno da independência é sequestrado (Lima Jr.; Schwarcz; Stumpf, 2022) e o canônico mito fundador da nossa nação sai da garganta de um monarca. É neste contexto que o Ipiranga (praça, rio, riacho, bairro etc.) torna-se tão importante dentro das geoestratégias que vão se multiplicando na paisagem, pois é um cenário ideal.

É oportuno, neste contexto, apontar que o quadro de Pedro Américo⁹ é um dos principais responsáveis pela construção do imaginário em torno do grito da independência com

⁹ Pedro Américo de Figueiredo e Melo foi um romancista, poeta, cientista, teórico de arte, ensaísta, filósofo, político e professor brasileiro, mas é mais lembrado como um dos mais importantes pintores acadêmicos do Brasil, deixando obras de impacto nacional. Entre suas obras podemos destacar *Independência ou Morte* (1888), *Visão de Hamlet* (1893), *Judite e Holofernes* (1880), *Paz e concórdia* (1895), *A noite acompanhada dos gênios do estudo e do amor* (1883) *Batalha do Avaí* (1877), entre outras.

o icônico quadro “independência ou morte!” que data de 1888, isto é, a fundação mítica, pictórica e paisagística da nação brasileira a partir do grito do imperador, ironicamente, foi construída já no apagar das luzes deste império.

Embora esses monumentos ligados aos bandeirantes sejam inúmeros dentro da cidade de São Paulo, merece destaque também o Monumento à Independência (figura 23) dentro do contexto paisagístico e geoestratégico da cidade em questão. A peça que marca a paisagem do bairro do Ipiranga – região possuidora de fortes relações com o processo de independência – foi pensada e inaugurada em 1922 e revisitada no ano do bicentenário brasileiro junto ao Museu do Ipiranga que fica nas proximidades e foram acionados pelos governos municipal, estadual e federal para celebrar o júbilo da nação brasileira. O museu que ficou fechado por 9 anos para reformas e ampliação (BBC, 2022) estava então pronto para reafirmar – assim como foi no centenário – o pioneirismo paulista no fim do Brasil colônia.

Figura 23 – a) Monumento à Independência brasileira; b) Parte frontal externa do Museu do Ipiranga, São Paulo/SP.



Fonte: acervo do autor.

Na imagem acima vemos a dupla monumental que coroa a região do Ipiranga com seu gigantismo paisagístico e ajuda a mitificar a paisagem da cidade de São Paulo com suas narrativas intencionalmente escritas no espaço urbano. O totem digital na entrada (mesmo que fechada) cria uma expectativa no sujeito que passa pelo local, seja a pé ou automóvel, a fotografia feita em 05 de julho de 2022 elabora uma atmosfera em torno da data magna de 07 de setembro de 2022, isto é, temos o anúncio geoestratégico realizado pela contagem regressiva

do que veio a ser parte importante da celebração do bicentenário brasileiro: a reinauguração do Museu dentro da simbologia de uma das datas mais importantes da pátria.

Por outro lado, a cidade Rio de Janeiro, antiga capital do Império brasileiro e por muito tempo também capital do país em sua atual fase republicana também reivindica o protagonismo na formação social, territorial e de identidade nacional a partir de estratégias também localizadas espaço-temporalmente.

4.3.3 Rio de Janeiro: a cidade imperial brasileira

“Rio, capital da independência” é como a prefeitura do Rio de Janeiro batiza o conjunto de ações geoestratégicas – com slogan e logotipo – que irão conduzir as celebrações ao bicentenário no contexto carioca (ver figura 24). A prefeitura anunciou (O Globo, 2022) diversas obras de requalificação pela cidade, restauro de monumentos e requalificação de praças com o objetivo de valorizar o papel central da capital fluminense no processo de independência nacional. O prefeito da cidade, Eduardo Paes, traz em seu discurso elementos interessantes para analisarmos o anseio de resgate do protagonismo carioca:

Temos a necessidade, não só como cariocas, mas como brasileiros, de ter o registro adequado dos fatos históricos. Infelizmente, uma certa pasmaceira que tomou conta do Rio de Janeiro não permitiu que nós chamássemos a atenção para o protagonismo dessa cidade. O Rio, como capital da Colônia, do Império e da República, teve o protagonismo nos grandes fatos da história brasileira e, especialmente, na independência. Devemos refletir sobre aquilo que somos e que construímos ao longo desses 200 anos de independência e sobre o papel da nossa cidade e o protagonismo que o Rio sempre teve, ainda tem e terá daqui em diante (Diário do Rio, 2022, n.p.)

Figura 24 – Logotipo da iniciativa “Rio, Capital da Independência; O prefeito Eduardo Paes em apresentação sobre as ações da iniciativa.



Fonte: <https://prefeitura.rio/conservacao/prefeitura-inicia-uma-grande-revitalizacao-na-quinta-da-boa-vista>

As ações em torno do restauro de praças, parques e monumentos de forma geral são importantes para os personagens políticos, pois servem para destacar e fazer ser vista na paisagem urbana o logotipo do projeto da gestão municipal por meio da multiplicação de canteiros de obras e *outdoors* pela cidade. Essa informação visual, o logotipo em torno o monumento, é repassada para os consumidores da paisagem importante e alto valor para os personagens políticos desse processo, pois direciona o entendimento de quem vê tal cenário a associar as obras de restauro e revitalização ao gestor municipal (e seu grupo político), conseqüentemente o próprio resgate da memória, a valorização do bem público a salvaguarda da memória nacional são instrumentos políticos de autopromoção.

Cabe mencionar, neste sentido, que a Conjuração Mineira e a figura de Tiradentes, ignorada pelo Império e aclamada pela República, não recebem atenção devida dentro das celebrações relativas ao bicentenário brasileiro. Questão que pode ser parcialmente explicada pelo fato de o personagem histórico ser exaltado apenas no Brasil republicano, pois a independência passou a ser lida como um projeto abortado no Império e resgatado na modernização dos primeiros anos da República. Portanto, os positivistas republicanos em sua ânsia por heroizar a história brasileira elevam a figura de Tiradentes a herói nacional, produzindo assim narrativas, paisagens e imagens a respeito do antigo criminoso “lesa-majestade” e agora um dos faróis do Brasil republicano.

Reiteramos: a geoestratégia urbana instrumentalizada na paisagem tem desdobramentos fortemente eleitorais. Sendo a antiga capital nacional, o Rio de Janeiro, ajuda a construir uma reflexão sobre como a antiga capital do Império do Brasil e posteriormente da república brasileira é uma peça importante para compreender o fenômeno analisado neste trabalho.

4.4 Capital da Independência: Rio de Janeiro ou São Paulo?

Diante da fragilidade de programação do Governo Federal – que se empenhava na reeleição – as imagens e discursos sobre a fundação bicentenária do país não poderiam ficar à deriva. Portanto, um cabo de guerra sobre esta visibilidade passa a ser disputada entre os dois principais polos econômicos, culturais e políticos do país, no caso, Rio de Janeiro e São Paulo. Uma pergunta ajuda a sintetizar essa deriva republicana: afinal, quem é a capital da independência do Brasil?

Carlos Lima Jr., Lilia Schwarcz e Lúcia Stumpf apresentam uma discussão profundamente interessante no livro *O Sequestro da Independência* (2022), também lançado no

ano do bicentenário para pensarmos a construção mítica em torno do Sete de Setembro. Há uma disputa política estabelecida e é cabível questionar quem assume o protagonismo em relação ao júbilo da nação brasileira se tratando dos seus 200 anos de existência. Existência esta que começa a ser contada oficialmente quando a nação colonial brasileira é apartada oficialmente da metrópole lusitana. Este terceiro tópico do capítulo quatro também visa funcionar como uma abertura para o quinto capítulo, tendo em vista que neste embate político-simbólico, a centralidade da narrativa gira em torno do eixo Rio-São Paulo e acaba, também, por ofuscar outros movimentos de comemoração do bicentenário brasileiro.

Vamos discutir como o Rio de Janeiro e São Paulo historicamente procuraram assumir os protagonismos em relação a independência do Brasil e conseguem fazê-la (Quadro 1), pois as duas metrópoles instrumentalizam bem a paisagem mítica, constroem heróis e apresentam narrativas convincentes que vão sendo eleitas à oficialidade. Neste sentido, temos um fenômeno na região Sudeste que é mais ligado as monumentalidades estáticas, diferente da Bahia, que tem um carácter ritualístico e teatral, com a participação popular em um desfile cívico marcado pela teatralização de uma batalha, isto é, utilizando-se da encenação mítica (e paisagística) do processo que consolidou a independência do Brasil.

Quadro 1 – Principais projetos conduzidos pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Estados	Ações
Rio de Janeiro	Revitalização de espaços históricos: Restauro do Museu Histórico Nacional; Requalificação da Quinta da Boa Vista; Iluminação cênica em pontos históricos da cidade.
	Programação cultural: Exposições (Museu Histórico Nacional e Museu de Arte do Rio); Shows e apresentações artísticas; Eventos educativos e programação online.
	Ações cívicas e sociais: Desfile de 7 de setembro foi realizado na Avenida Atlântica em Copacabana; Campanhas sobre a valorização da história e dos símbolos nacionais e Ações sociais:
São Paulo	Revitalização do Parque da Independência: Restauro do Monumento à Independência e seu entorno; Obras de acessibilidade; Criação do Centro de Memória e Interpretação; Ampliação da área verde etc.

	Programação cultural: Exposições; Shows e apresentações artísticas; Eventos educativos; Programação online etc.
	Ações cívicas e sociais: Desfile cívico, Campanhas de conscientização; Ações sociais; Iluminação especial em monumentos etc.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quando se fala em processo de independência, é importante lembrar que houve uma construção forjada do momento, que conforme Silva (2020), havia sido preparada no Rio de Janeiro, Minas Gerais e em São Paulo, ao mesmo tempo que José Bonifácio e outros nomes concorriam ao posto de patriarca da Independência. Dessa forma, percebe-se que o movimento de independência também tem nuances territoriais e de conflitos de interesses, discutindo-se sobre qual lugar de fato deveria levar o reconhecimento desse importante episódio da nossa história. Tanto o ato e sua importância foram irradiados de maneiras diferentes no então território brasileiro.

As duas cidades tiveram maneiras diferentes de celebrar o fatídico dia 7 de setembro no decorrer dos anos. Na década de 1850, na época capital administrativa e política, o Rio de Janeiro começava a popularizar os festejos relativos ao dia da independência. Foi fundada em 1853, por exemplo, a Sociedade dos Cavaleiros do Ipiranga, formada por um grupo de homens da alta sociedade econômica e intelectual da cidade que tinham como objetivo endossar o mito do ato histórico a partir de festejos e monumentos espalhados pela cidade (Kraay, 2007). Com o passar do tempo, outras sociedades foram se integrando às comemorações e endossando o caráter patriótico da data em solo fluminense.

No século XX, principalmente após a década de 1940, as escolas de samba do Rio de Janeiro exploraram o tema em seus sambas enredos e desfiles. Conforme Almeida (2022), a independência foi discutida pela escola Azul e Branco do Salgueiro em 1947 por ocasião dos 125 anos. Já em 1951, Irmãos Unidos do Catete, Floresta do Andaraí e Unidos do Itambi. Em 1952, foi a vez do Unidos da Tamarineira e Unidos do Salgueiro. Emblematicamente, em 1972, ano do sesquicentenário da Independência, a única agremiação do Grupo I (equivalente à “1ª Divisão”) a abordar o tema da emancipação política do país, a Unidos de Vila Isabel, ao desenvolver o enredo “Onde o Brasil aprendeu a liberdade”, (Almeida, 2022, p. 118).

Em São Paulo, as comemorações têm um caráter mais imagético-paisagístico do ponto de vista das monumentalidades construídas, ou seja, são visíveis ao modo que se traduzem em construções que podem ser consideradas obras míticas. O Monumento consagrado

a Independência, localizado no Museu da História Natural de São Paulo é um exemplo. Pensado por grupos conservadores que tentavam instituir o patriotismo no país, foi construído próximo à colina onde foi proclamado a República, pensada como símbolo máximo de representação da data. O monumento foi entregue à população paulista em 1890.

Nesse sentido, Monteiro (2017) explica que o conjunto da obra do museu e do grande totem foi construído com o intuito de colocar a cidade como o “berço da nação” e “lugar do grito”, e para isso realizou-se um concurso internacional para escolher o artista responsável. Percebe-se então um esforço conjunto entre a alta sociedade e o governo local em estabelecer uma memória. Lopes (2010) destaca que desde que a Coroa instituiu o Rio de Janeiro como capital do império em 1808, São Paulo perdeu representatividade no período colonial, que tentou ser reerguida pelas elites locais pela imagem dos bandeirantes e seu papel na expansão das fronteiras, como explicamos anteriormente no terceiro capítulo.

Desse modo, são perceptíveis as influências heroicas presentes nos totens bandeirantes e relacionados à independência. Durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, conforme Cruz e Perazzo (2023), houve uma celebração pomposa em São Paulo direcionada ao público de outros países, mostrando que se tratava de um país consolidado e de forte identidade patriota. Já no sesquicentenário, em período de ditadura militar sob a presidência de Emílio Médici, o governo fez uma grande propaganda patriota utilizando-se do lema do “Brasil Grande”. Nesta ocasião utilizou o museu para receber e sepultar os restos mortais de Dom Pedro I (Nuzzi, 2022).

Rio de Janeiro e São Paulo, historicamente, tomam para si o protagonismo da independência de maneiras diferentes, sendo o primeiro a partir de manifestações mais populares e espontâneas, tendo em vista os grupos formados e o tom carnavalesco, mostrando que desde classes mais burguesas à mais populares houve um certo envolvimento de ambas, muito provavelmente por conta da influência do longo período que a família imperial viveu na cidade, além dos bairros, ruas e construções alusivas a mesma. Já em São Paulo, as comemorações têm tons mais oficiais, promovidos pelo governo federal principalmente, tendo ênfase maior durante o período da ditadura militar como forma de propagar o espírito patriota. Essas características foram mudando no século XXI.

Nas comemorações do Bicentenário, em 2022, no Rio de Janeiro, as comemorações se concentraram à beira-mar com uma apresentação predominantemente militar, com demonstrações feitas pelo Comando Militar do Leste (CML) com salva de tiros, apresentações de veículos aéreos, navios da Marinha, apresentações de bandas marciais da Força aérea e da

Polícia Militar do Rio de Janeiro. Além disso, foram abertos à visitação o Forte de Copacabana e seu museu.

Houve também algumas atividades simbólicas no decorrer do ano promovidas pela prefeitura da capital. Uma capsula do tempo foi aberta após 50 anos, contendo materiais que foram guardados nas comemorações dos 150 anos da independência, como livros, revistas e bandeiras. Também foi lançado o Álbum da Cidade do Rio de Janeiro: Bicentenário da Independência – 2022, onde estão ilustrados elementos visuais relativos à independência. Palestras foram proferidas no Arquivo Geral da Cidade.

A Cidade de Artes Bibi Ferreira, localizada no bairro Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, também foi palco de várias linguagens artísticas alusiva a data, além de ser reproduzido no Palácio da Cidade o documentário “Palavras da Independência”, que recuperou imagens históricas da cidade do Rio de Janeiro enquanto capital do país. O Parque Quinta da Boa Vista ganhou uma iluminação especial durante a noite para receber mais visitantes. Todas essas atividades e ações foram divulgadas no portal de notícia da Prefeitura do Rio de Janeiro na internet. Considerando, sobretudo, a importância de se manterem registradas todas as intervenções produzidas na paisagem da cidade (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2022).

A Quinta da Boa Vista é a mais simbólica de todas as intervenções que vamos fazer para o Bicentenário da Independência. Tem muito tempo que esse parque não passa por uma reforma completa de seus equipamentos históricos, como as esculturas e os portões. Vamos buscar, ao longo dos próximos meses, até o dia 7 de setembro, ter esses espaços plenamente recuperados – disse o prefeito do Rio, Eduardo Paes, acompanhado pela secretária de Conservação, Anna Laura Valente Secco, e pelo subprefeito do Centro, Leonardo Pavão. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2022, n/p).

Percebe-se a partir das notícias vinculadas que houve um certo esforço das forças militares e do poder público em celebrar o bicentenário na cidade, deixando sempre o significado da data escancarado como parte fundamental da construção e perpetuação da cidade do Rio de Janeiro no contexto urbano e cultural do país. Além disso, fica claro a intenção da prefeitura em colocar a cidade do Rio de Janeiro como um espaço protagonista e significativo no processo de independência do Brasil.

Em São Paulo, a programação também foi agitada. Conforme Albuquerque (2022), a prefeitura organizou 50 eventos espalhados em 200 pontos na cidade através do Projeto Vozes da Independência. Foram apresentações artísticas de dança, música, literatura e artes visuais. No Ipiranga, houve encenações a céu aberto e desfile cívico-militar, que foi realizado em parceria do Exército, Aeronáutica e Marinha. Ainda conforme Albuquerque (2022), houve programação especial na Casa do Grito, na Cripta Imperial, no Viaduto do Chá, no Parque do Carmo e em outros locais espalhados pela cidade.

O evento que mais chamou a atenção foi o Vozes da Independência, que ao mesmo tempo que traz documentos e outros registros oficiais dos considerados heróis da independência, também deu voz e espaço a personagens que historicamente são esquecidos ou negligenciados durante a narrativa, como mulheres, negros e trabalhadores comuns. Dessa forma, pode-se ter outra perspectiva para além do que se considera oficial, levando em conta como a população comum se inseriu e participou do processo.

Nas comemorações do bicentenário da independência, nas duas cidades, percebe-se um caráter mais oficial, no qual as prefeituras e governos dos estados tiveram um papel de anfitriões e provedores dos festejos, tendo como auxiliares desse processo as forças armadas. A ampla programação cultural nas duas cidades também deve ser discutida, tendo em vista que esses mesmos agentes públicos tiveram um esforço de incluir e elucidar a população no tema, tanto colocando-os como agentes de todo o processo como também público-alvo da programação.

Nesse cenário, mais uma vez é perceptível a falta de ação e protagonismo do governo federal, tendo em vista que se trata de uma data histórica importante para o país como um todo, mas que foi lembrado de maneira local, no máximo regional no sudeste do país. Em outras cidades do Brasil, a data foi lembrada basicamente nos tradicionais desfiles militares abertos ao público, que também serviram de palanque para candidatos às eleições do mesmo ano. O que se viu de mais notório a nível de governo federal foi o traslado do coração de Dom Pedro I a Brasília, onde foi exposto no Palácio do Itamaraty.

É importante salientar que a gestão federal do momento, representada pelo então presidente Jair Bolsonaro, estava a um mês de concorrer à reeleição, lançando praticamente todos seus esforços para obter vitória no pleito. O que se viu foi uma tentativa de sequestro do discurso heroico para si, como forma de personificação do mito em torno do processo de independência.

No entanto, o governo Bolsonaro usou de uma efeméride para travar uma guerra ideológica e simbólica. Isso porque, até meados de 2022, o Governo Federal além de não anunciar nada de efetivo – apenas se aproveitou de obras e edifícios já iniciados – ainda fez um discurso que buscou dividir o país em dois polos, além de ameaçar o Estado Democrático de Direito. Como o tom é dado apenas pela exaltação do patriotismo vazio, também se tentou repetir as celebrações de 1972, quando, em tempos de ditadura militar, entrou no Brasil o corpo de Dom Pedro I. (Lima Jr. et al., 2022, p. 295).

Na falta de uma programação nacional oficial, coube às prefeituras e governos estaduais organizarem suas próprias comemorações, perdendo assim caráter integrador e

fortalecedor de uma identidade nacional que, em tese, a data deveria possuir. Isso foi um dos motivos também pelos quais pouco se foi falado sobre o período em outras capitais, tornando o Sete de Setembro de 2022 apenas mais um Sete de Setembro comum.

Tendo em vista todo esse contexto, não é possível afirmar com exatidão qual seria realmente a capital da independência, embora não fosse pretensão deste tópico responder a esta questão. A questão serve muito mais como recurso retórico para se discutir como a polarização política-eleitoral e as fragmentações identitárias em torno da memória nacional afetaram as programações oficiais. Importante apontar que as duas cidades tiveram e tem certa expressão tempo-espacial quando se trata do tema em discussão. O que se pode afirmar é que no Brasil, considerando o exposto, as duas cidades dividem entre si o protagonismo oficial, reforçado midiaticamente, da independência do Brasil. Dentro de momentos e celebrações passadas e presentes revezaram-se em diferentes magnitudes em seus distintos espaços e épocas, igualando-se a partir de um nivelamento por baixo, durante o bicentenário de 2022. Mas cabe se questionar também sobre outras iniciativas em cidades surgidas na já no período republicano como Belo Horizonte (1897) e Brasília (1960).



GEOTÁVICAS URBANAS

5 GEOTÁTICAS URBANAS: REAÇÕES TEMPO-ESPACIAIS

Neste capítulo direcionamos nossos esforços para o outro polo do campo de forças, isto é, dentro da bipolarização assumida para compreender a paisagem, nossa reflexão agora se dá em torno das ações responsivas às geoestratégias urbanas, isto é, as geotáticas. Apresentando os resultados colhidos pelas três variáveis principais da análise anunciadas na introdução deste texto: latinidades, visualidades e disparidades. Focamos neste capítulo, na discussão a respeito dos controles de visibilidade. Como apontamos, as variáveis (ou vetores), neste caso, se convertem em capítulos e trazem discussões específicas e direcionadas sobre as principais hipóteses construídas ao longo da tese.

Intitulamos o capítulo de *Geotáticas urbanas* e continuamos com a investigação através de leitura panorâmica das paisagens urbanas latino-americanas por meio das diversas formas de simbolismo mítico, civismo político e patriotismo heroico. Um quadro panorâmico das realidades investigadas é construído para que possamos explorar a partir das fontes documentais jornalístico-midiáticas e do banco de dados (em atualização constante). A análise de paisagens míticas a partir do referido quadro é o que irá conduzir o debate adiante.

O foco da discussão é pensar urbanidades na América Latina a partir das paisagens míticas projetadas imagética e midiaticamente por meio de monumentalidades e ritualidades e, por extensão, entendermos como as múltiplas latinidades exploradas no capítulo anterior são produzidas e instrumentalizadas visualmente dentro deste jogo de interesses espaço-temporalmente localizado e tempo-espacialmente disperso. O fio de condução, diferente do capítulo anterior, são as ações ligadas ao tempo, mas não deslocadas do espaço, isto é, a dinamicidade dos fluxos paisagísticos geotáticos e a apresentação do que selecionamos enquanto o recorte temporal (2000 – 2023).

A fotografia que abre a introdução desse capítulo, representa A Marcha dos Povos Indígenas, organizada pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular no ano de 2000, quando autoridades brasileiras e portuguesas celebraram os 500 anos do “descobrimento”. As cerimônias, em grande parte, protagonizadas pelos chefes dos poderes executivos em ambos os países foram surpreendidas em terras brasileiras por um evento em resposta aos ritos oficiais do quicentenário do início do processo de ocupação e posteriormente colonização portuguesa no território que viria a se tornar o Brasil. O acontecimento, além de nos ajudar a demarcar temporalmente o fenômeno investigado nesta pesquisa também é oportuno para explicar como as geotáticas expressas na paisagem possuem uma dimensão temporal forte, isto é, as intervenções políticas de reivindicação de direitos dos povos indígenas

ocorrem dentro de um contexto territorial nos espaços de poder político e institucional, no entanto, é preciso combinar a tática espacial com a temporal para que se perceba o impacto político esperado e, conseqüentemente, produzir visualidades com potencial de ser midiaticizadas.

É neste contexto, que a ideia de geotáticas urbanas capitaliza as discussões deste capítulo para discutirmos como a paisagem é um campo de forças a partir de direcionamentos de análise que são vetoriais. Apresentamos um panorama dentro do contexto da América Latina a respeito dos enfrentamentos espaço-paisagísticos que constituem inúmeras monumentalidades urbanas.

5.1 Geotática como reação tempo-espacial às espacialidades monumentais

Discutir os controles de visibilidade como o segundo vetor do campo de forças que são as paisagens míticas requer a construção de um panorama mais amplo sobre as disputas por visibilidade dentro do contexto político e urbano latino-americano. Podemos observar alguns exemplos interessantes em outras nações latino-americanas que no início do século XIX vivenciariam batalhas em torno do processo de independência assim como Argentina e Uruguai que discutimos no capítulo anterior. O panorama apresentado neste tópico discute as faces deste fenômeno nas cidades de Santiago (Chile), Cidade do México (México), Cali e Bogotá (Colômbia).

O ano de 1810 é importante para traçarmos um paralelo, pois tanto Chile, o México e a Colômbia estavam vivenciando o início dos seus respectivos processos de independência no início do século XIX. Neste sentido, nas primeiras décadas do século seguinte é possível ver o crescimento urbano dos centros da vida social, cultural e política dos referidos países ao passo que surgem uma série de monumentos urbanos ligados aos processos de independência e construção das soberanias e identidades nacionais (Villalobos R., 1990). No entanto, assim como ocorreu na realidade da América rioplatense, estes monumentos estão ligados aos militares e pessoas notáveis que tiveram participação ativa neste processo. Posteriormente, os sujeitos políticos e produtores do espaço que vieram, historicamente, depois julgaram relevante para a história nacional sua imortalização monumental.

Se dermos outro salto no tempo, temos no início do século XXI uma nova realidade desenhada, os países caminham para bicentenário de suas independências nacionais, os centros urbanos agora mais inchados demograficamente e passando por mudanças sociais radicais provocadas por avanços técnico-científicos ligados à comunicação, à mídia, à produção e a

circulação de informações – textuais, gráficas, quantitativas, imagéticas etc. Sendo assim, a monumentalidade urbana entra em um novo contexto: o da produção e circulação de informações em massa, fato este que terá papel decisivo na relação dos sujeitos urbanos com as paisagens míticas.

As geoestratégias chilenas desenhadas na paisagem urbana de Santiago remontam o contexto da Guerra do Pacífico (1879-1883) a partir do monumento do General Manuel Baquedano (Santiago) que data de 1924 e que em 2019 foi alvo predileto dos manifestantes que protestavam contra o governo do então presidente Sebastián Piñera. A fotografia rapidamente correu as redes sociais e noticiários e tornou-se um símbolo dos agitos sociais, bem como mobilizou um debate público sobre o legado monumental de personagens históricos com passados controversos do ponto de vista dos direitos humanos na contemporaneidade. A simbologia presente na paisagem mítica (e geoestratégica) é imortalizada pela mídia e veiculada, os manifestantes que interagem com a peça monumental agem de forma geotática, ou seja, apropriam-se dos fixos espaciais.

Figura 25 – Geotática utilizada por manifestantes para ocuparem monumento em homenagem ao general Baquedano, após tingí-lo de vermelho. Santiago, Chile. Ano de 2020.



Fonte: Brasil de Fato (2022).

Outros monumentos dentro do contexto chileno merecem destaque, pois assim como a Argentina a nação andina em questão não fica fora da exaltação em torno da imagem do General San Martín. O centro de Santiago conta com o *Monumento ao General San Martín, Libertador do Chile*. Além deste, o contexto de libertação nacional também conta com o

Monumento a los Escritores de la Independencia nas imediações da capital chilena. Além desses cabe destacar que o ano de 1910 trouxe outras paisagens para Santiago, tais como:

diversos monumentos conmemorativos, muchos de ellos correspondientes a donaciones de las colonias extranjeras residentes en Chile, entre los que destacan la Fuente Alemana de Santiago, el Monumento de la Colonia Francesa al Centenario de Chile, el Monumento al Genio de la Libertad de la colonia italiana y el Arco Británico

Ainda no contexto latino-americano, merecem destaque alguns acontecimentos na Colômbia. Cabe destacar que dentro do contexto dos projetos de significação, o próprio nome da nação colombiana faz referência ao navegador europeu que teve papel decisivo no processo de ocupação europeia das terras americanas, Cristóvão Colombo (1451-1506). A própria toponímia nacional é uma das muitas marcas coloniais na América Latina. O Bicentenário de Independência da Colômbia também marcado temporalmente dentro do ano de 2010 é figura de destaque, pois a nação em questão também movimentou o calendário e o imaginário social por intermédio de uma programação oficial voltadas para tais comemoração, no entanto o foco de análise neste tópico é mais voltado para as táticas espaciais do que para as estratégias.

Dentro do contexto colombiano, as cidades de Cali (Figura 26) e Bogotá que vivenciaram protestos nos últimos anos são postas em relevo neste debate, sobretudo pelo pano de fundo que os manifestantes usam dentro das movimentações cívicas em torno de direitos e reivindicações fiscais.

Figura 26 – Monumento a Sebastián de Belalcázar é derrubado em Cali, Colômbia, 2021.



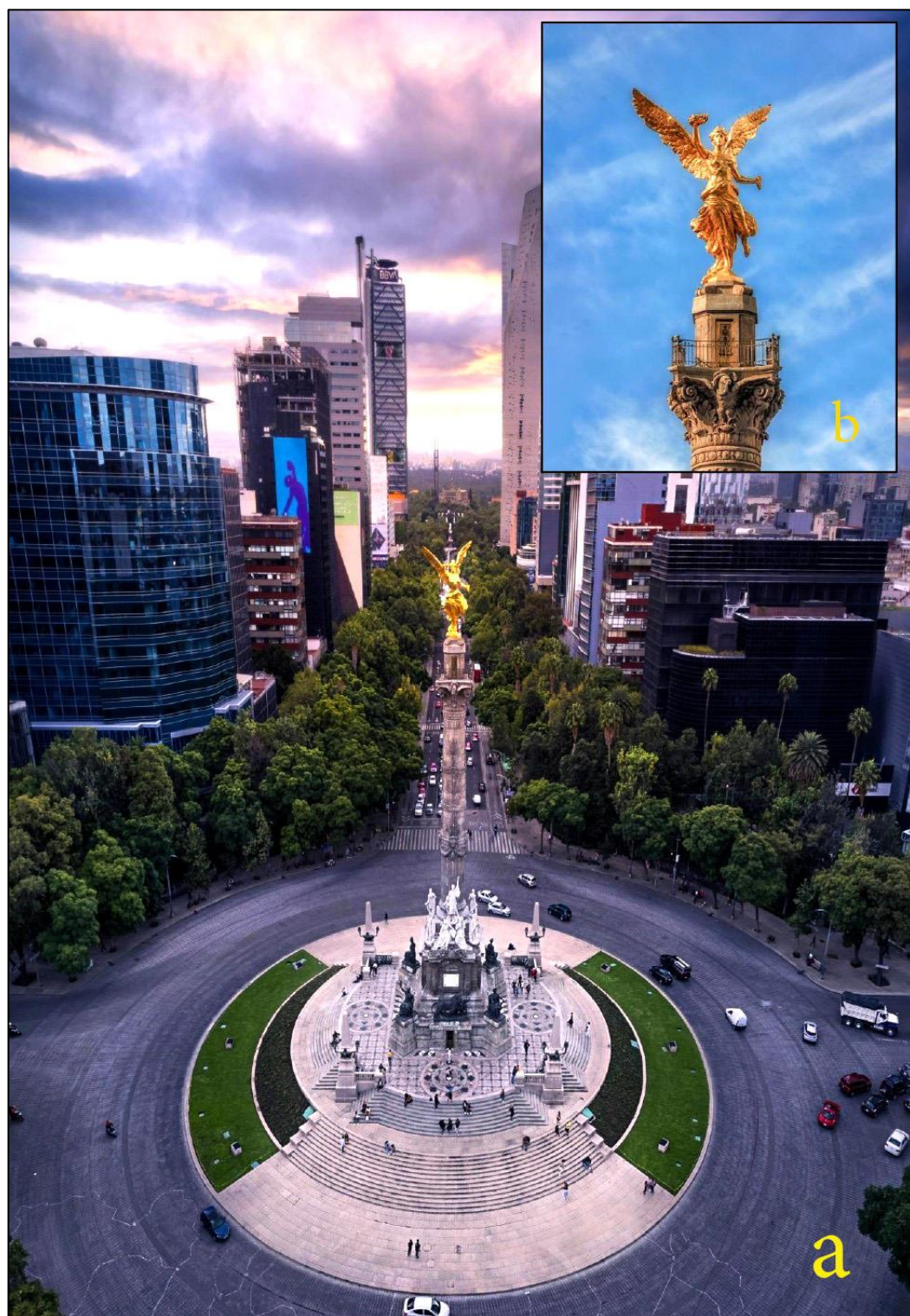
Fonte: El País (2021).

Um caso que ilustra essa questão é o da fotografia acima: a derrubada do monumento a Sebastián de Belalcázar – conquistador espanhol – por indígenas dentro de um contexto de protestos contrários as reformas tributárias em curso no país à época, o ano de 2021. O foco prioritário das manifestações nacionais era o desacordo de parte da população às reformas conduzidas pelo governo federal colombiano, governo este personificado pelos manifestantes na figura do então presidente Ivan Duque. É interessante perceber como a pauta fiscal se desdobra em outras questões relacionadas à memória nacional, ao patrimônio público e ao legado do passado colonial no país.

Naquela época eclodiu uma intensa polêmica. Alguns celebraram o gesto como um ato de dignidade histórica e cultural — “caiu um símbolo de 500 anos de humilhação e dominação dos povos originários”, disse o senador indígena Feliciano Valencia—, enquanto outros o criticaram como uma expressão de violência, à semelhança do debate sobre a derrubada de estátuas e símbolos de figuras associadas a escravistas ou acusadas de racismo em outros países, como os Estados Unidos. (El País, 2021, p. 1)

No contexto mexicano, a Cidade do México traz uma imensa marca paisagística para o centro da cidade, o Anjo da Independência (Figura 27) – inaugurado em 1910, cem anos após o início do processo de independência nacional.

Figura 27 – a) Panorâmica do centro da Cidade do México com visão aérea do Monumento Anjo da Independência; b) Detalhe do Anjo da Independência no topo do pedestal.



Fonte: a) www.pexels.com/pt-br/foto/foto-aerea-da-paisagem-da-cidade-do-mexico-e-o-monumento-emblematico-da-cidade-angel-de-la-independencia-ao-por-do-sol-14071000/, foto de Alex Wolf; b) www.pexels.com/pt-br/foto/ponto-de-referencia-ponto-historico-viagem-estatu-15672112/, foto de Victor Armas.

A enorme peça monumental que compõe uma das principais paisagens míticas da cidade, brinda o processo de independência mexicano e latino-americano como um todo e traz elementos míticos e sobrenaturais ao encenar a figura angelical. A peça também faz referência ao ano de 1810 quando as movimentações em torno da libertação se tornam mais intensas devido ao contexto de crise na Península Ibérica. A paisagem mítica em questão está localizada em uma das principais avenidas da cidade que curiosamente já foi chamada até de “manifestódromo” devido a predileção dos mexicanos pelo local para a realização dos mais variados atos políticos. Temos, portanto, de forma explícita um tensionamento paisagístico no cenário composto pelos monumentos e as manifestações ocorridas no local.

A parte central do Paseo de la Reforma é a via mais elegante da capital mexicana. O visitante europeu recordará os Champs-Élysées, de Paris, da qual copia a estrutura: ampla, arborizada e salpicada de bulevares e monumentos emblemáticos. No entanto, além de ser um lugar agradável para perambular, seu percurso serve ao viajante como lição de história: um coreto homenageia Cristóvão Colombo; outro, a Cuauhtémoc, o último rei asteca; em outro, onde se festejam os triunfos da seleção mexicana, está o Anjo da Independência e são lembrados os heróis da luta pela emancipação perante a Espanha. (El País, 2013).

Conforme a Excélsior TV (2019): “El 16 de agosto de 2019, a raíz de manifestaciones feministas en contra de la violencia de género y los feminicidios, el monumento sufrió afectaciones a causa de la iconoclasia”. Neste contexto, a administração da capital mexicana fechou o acesso ao local por tempo indefinido, mas acredita-se que o fechamento deveria ser durante um ou dois anos devido a necessidade de restauro. Restauro este que objetivam apagar as intervenções das manifestantes na base do monumento (figura 28) e reordenar a paisagem mítica dentro do contexto na qual foi pensada sem as intervenções geotáticas protagonizadas pelas militantes feministas.

Figura 28 – Acúmulo expressivo das comunicações geotáticas na base do monumento Anjo da Independência como forma de manifestação, Cidade do México, 2019.



Fonte: La Red Noticias, 2019.

A geotática estabelece uma ritualidade política, cultural, artística e/ou social em torno de monumentos pensados para outros fins, estas táticas espaciais vêm na forma de intervenções artísticas, protestos, pichações e manifestações. A principal reflexão deste tópico gira em torno de dois questionamentos: como a mídia impacta a paisagem? Por que manifestantes escalam monumentos?

5.1.1 Mediações simbólicas no espaço: como a mídia impacta a paisagem?

O estabelecimento de um diálogo com a ideia de *contramonumento* (Pereira, 2021) é um excelente ponto de partida para discutir como a produção midiática e jornalística impacta na produção de paisagens. As paisagens são modificadas e redesenhadas com o intuito, muitas vezes, de produzir uma nova composição imagética que seja midiaticamente potente, ou seja, que seja capaz de circular nos noticiários e redes sociais devido ao seu poder espacial, simbólico e comunicativo.

Experimentos de arte pública se realizam por inúmeros processos de mediação, envolvendo seus públicos e os elementos demarcadores do espaço urbano. Em muitos casos, as ações têm o propósito de levantar reflexões de cunho político e da memória coletiva que, sem esses trabalhos, permaneceriam silenciadas pela história oficial e por seus representantes (Pereira, 2021, p. 270)

As paisagens monumentais discutidas nesta tese não fogem a esta lógica. Pois a mídia tem um papel na construção das narrativas, neste sentido vale a pena explorar novamente a discussão panorâmica utilizando exemplificações empíricas, trazendo notícias e imagens

sobre inúmeros acontecimentos relacionados à monumentos, pois nos permite ler os múltiplos usos políticos associados às intervenções estético-artísticas.

Assim como o conjunto de ações artísticas revisitadas neste ensaio, a instalação contramonumental alarga o terreno político e conceitual em relação aos marcos urbanos de caráter público, subvertendo a verticalidade de suas aparências e ideologias centralizadoras. O conhecimento dessas intervenções colabora, enfim, na expansão das possibilidades de endereçamento coletivo aos monumentos e às histórias que eles exibem ou escondem. Essa é uma transformação do horizonte que pode ser alcançada com base em experiências que valorizam contranarrativas e estéticas insubmissas, como as ações de arte pública e ativismo que colocam os obeliscos em rotação, como formas simbólicas em contínuo movimento. (PEREIRA, 2021, p. 276)

Tratar de geotáticas não se resume apenas às manifestações as quais vandalizam monumentos geoestrategicamente posicionados nos grandes centros urbanos, derrubando-os ou pichando-os. É fundamental destacar que campanhas de publicidade também fazem o uso das marcas monumentais para travar batalhas semióticas. A imagem abaixo traz o Obelisco argentino coberto com um preservativo para alertar sobre a importância de preservação contra a AIDS.

Figura 29 – Obelisco de Buenos Aires passa por intervenção artística, Buenos Aires, Argentina, 2005.



Fonte: Univision (2015).¹⁰

[...] si decidimos asistir a algún evento o fiesta oficial prestaremos atención a la difusión en los medios de comunicación: la televisión, los diarios, la radio o las redes sociales. Estaremos atentos al “programa” que nos ofrecen. Pero, observemos también que esas celebraciones se manifiestan en el espacio público compartidas con otras, que están en disenso con aquellas y no son ni pretenden ser actos o festejos oficiales, que aquí llamaremos “anti” o “contra-celebraciones”. Por lo tanto, un buen número de algunas de estas acciones urbanas quedarán por fuera del circuito informativo de celebraciones siendo su difusión comunicada por algún grupo cerrado de redes

¹⁰ Disponível em: <https://www.univision.com/explora/el-obelisco-de-buenos-aires-perdio-su-punta>. Acesso em: 10 set. 2023.

sociales, dirigida a un público receptor afín en términos artísticos, políticos o ideológicos al grupo productor de esos eventos. (Galizio, 2018, p. 3)

As *contracelebrações* e os *contramonumentos* são múltiplas dentro das realidades investigadas, ambas são exemplos do fenômeno que estamos chamando de geotáticas, isto é, as reações tempo-espaciais aos fixos monumentais estabelecidos. Atualmente podemos fazer uma discussão também sobre a profusão de imagens também nas redes sociais. Aqui não apenas a questão do protesto, mas das campanhas publicitárias em torno dos monumentos, do uso cívico das intervenções. Um exemplo marcante da dimensão publicitária que as geotáticas também podem assumir foi a campanha recente promovida também no Obelisco de Buenos Aires (Figura 30) onde a empresa *Netflix* multinacional do ramo de *streaming* colocou um artefato gigante cobrindo o monumento portenho com o objetivo de simular um preservativo. Embora seja uma obra de computação gráfica, o objetivo é a promoção de uma série televisa intitulada *Sex Education*.

O curioso é perceber que diferente do caso anterior, onde se produziu predominantemente uma imagem estática, o segundo caso traz o vídeo, amplamente difundido nas redes sociais e jornais, do momento em que o preservativo gigante (trazendo os logotipos da empresa e da série) é posicionado na estrutura monumental enquanto os transeuntes passam admirados pela megalomania da inusitada peça de divulgação.

Figura 30 – A imponência do Obelisco de Buenos Aires – Argentina, localizado no centro da cidade. Monumento utilizado em diversas formas de publicidade



Fonte: br.pinterest.com/pin/34762228364745180/, foto de viajali.com.br.

Cabe a reflexão que dentro deste contexto de produção e profusão e imagens a partir dos monumentos urbanos de como os bens públicos – o monumento e a paisagem – são tragados pela lógica da espetacularização midiática. A empresa usa a dimensão geotática para gerar burburinho nas redes sociais e alcançar seus objetivos comerciais. Sendo o monumento um bem público do povo argentino, a matriz argentina da empresa julgou relevante a intervenção artística em uma das principais paisagens urbanas da América Latina.

5.1.2 Por que manifestantes escalam monumentos?

A partir da contribuição de Dirceu Filho (2021) pretendemos refletir sobre os usos políticos da paisagem. “O autor analisa o exemplo do Teatro Oficina no Rio de Janeiro e argumenta que o mesmo.

mostra como a paisagem serviu como ponta de lança para o envolvimento da sociedade e conseqüente debate sobre as decisões governamentais, expandindo a utilização do conceito para além dos usos relacionados ao conhecimento técnico. A paisagem mobilizada por um grupo, serviu para a organização política dos diferentes e estruturou espaços políticos abertos, tornando-se uma paisagem política. (Melo Filho, 2021, p. 10).

As disputas pelo controle de visibilidade, portanto, levam nossa reflexão sobre a conquista, sobre a escalada, sobre as poses para fotografia que constroem ao se disputar a paisagem. O controle de visibilidade dentro do contexto paisagístico de enfiamento entre estratégia e tática desenha uma correlação de forças que atua na constituição de outras paisagens míticas, que deslocam o interessante do personagem estático e inanimado para o personagem vivo; o sujeito real que escala, vandaliza, mas ao mesmo tempo dá vida as monumentalidades urbanas a partir da teatralização mítica da batalha por visibilidade.

Novamente retornamos à realidade chilena pelo peso semiótico assumido pela fotografia que se produziu dentro do noticiário nacional, internacional e nas mídias em geral através da produção midiática independente fortemente potencialidade pelo uso cada vez maior das redes sociais. A fotografia abaixo apresenta essa dinâmica. Manifestantes escalam o monumento (Figura 31) enquanto empunham bandeiras do Estado chinelo, de maneira central um manifestante aparece em destaque na pirâmide humana formada por aqueles que se indignavam, no entanto, o manifestante que coroa a geometria dos corpos que protestam empunha uma bandeira Mapuche¹¹ ao invés da bandeira do Chile, novamente a disputa por

¹¹ Povo indígena originário do Chile e da Argentina conhecido pela resistência ao demandar seus direitos, principalmente à terra, e que vem sendo usada como um dos símbolos dos protestos contra a desigualdade social no país.

visibilidade e narrativa entra em cena. O céu ao fundo em tons alaranjados dá a batalha o calor suficiente para ajudar a imprensa dizer que as manifestações incendiavam a capital do país. O clique certo de Susana Hidalgo (BBC, 2019) rapidamente viralizou e se tornou um símbolo dos protestos no país. A monumento militar geoestrategicamente posicionado no centro das principais paisagens chilenas torna-se palco das geotáticas, protagonizadas por um herói anônimo, e conduz os olhares para a paisagem construída e ajuda a pautar as reivindicações a partir do uso político da paisagem.

Figura 31 – Manifestante escala monumento militar empunhando bandeira Mapuche, Santiago, Chile, 2019.



Fonte: BBC (2019).¹² Fotografia: Susana Hidalgo.

5.2 O uso eleitoral das paisagens míticas na capital nacional

2022 é um ano irônico do ponto de vista político e curioso do ponto de vista simbólico. O presente tópico se volta para o Brasil e discute como o Governo Federal brasileiro

¹² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50229216>. Acesso em: 08 jul. 2023.

fragilizou as celebrações que envolvem os 200 anos da nação brasileira devido às eleições presidenciais marcadas para aquele ano.

Esta sobreposição de acontecimentos possui, novamente, desdobramentos espaciais, semióticos e arquetípicos. As disputas pelo controle do que é visível e consequentemente o que deve se tornar invisível são o pano de fundo da trama que se constrói para saudar o bicentenário da independência brasileira, alia-se a essa questão os riscos de ruptura democrática (BBC, 2022) e as paisagens monumentais que vão surgindo pelo país e vão misturando o que são as políticas de Estado e peças publicitárias de campanha do então Presidente da República Jair Bolsonaro.

Figura 32 – O então presidente Jair Bolsonaro posa para foto em frente à monumento em sua homenagem, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2022.



Fonte: Brasil de Fato (2022).¹³

Dentro do contexto de disputas de narrativas e imagens que se desdobram na paisagem, os monumentos se posicionam como alvos fáceis, seja de adoração ou de depredação. Os fatos recentes ocorridos em janeiro de 2023, uma semana após o início do novo governo federal, a cidade de Brasília foi surpreendida com manifestações que escalaram em violência e depredação de patrimônio público e varreram as sedes dos poderes executivos, judiciários e legislativos do Brasil. Os manifestantes que após alguns minutos convertem-se em terroristas tomaram de assalto os prédios públicos e tinham entre seus alvos de destruição político todo e

¹³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/08/justica-eleitoral-determina-remocao-de-estatua-de-bolsonaro-instalada-em-passo-fundo-rs>. Acesso em: 08 set. 2023.

qualquer tipo de monumentalidade exposta: bustos, estátuas, estatuetas, obras de arte, pinturas e mais um universo de outras peças artísticas foram alvos da irracional fúria destrutiva. No entanto, este furacão de iconoclastia e vandalismo nos deixa uma reflexão: mais uma vez monumentos são alvos de ações políticas, a suposta intocabilidade patrimonial seduz aquele que anseia chamar atenção, o ataque não é à peça em si, mas à representação que ela possui. O que o terrorista visa destruir não é a estética da peça, os materiais dos quais ela é constituída, tanto faz se à peça é feita de barro, gesso, madeira ou ouro, o interesse está voltado na simbologia que ela carrega, quem ela representa e quem se afetará com sua destruição, isto é, o interesse do destruidor de arte está na destruição da mediação que o monumento produz, a mediação entre os sujeitos e seus símbolos.

Figura 33 – Policial Federal reúne fragmentos de monumentos danificados em ataque ao STF, Brasília, Brasil, 2023.



Fonte: Brasil de Fato (2023).¹⁴

Discutir o ódio direcionado às peças monumentos nos permite fazer um diálogo pertinente com Latour (2008). O autor analisa o papel e o poder das imagens por meio de uma arqueologia do ódio e do fanatismo iconoclasta referente às imagens da arte, da religião e da ciência:

Por quê? Porque estamos cavando em busca da origem de uma distinção absoluta – e não relativa – entre verdade e falsidade, entre um mundo puro, absolutamente esvaziado de intermediários feitos pelo homem e um mundo repulsivo, composto de

¹⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/15/por-que-bolsonaristas-destroem-arte>. Acesso em: 15 ago. 2023.

mediadores feitos pelo homem, impuros, porém fascinantes. “Se, ao menos”, alguns dizem, “pudéssemos ficar sem qualquer imagem. Quão melhor, mais puro, mais rápido, seria nosso acesso a Deus, à Natureza, à Verdade, à Ciência.” Ao que outras vozes (ou, às vezes, as mesmas) respondem: “Que pena (ou: felizmente), não conseguimos ficar sem imagens, intermediários, mediadores de todos os jeitos e formas, porque essa é a única maneira de ter acesso a Deus, à Natureza, à Verdade e à Ciência.” Esse é o dilema que queremos documentar, compreender e, talvez, superar. No veemente resumo que Marie-José Mondzain realizou da discussão bizantina sobre as imagens: “La vérité est image mais il n’ya a pas d’image de la vérité” [A verdade é imagem, mas não existe uma imagem da verdade]. (Latour, 2008, p. 113-114)

A reflexão do autor é profundamente pertinente para discutirmos a obsessão existente (seja na adoração ou ódio) em torno dos monumentos. Latour aponta a imagem como objeto de mediação para ter acesso a deus ou a verdade. Nessa reflexão aborda adoradores e destruidores de imagens (iconófilos e iconoclastas), mas devemos ultrapassar a relação do sujeito com suas imagens monumentais refletir sobre a instrumentalização das imagens produzidas a partir destas destruições, estender a reflexão às razões dessas obsessões por monumentos. Sendo assim, não podemos desconsiderar um jogo político sempre em curso, jogo este que explora os limites do político e vai até o os limites do eleitoral. Cultuar imagens monumentos e rechaçar aqueles que as destroem se convertem em armas poderosas para aqueles que visam se perpetuar no poder. Os monumentos são obras construídas para serem lembrados pelo maior tempo possível, elas devem carregar um legado.

Em determinados momentos, o próprio personagem político se transforma em monumento, em outros, ele tenta associar sua imagem ao zelo e preservação de monumentos erguidos em outrora. Há também as situações que a fúria motivada por razões eleitorais tenta destruir quaisquer monumentos que representem um governo opositor (mesmo que eleito democraticamente). A ideia que tenta ser difundida, muitas vezes, é que o político se torne o grande guardião e promotor da memória nacional e, assim sendo, as campanhas políticas aderem ao tom preservacionista e as paisagens míticas tornam-se objetos privilegiados dos discursos político-eleitorais. É nesse contexto que há uma multiplicação de ações em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Brasília, entre outras, buscando protagonizar os eventos relativos ao processo de emancipação colonial do território brasileiro.

5.3 Geotática no 7 de Setembro: O Grito dos Excluídos

É impossível discutir as geotáticas urbanas sem falar do evento chamado “O Grito dos Excluídos”. Consideramos esta mobilização social como exemplo marcante do que encaramos como tática paisagística, por se tratar de um movimento vivo, dinâmico e pulsante,

que se reinventa a cada ano desde 1995 (Figura 34). O Grito (como é popularmente chamado) procura dar protagonismo aos grupos socialmente excluídos através da visibilidade geoestratégica dos desfiles cívicos de 7 de setembro.

Figura 34 – Passeata realizada em 1995 na primeira edição do Grito dos Excluídos.



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/25/grito-dos-excluidos-e-das-excluidas-chega-a-28-anos-de-luta-por-justica-social>

O portal oficial da mobilização afirma que durante os “29 anos de trajetória, o Grito faz um contraponto à história oficial da independência do Brasil. Na contramão dos desfiles cívicos e militares, que sempre marcaram o 7 de Setembro” (Grito dos Excluídos, 2024, n/p.), ou seja, esta movimentação tem como objetivo se acoplar à circularidade temporal do Dia da Pátria para garantir a atenção necessária para as bandeiras levantadas. Os organizadores também apontam que o Grito “conclama o povo, sobretudo os pobres e excluídos, a descerem das arquibancadas, deixar o patriotismo passivo, e ocupar praças e ruas na defesa de seus direitos” (Grito dos Excluídos, 2024, n/p.).

O movimento se adapta às novas conjunturas e desafios do país. Conforme o jornal Brasil de Fato: “Desde 1995, movimentos populares, grupos da sociedade civil e ordens religiosas se unem no dia 7 de setembro contra as mais variadas formas de exclusão” (Brasil de Fato, 2022). Vale apontar que em 2022, ano que marcou o bicentenário da Independência do nosso país, a ação coletiva tinha como objetivo aproveitar os holofotes que a data possui e denunciar geoestrategicamente injustiças na construção da soberania nacional e negligências

do governo Bolsonaro. Neste sentido, o Grito dos Excluídos completou sua 28ª edição, sob o tema "Independência para quem?", questionando o verdadeiro significado da independência do Brasil diante da persistência das desigualdades sociais e da exclusão de grande parte da população (Quadro 2).

Quadro 2 – Temas do Grito dos Excluídos de 1995 até 2023.

Ano	Tema	Ano	Tema
1995	A Vida em primeiro lugar	2010	Vida em primeiro lugar: Onde estão nossos Direitos? Vamos às ruas para construir o projeto popular
1996	Trabalho e Terra para viver	2011	Pela vida grita a TERRA... Por direitos, todos nós!
1997	Queremos justiça e dignidade	2012	Queremos um Estado a Serviço da Nação, que garanta direitos a toda população
1998	Aqui é o meu país	2013	Juventude que ousa lutar constrói projeto popular
1999	Brasil: um filho teu não foge à luta	2014	Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos
2000	Progresso e Vida Pátria sem Dívida\$	2015	Que país é este, que mata gente, que a mídia mente e nos consome?
2001	Por amor a essa Pátria Brasil	2016	Este sistema é insuportável. Exclui, degrada, mata!
2002	Por amor a essa Pátria Brasil	2017	Por direito e Democracia, a luta é todo dia!
2003	Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão	2018	Desigualdade gera violência: Basta de Privilégios
2004	BRASIL: Mudança pra valer, o povo faz acontecer	2019	Este sistema não Vale!
2005	Brasil em nossas mãos a mudança	2020	Basta de miséria, preconceito e repressão! Queremos trabalho, terra, teto e participação!
2006	Brasil: na força da indignação, sementes de transformação	2021	Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda, já!
2007	Isto não Vale: Queremos Participação no Destino da Nação	2022	200 anos de (in)dependência. Para quem?
2008	Vida em primeiro lugar: Direitos e Participação Popular	2023	Vida em Primeiro Lugar: Você tem fome e sede de quê?
2009	Vida em primeiro lugar: A força da transformação está na organização popular		

Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos considerar a ação como um espaço tático de resistência e luta e por um Brasil mais justo e democrático, onde todos os cidadãos possam ter seus direitos garantidos e suas reivindicações ouvidas. É um convite à reflexão crítica sobre as desigualdades e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Ao justificar a escolha da data, o portal oficial da mobilização afirma:

Assim, o Dia da Pátria se tornou também em um dia de consciência política de luta por uma nova ordem nacional e mundial. O Grito mudou a cara do 7 de Setembro e da Semana da Pátria. Em todo o país, a cada ano, multiplicam-se manifestações e atividades, por meio de variadas formas de luta e linguagens: celebrações, atos, caminhadas, romarias, seminários, rodas de conversa, festivais, concursos de redação nas escolas, apresentações de música, teatro, dança, poesia, café na praça, programas de rádio, carros e bicicletas de som, lives. (Grito dos Excluídos, 2024, n/p.)

O Grito dos Excluídos, portanto, usa das mais variadas táticas e linguagens para se fazer ser percebido e publicizado. Mas o principal fator que nós gostaríamos de chamar atenção é para a questão temporal, considerando que o 7 de Setembro é a culminância¹⁵ de um processo de articulação e mobilização que não se resume a este dia em si. Porém, ao mesmo tempo, os organizadores e articuladores do movimento não renunciam à realização dentro desta temporalidade específica, sobretudo pela simbologia que ela carrega.

Figura 35 – Cartaz do Grito dos Excluídos de 2022.



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/25/grito-dos-excluidos-e-das-excluidas-chega-a-28-anos-de-luta-por-justica-social>

¹⁵ O portal oficial do Grito dos Excluídos traz ao apresentar sua metodologia a seguinte afirmação: “O Grito não começa e nem termina no 7 de Setembro, porque não é um evento, mas um processo de reflexão e construção coletiva, que se dá durante todo ano. Privilegia a participação ampla, aberta e plural.” (Grito dos Excluídos, 2024).

Diante do panorama das temáticas abordadas pelo Grito ao longo de quase três décadas de existência, percebemos como os anseios da população socialmente marginalizadas se somam para fazer ecoar pelos grandes centros urbanos do Brasil suas vozes através das mais variadas táticas espaciais. Temas como endividamento, democracia, soberania nacional, fome, acesso à terra etc. aparecem e demarcam como o caráter contestador do movimento. Ao questionar a ordem social vigente o movimento assume um papel tensionador do tecido social. Percebemos também que durante a realização do Grito dos Excluídos, há a apropriação do tempo e do espaço do outro, fazendo com que as estratégias do forte e as táticas do fraco atuem dentro da mesma paisagem urbana.

Ao questionarem o próprio bicentenário da Independência do Brasil, os movimentos propõem novamente uma reflexão a respeito de soberania nacional ao fazerem um jogo de palavras entre “dependência” e “independência” em seu lema. O Grito dos Excluídos é geotático em sua essência, articula inúmeras ações em diversos cantos do país e se apropria da visibilidade do Dia da Pátria para galgar espaços nas percepções das pessoas, nas paisagens urbanas, nos desfiles cívicos, nas imagens produzidas e nos noticiários e redes sociais. Como afirma Ferreira de Almeida:

É factível que o “Grito” durante esses anos todos teve a feliz capacidade de reunir diferentes setores da sociedade civil e atores sociais em torno de uma agenda coletiva de lutas, com também trouxe as demandas antes segmentadas e/ou fragmentadas para dentro das manifestações, dando a elas uma visibilidade nacional (Ferreira de Almeida, 2016, p. 48-49).

A 7 de Setembro o Grito articula uma geopolítica da visibilidade (Monnet, 2006) ao coexistir com as manifestações patrióticas tradicionais que ocorrem nas grandes cidades brasileiras. O grito não busca superar os desfiles cívicos ou substituí-los, mas sim aproveitar-se de uma visibilidade já constituída para construir sua própria visibilidade. A geotática, dentro do contexto das paisagens míticas, necessita dessa interação para a efetivação dos seus objetivos.



MONUMENTALIDADE DINÂMICA

6 MONUMENTALIDADE DINÂMICA: RITUALIDADES NO CONTEXTO DOS BICENTENÁRIOS BRASILEIROS

*Otro Bicentenario: el Bicentenario de los pueblos*¹⁶ (Outro Bicentenário: o Bicentenário dos Povos) foi como ficou nomeado o movimento que ocorreu na Argentina em simultâneo às comemorações oficiais propostas pelo Governo Federal do país. Estas ações visavam questionar a legitimidade das intervenções oficiais em memória dos 200 anos e objetivava conforme os organizadores:

Convocamos a todas las organizaciones sociales, culturales, estudiantiles, ambientalistas, indígenas, campesinas, sindicales, a intelectuales y universitarios, a los medios alternativos, a las fábricas y empresas recuperadas, a todas y todos los que luchan desde abajo a adherir y participar de esta propuesta de gestar el amplio espacio del " Otro Bicentenario" el Bicentenario de los Pueblos, para juntos poder pensar ideas y acciones no sólo frente a los festejos y manipulaciones oficiales, sino que nos convierta en protagonistas colectivos de las transformaciones pendientes desde 1492 por la irrupción en nuestro continente del capitalismo genocida y saqueador. Y recuperar nuestro patrimonio de saberes y rebeldías, de los hermanos originarios, africanos esclavizados y americanos oprimidos, historias y culturas silenciadas y menospreciadas por las concepciones racistas, elitistas y autoritarias que siguen dominando la vida social, los medios de comunicación y la educación oficial. (ANRED, 2010).

Chamamos a atenção para as ações de contestação desse “Outro Bicentenário” argentino para traçar um paralelo com a realidade brasileira em 2022 e dialogar com a fotografia que abre este capítulo destacando um tipo diferente de paisagem, uma paisagem em movimento, viva e colorida. A paisagem em fluxo capturada pela fotógrafa Malu Vieira (G1, 2022) e que estampa a notícia em um dos principais jornais digitais do país nos traz uma outra perspectiva de envolvimento patrimonial com a circularidade das datas que não passa necessariamente pelo concreto e o aço do monumento edificado.

O terceiro e último vetor de análise, *Dilatação das Disparidades*, – em continuidade e complementaridade aos discutidos anteriormente: *Limites das Latinidades* e *Controles de Visibilidade* – chega a este capítulo para ajudar-nos a debater como em um país com as dimensões territoriais do Brasil existirão disputas pela condução da memória nacional e como isto é um dos elementos que alimentam desigualdades sociais, culturais e políticas no território nacional. Esta fala não visa contrapor a ideia de uma sociedade diversa e culturalmente plural que considera as diferenças regionais uma riqueza do país, no entanto, pensar o controle de narrativa, a produção de um discurso oficial e a fabricação da memória da nação significa pensar que a gestão do poder político e conseqüentemente a alocação de recursos, projetos e forças

¹⁶ Disponível em: <https://www.anred.org/2010/05/24/actividades-del-otro-bicentenario-el-bicentenario-de-los-pueblos/>. Acesso em: 07 set. 2023.

políticas tem relação direta com quando, onde e quais personagens protagonizam os principais mitos de fundação do país.

A mídia e a comunicação estudadas em nossa tese, principalmente por meio do jornalismo, estão intrinsicamente ligadas as dinâmicas de poder, pois controlar as narrativas da mídia é controlar a produção de significados e sentidos. Explicamos na metodologia que o jornalismo constrói e destrói credibilidades, além de conduzir, em certo sentido, as opiniões públicas em determinadas direções. A paisagem mítica, portanto, está diretamente relacionada à mídia e às imagens produzidas e colocadas em circuito, isto é, paisagem e imagem na era da intensa produção midiática não são discutidas em separado.

Na sequência dos capítulos que discutiram dinâmicas espaço-temporais e tempo-espaciais relacionados a monumentos e ritualidades que construíram espaços e tempos simbólicos, o presente capítulo se debruça sobre a realidade brasileira e seu duplo bicentenário de independência nos anos de 1822-2022 e 1823-2023. Discutimos aqui como a necessidade de forjar uma identidade nacional multiplicaram e diversificaram no território e nas paisagens brasileiras heróis, monumentos, praças e outras peças com tais objetivos.

Este debate aborda também as celebrações dos “500 anos de Brasil” e os movimentos políticos, sociais e culturais (pró e contra) que se deram a partir das comemorações dos quicentenários na península ibérica, neste caso, a Espanha em 1992 celebrando os 500 anos da “Descoberta” da América e Portugal alguns anos seguintes e das reverberações em território brasileiro. Este grande marco temporal europeu na proximidade da passagem do milênio é um dos fatores tempo-espaciais que ajudaram a compor o recorte temporal desta tese. Usemos então os eventos do ano 2000, a chegada do presente século, a ascensão da era da comunicação para discutir como o Estado vai atuar na condução das celebrações e na construção da memória. Em relação a este assunto, Silva (2003) aponta que:

O Estado, a esse respeito, assume um papel singular (Trouillot, 1995): é, ao mesmo tempo, ator histórico, desempenhando um script próprio na performance dos eventos que fizeram parte das "comemorações dos 500 anos de descobrimento", e narrador dos processos que tornaram possível "celebrar" o aniversário da chegada dos portugueses ao país. Embora essa dupla posição de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses. É ele, por exemplo, que define quais acontecimentos devem ser fixados na memória da nação como seus sinais diacríticos - definidos, entre outras coisas, pela institucionalização de feriados -, além de fornecer os padrões valorativos que devem informar a apreensão desses eventos.

O ato de celebrar tais datas jubilares não é exclusividade dos Estados, no entanto, o marco simbólico e monumental que os 500 anos de Brasil imprimem na memória nacional e as formas como os entes estatais se comportarão nos interessa para discutir o processo de formação

de paisagens míticas, o papel da mídia nesse processo e como a identidade nacional se fragiliza a partir das disparidades constituídas nas narrativas que compõem o panteão de personagens e paisagens heroicas.

6.1 A paisagem mítica na era das imagens e da mídia

É fundamental pontuar que o processo explicitado ao longo das páginas desta tese, intitulado sobretudo de mítica da paisagem, isto é, o processo de simbolização que utiliza os mais variados signos, símbolos e códigos para produzir paisagens míticas repletas de interesses sociais e políticos atua de formas diferentes em espaços e tempos diferentes. Este processo dentro da realidade brasileira no ano de 2022 tem um caráter fortemente relacionado à produção midiática, telejornalística e web jornalística. Se em outros momentos, as principais estratégias de produção de paisagens míticas estavam voltadas para as paisagens em si, ou seja, a construção dos monumentos, o erguimento de museus, a abertura de praças e avenidas, o batismo de prédios públicos, a instalação de bustos e estátuas etc., a face atual deste fenômeno tira o enfoque do monumento em si e transfere para a reprodução midiática do mesmo a sua principal força de mitificação desta paisagem.

Antes de seguirmos para a análise de um caso relacionado aos acontecimentos de 2022 no Brasil, no que tange ao bicentenário da independência, é preciso definir o que entendemos por mediosfera e qual a importância do conceito de Contrera (2010) dentro do debate sobre imagens, monumentos e mídia. O que queremos dizer com isso é que não basta construir monumentos, na era da profusão de imagens é preciso fotografar este monumento, é preciso midiaticizá-lo, isto é, é preciso inseri-lo na mediosfera (Contrera, 2010). Cazeloto (2011, p. 334) ajuda-nos a entender o conceito da autora:

A noção de “Mediosfera” que Contrera busca construir baseia-se em sua leitura do conceito de “Noosfera” tal como proposto por Edgard Morin (a partir do “arquétipo, de C. G. Jung”). Em ambos os casos, trata-se de uma esfera habitada por “seres de espírito” os quais, embora não possam ser tratados em termos de realidade física, devem ser considerados como “realidades objetivas”, uma vez que provocam efeitos concretos na cultura, no agir humano e no Imaginário (CAZELOTO, 2011, p. 334)

A principal questão apontada pela autora está ligada à atual forma de se comunicar da sociedade que fez com que as formas de construção do imaginário também passassem por profundas mudanças, principalmente pela massificação dos meios de comunicação. A mercantilização estética, a produção cada vez mais intensas de imagens, a mediatização da sociedade, entre outros fatores deturpam a noosfera e produzem novas relações com o imaginário. Em resumo, não podemos negar o peso e a decisiva influência dos meios de

comunicação na construção de imagens individuais e coletiva. Edgar Morin aponta que a noosfera “não é apenas o meio condutor/mensageiro do conhecimento humano. Produz, também, o efeito de um nevoeiro, de tela entre o mundo cultural, que avança cercado de nuvens, e o mundo da vida” (2001, p. 141). Desta forma, a produção midiática na sociedade contemporânea, de acordo com Contrera (2010) irá ter um peso decisivo na constituição das visões de mundo e este argumento colabora com a nossa análise, pois o jornalismo é uma das facetas da mídia que tem grande poder de alcance visto que se utiliza magistralmente das imagens que produz e da credibilidade que carrega. Mas é fundamental compreender que o conceito de mediosfera (Contrera, 2010) ou a ideia de midiosfera (Izzo, 2009) confluem para a mesma conclusão que é a influência sobre o imaginário.

Com a crescente consolidação dos meios tecnológicos, o imaginário do homem é manipulado pelos meios de comunicação. As imagens são cuidadosamente estruturadas, a construção de sentido é planejada em cada detalhe e o que se vê é a repetição paulatina de conceitos e de signos com propósitos subliminares, cujo interesse está agregado a valores de ordem econômica de grandes conglomerados de mídia. (IZZO, 2009, p. 5-6)

6.1.1 O Panteão dos Heróis da Independência (estático e fragilizado pelo processo eleitoral)

Um caso bem específico das celebrações em torno do bicentenário brasileiro de independência foi selecionado para ilustrar o papel da mídia e das imagens na produção de paisagens míticas. É o caso da série de vídeos e de cartazes intitulados de Heróis da Independência (Figuras 36 e 38) pensados e divulgados a partir do ano de 2021 pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) do Governo Federal. A tentativa de criar um Panteão (mesmo que digital) dos heróis da independência brasileira aparece como frágil e estática dentro de um universo de acontecimentos que o ano eleitoral de 2022 agrupou.

Chamamos de estática esta ação, considerando principalmente seu papel pouco dinâmico ao se relacionar com outras programações e eventos propostos pelo Governo Federal, isto é, a proposta não dialogava diretamente com as ações promovidas no Rio de Janeiro ou em São Paulo que estavam sendo tocadas pelos governos estaduais, tampouco chegou à televisão para usar o dinamismo e impacto ainda tão importante das telas domésticas. A proposta também apresenta uma certa fragilidade do ponto de vista da baixa visibilidade dentro do contexto de um ano eleitoral marcado por estratégias publicitárias do Governo Federal mais voltadas para a reeleição do que para qualquer tipo de promoção da memória em torno de heróis nacionais.

Figura 36 – Logotipo do Bicentenário da Independência do Brasil proposto pelo Governo Federal.



Fonte: Secom, 2022.

A marca em questão traz cores que remetem a bandeira brasileira, mas ao mesmo tempo direciona a tonalidade do verde para aquela comumente usada nas Forças Armadas do Brasil, principal pelo Exército Brasileiro. Cabe destacar, neste sentido, o uso das cores também se relaciona fortemente com a identidade visual adotada pelo Governo Federal e pela campanha do então candidato a reeleição, Jair Bolsonaro, que desde sua primeira eleição presidencial se apropriou do uso das cores da bandeira nacional e sempre apelou para o militarismo.

Figura 37 – Imagens produzidas pela SECOM em alusão aos personagens históricos elencados como “Heróis da Independência”.



Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/em-2021-celebramos-o-inicio-do-ano-do-bicentenario-da-independencia>

As imagens acima são acompanhadas das pequenas biografias e buscam construir um panteão dos heróis nacionais. Os cartazes seguem o mesmo padrão de cores do logotipo oficial e vão remeter ao verde e amarelo trazendo também a Cruz da Ordem de Cristo, símbolo comumente utilizado para se referir aos momentos iniciais de fundação do país e muito associado à chegada dos portugueses em terras brasileiras, isto é, um símbolo fortemente ligado aos aspectos lusitanos de fundação nacional.

Abaixo podemos ver, respectivamente, os textos que se referem a José Bonifácio, Justino Alfredo e Fernão Dias. Além destes, outros personagens irão aparecer e o critério utilizado vai estar ligado aos feitos à nação, contribuições científicas, militares e/ou de expansão do território, como é o caso dos bandeirantes.

Por seu papel decisivo na Independência do Brasil, em 11 de janeiro de 2018 foi declarado oficialmente Patrono da Independência do Brasil. José Bonifácio foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 1822 a julho de 1823, e desde o início colocou-se em apoio à regência de D. Pedro II, do qual foi tutor até 1833. Além de sua atuação política, Bonifácio foi mineralogista e recebeu reconhecimento internacional ainda em vida por ter descoberto quatro minerais, incluindo a petalita, que mais tarde permitiria a descoberta do elemento lítio, e a andradita, batizada em sua homenagem. (SECOM, 2021, n.p.)

Falecido em 12 de abril de 2021, na sua figura, homenageamos toda a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou na 2ª Guerra Mundial com os Aliados contra os regimes nazi-fascistas. A FEB foi responsável pela tomada de Monte Castelo no dia 21 de fevereiro de 1945. Na Itália, há sete monumentos que homenageiam as nossas tropas que lutaram pela liberdade do mundo ocidental. Em abril daquele ano, a 148ª Divisão de Infantaria alemã rendeu-se incondicionalmente às tropas brasileiras. Foi a única unidade alemã que se rendeu integralmente antes do armistício de 2 de maio, no palco de operações italiano. (SECOM, 2021, n.p.)

Junto a Antônio Raposo Tavares, é um dos bandeirantes de maior renome – responsáveis por desbravar boa parte do nosso território. No nome de Fernão Dias homenageamos a todos os bandeirantes que, em busca de riqueza e desenvolvimento, foram fundamentais no desbravamento do Brasil, dando-lhe os contornos que hoje possui. (SECOM, 2021, n.p.)

Cabe mencionar também o projeto paralelo puxado pela SECOM que objetivava visibilizar o papel feminino (Figura 38) dentro do contexto do bicentenário da independência. As personagens destacadas são figuras como Joana Angélica, Teresa Cristina, Princesa Isabel, entre outras personalidades. Os textos que fazem referência aos seus feitos trazem trechos como “Arquiduquesa da Áustria e primeira esposa do Imperador D. Pedro I, Leopoldina tornou-se a Imperatriz Consorte do Império do Brasil de 1822 até sua morte, em 1826” se tratando de Dona Leopoldina. Sobre Teresa Cristina as postagens em redes sociais dizem: “foi a esposa do imperador Pedro II e Imperatriz Consorte do Império do Brasil de 1842 até a Proclamação da República, em 1889. Patrocinou estudos arqueológicos na Itália e auxiliou na imigração italiana para o Brasil.”

Figura 38 – Imagens produzidas pela SECOM em alusão aos personagens históricos elencados como “Heroínas da Independência”.



Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/campanhas/bicentenario./bicentenario-nas-redes-sociais>

As ações de marketing, meramente digitais, seguem os mesmos passos do projeto principal e se mostram frágeis e estáticas, afinal se limitam a meia dúzia de cartazes divulgados via redes sociais. A abertura da campanha digital das postagens trazia o seguinte texto: “A Semana da Pátria é oportunidade para celebrarmos heróis que defenderam nossa Honra, nossa Liberdade e nossa Soberania ao longo de toda nossa História” e ainda podem ser acessados via site da SECOM ¹⁷(2021).

O projeto voltado à memória do bicentenário do Governo Federal, sobretudo no caso analisado neste trecho, é totalmente eclipsado pelo processo eleitoral que praticamente monopoliza os esforços dos membros do governo e seus principais aliados. Ações e projetos como a revitalização de centros históricos e museus, montagem de exposições em cidades importantes como Rio de Janeiro e São Paulo, acabam sendo o carro chefe do processo de celebração nacional do bicentenário nacional.

O projeto traz homenagem aos seguintes nomes: Dom Pedro II, Dom Pedro I, Dona Leopoldina, José Bonifácio, Justino Alfredo, Fernão Dias, Joana Angélica, Maria Quitéria, Alexandre de Gusmão, Sepé Tiaraju, Almirante Tamandaré, Duque de Caxias, Brigadeiro Eduardo Gomes e Os Caboclos. Além disso, a campanha também preparou postagens referentes

¹⁷ Bicentenário nas redes sociais. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/campanhas/bicentenario./bicentenario-nas-redes-sociais>. Acesso em: 01 nov. 2023.

a datas importantes para o contexto, tais como: 100 anos da morte da Princesa Isabel, Dia do Bandeirante, Vitória do Brasil Contra a Intentona Comunista, Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, 130 anos do falecimento de Dom Pedro II, 195 Anos da Morte de Dona Leopoldina e Elevação do Estado do Brasil a Reino do Brasil.

As marcas digitais expostas nas redes sociais não conseguem se efetivar como uma marca da memória nacional para saudar o júbilo da nação brasileira. O que se pretendeu como um panteão não chega a ser um modesto oratório.

6.2 “Outras” Independências Brasileiras

Apesar da centralidade de símbolos em torno de São Paulo e Rio de Janeiro quando se trata das celebrações do bicentenário da independência brasileira, neste capítulo ampliamos a discussão ao tratar de outros bicentenários do processo de independência nacional – o que ocorre em 2023 – que não tomam para si tantos holofotes como os que ocorreram no ano anterior. Os estados da Bahia e do Pará aparecem nesta etapa do trabalho como os espaços dos “outros bicentenários”, isto é, territórios que não aderiram de imediato ao processo de independência nacional e desdobraram conflitos e dinâmicas políticas distintas na formação da identidade do país.

A Independência da Bahia (1823) e a Adesão do Pará (1823) marcadas pela circularidade das datas do 02 de julho e 15 de agosto, respectivamente, determinam outros marcos temporais que no imaginário nacional ficam marginalizados em relação ao 07 de setembro, principal data da independência do Brasil. No entanto, nos dois estados as datas instituídas feriados estaduais e celebradas como marcos importantes da história nacional nos locais.

6.2.1 *A Independência no Norte do Brasil: 15 de agosto no Pará (1823-2023)*

Neste trecho procuramos compreender por meio da mobilização dos conceitos centrais da tese e dos vetores hipotéticos como se deu o processo de Adesão do Pará em 15 de agosto, data magna¹⁸ do estado do Pará, e como esta data também tem sido mobilizada por

¹⁸ No dia 10 de setembro de 1996 a Assembleia Legislativa do Pará sanciona o projeto de lei do deputado estadual Zeno Veloso. A Lei Nº 5.999 em que “Art. 1º. O dia 15 de agosto, em que se deu a adesão do Pará à Independência do Brasil, é declarado data magna do Estado do Pará e, como tal, feriado civil, nos termos do disposto no art. 1º inciso II da Lei Nacional nº 9.093, de 12 de setembro de 1995” (PARÁ, 1996).

personagens políticos ao longo dos anos. Para compreender sobre o processo descrito acima, é importante trazer que o está descrito no endereço eletrônico da Assembleia Legislativa do Pará:

O 15 de agosto, Dia da Adesão do Pará, é uma data importante que significa a independência da Província do Grão Pará. Em 1823, o Pará era a única província que ainda não tinha aderido à Independência do Brasil, ocorrida no dia 07 de setembro. Um ano depois a Província do Pará passa a aderir ao Brasil. Mas essa adesão não foi fácil. Dom Pedro I, Imperador do Brasil, enviou pra cá um comandante de fragata inglês, John Grenfill, contratado para criar aqui a Marinha. Ele foi designado com a missão de trabalhar o movimento para incorporar o Pará ao Brasil. A consagração da Adesão ocorreu após uma assembleia no Palácio Lauro Sodré, sede da Colônia Portuguesa à época, local em que no dia 15 de agosto de 1823, o documento de adesão do Pará foi assinado, rompendo de vez com Portugal. (ALEPA, 2024, n.p.).

Há quase 30 anos o 15 de Agosto é celebrado como feriado civil no estado, mas desde muito antes disso, a data já povoava o imaginário social paraense, sobretudo se considerarmos os eventos ocorridos no centenário e sesquicentenário relacionados ao marco temporal em questão. Os artigos de Brito (2021) e Araujo (2022) são basilares para discutirmos como atuaram as geoestratégias de simbolização nos distintos tempos e espaços objetivando construir uma identidade brasileira. Não podemos deixar de considerar que a adesão da Província do Grão Pará é um marco muito importante que coroa um processo mais longo de lutas, batalhas e negociações pela independência de Portugal, no entanto, do ponto de vista geoestratégico é fundamental que além do fato político em si, se crie também uma paisagem política a partir de festejos, celebrações, monumentos, efemérides etc.

Festejar a Adesão à Independência deveria representar a retomada da identidade local a partir de um acontecimento fundante do Estado-Nação, em um dos territórios mais ermos e periféricos do país, claramente compreendido como uma grande fronteira nacional. E não era qualquer acontecimento. Estamos falando do 15 de Agosto de 1823, marco de origem do Estado brasileiro no extremo norte da América do Sul, uma região historicamente bastante integrada às rotas e circuitos intracontinentais e caribenhos, distante culturalmente do Brasil [...]. (BRITO, 2021, p. 101-102).

Dentro do contexto das peças monumentais expressas na paisagem cabe destacar o monumento em a alusão ao Centenário da Adesão de Bragança à Independência do Brasil na cidade de Bragança, vila importante do período histórico em questão. Como discutimos anteriormente, os obeliscos são formas clássicas de demarcar na paisagem os intentos de construção e imortalização de sujeitos e acontecimentos.

A construção se insere em um contexto mais amplo de produção e circulação de memória, onde diferentes agentes sociais competem para definir quais eventos e personagens serão lembrados e como serão interpretados. No caso de Bragança, a iniciativa de erguer o monumento partiu da intendência, comércio, indústria, lavoura e povo, demonstrando a convergência de interesses entre elites locais e a população em geral na construção de uma memória que celebrasse a participação da vila na história nacional.

As marcas existentes no estado do Pará não são tão múltiplas, mas as que existem servem para nos mostrar (mais uma vez) de que forma atuam os agentes envolvidos na forja das memórias que devem ser eleitas à oficialidade.

Figura 39 – Ao centro, obelisco de Bragança – Pará, em alusão ao centenário de independência do Brasil.



Fonte: www.minube.com.br/sitio-preferido/obelisco-ao-centenario-de-adesao-de-braganca-a-independencia-a3665195. Foto de Antônio Athayde.

O período de 1973, o sesquicentenário da Adesão, possui um contexto político-histórico diferenciado devido a ditadura militar brasileira. Neste sentido, as comemorações em torno da data de 1823 assumem novas roupagens, sendo instrumentalizadas até para opor ideologias políticas contrárias ao regime, como o comunismo, por exemplo. Esta instrumentalização é exposta por Araujo (2022):

Essa intrínseca relação da religião nos festejos do Sesquicentenário da Adesão como papel importante contra o comunismo também foi vista e reforçada no discurso de Gerson Peres. Com análise de Discurso dos envolvidos no Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência [...] foi possível acessar os sentidos por trás dos monumentos artísticos que, no processo de investigação monumental das heranças materiais no tempo presente, foram construídos no contexto do Sesquicentenário no Pará, encontramos o painel encomendado por Gerson Peres às pintoras Anita Batista Panzuti⁹ e Betty Veiga Santos¹⁰ intitulado “Adesão do Pará a Independência”, inaugurado no hall de entrada da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) no dia 05 de dezembro de 1974 a pedido do Deputado. O painel, como será exposto mais adiante, cumpriu papel dentro dos objetivos dos festejos da Ditadura na perspectiva de liberdade, integração à nação e contra o comunismo. (ARAUJO, 2022, p. 23)

Percebemos, portanto, a existência de um padrão de atuação das forças produtoras de paisagens, narrativas e discursos. As datas jubilares carregam uma força consigo, elas muitas vezes são apresentadas como inquestionáveis, isto é, são eventos gloriosos do passado que podem ser moduladas no futuro a depender da atual correlação de forças. Basta vermos como a ditadura militar brasileira se utilizou do aniversário de 150 anos da independência do Brasil para fazer propaganda do regime e demarcar espacialmente de forma geoestratégica suas marcas.

Notamos, por outro lado, que apesar da instrumentalização do ponto de vista do discurso e da narrativa, estas expressões não se traduziram na paisagem como em outras partes do país. Discutir a dilatação das disparidades nacionais a partir daí nos mostra como até nisso, as desigualdades irão aparecer, pois enquanto marcas espaciais relacionadas aos eventos canônicos da independência estão pulverizadas nos principais eixos político-culturais da nação, alguns tímidos obeliscos, prédios e pinturas irão compor o acervo imagético, monumental e celebrativo da Adesão do Pará à independência do Brasil.

6.2.2 A outra independência brasileira: 2 de julho em Salvador (1823-2023)

A discussão neste tópico gira em torno da paisagem nas principais cidade baianas como um espetáculo festivo-turístico nas celebrações da independência. Refletimos como a celebração baiana é diferente das demais e que os ritos construídos forma uma espécie de monumentalidade dinâmica como o próprio corpo da memória na Bahia em torno da data do 2 de Julho. Explicamos como a questão das grandes obras também aparece dentro do contexto baiano mediante a reforma do Largo Dois de Julho¹⁹ e a construção do memorial.

O processo de independência estabelecido a partir do 7 de setembro, onde se iniciava o rompimento do Brasil com seu colonizador Portugal, não refletiu para todo o território o mesmo movimento emancipador. Araújo (2010) enfatiza que tal separação, no caso da região nordeste, foi resultado de um processo complexo e violento que se estendeu até sua definitiva separação, em 2 de julho de 1823.

A disputa vinha da resistência por parte de Portugal em reconhecer a perda de seu território colonizado, estabelecido a partir do decreto de independência do Brasil por D. Pedro,

¹⁹ Largo Dois de Julho é uma praça da cidade de Salvador, capital do estado brasileiro da Bahia, situada na sua parte antiga e possuindo uma pequena feira. O largo possui o formato invertido da letra L, sendo acessada a partir da rua Carlos Gomes por vários becos, como a rua do Cabeça e a rua da Faísca. A partir do Largo tem-se a rua do Maciel, Areial de Baixo e Areial de Cima e, pela rua Fagundes Varela, comunica-se com a Cidade Baixa, até a avenida Lafaiete Coutinho

e a emancipação política brasileira, o que acarretou um clima de instabilidade e embates entre portugueses, liderados pelo chefe de armas Madeira de Melo, e brasileiros do Exército Pacificador enviados do Rio de Janeiro para retirada dos portugueses (Albuquerque, 2010).

Porém, os interesses em disputa estavam para além do confronto entre Brasil e Portugal. A instabilidade política também vinha desses embates entre os próprios brasileiros. Albuquerque (2010) destaca os proprietários de terras e escravos, que temiam as revoltas nas senzalas; senhores, negociantes e comerciantes nacionais, que aspiravam gerenciar seus negócios sem a interferência dos interesses de Portugal; A população pobre, urbana e livre, que estavam em completa dependência dos excessos dos comerciantes portugueses; os povos escravizados também estavam atentos as disputas e desentendimento entre os senhores, diante da iminência de sua liberdade, mesmo que fosse por meio de fugas.

A articulação dessas autoridades políticas, militares e de suas tropas garantiram a expulsão dos portugueses, demarcada em 2 de julho de 1823, com recepção festiva do Exército Libertador. Porém, também é necessário enaltecer a importância da população:

[...] pelotões patrióticos vindos do Recôncavo, do sertão e Chapada Diamantina para enfrentaram, além dos portugueses, a fome, a sede e o cansaço na longa jornada até os campos de batalha nos arredores de Salvador. Eram muitos negros libertos, escravos e alguns brancos pobres. A vitória contra os portugueses só foi possível com o recrutamento desta gente. (Albuquerque, 2010, p. 43)

Nesse sentido, a consolidação da independência veio da luta e resistência da população pobre, mulheres e homens, negros, índios e mestiços, fato memorado e celebrado no 2 de julho. Ao reafirmar seu mito fundador, “celebram narrativas que glorificam a identidade nacional, que se reconstrói de uma espécie de “retórica pedagógica” repetida por gerações (Ribeiro, 2023, p. 143)

O cortejo acontece desde o final das disputas que ocorreram na cidade, a princípio formado por soldados que participaram dos embates.

Este cortejo cívico teria surgido logo depois que os portugueses foram vencidos na decisiva batalha de Pirajá, área suburbana de Salvador. Conta-se que as tropas brasileiras, com o contingente de 9.515 homens, ao adentraram a cidade entusiasmadas com a vitória, apropriaram-se de uma carroça abandonada pelos lusitanos, a enfeitaram com folhas verdes e amarelas e colocaram sobre ela um índio. Inaugurava-se, assim, a festa da independência, que ainda tem início no bairro da Liberdade, local de chegada das tropas vitoriosas. (Albuquerque, 2010, p. 44)

As carroças adornadas representavam os símbolos nacionais de destaque, que juntamente com a figura do índio, anos depois foi acrescido a representação de uma cabocla, em referência a índia Catarina Paraguaçu. (Albuquerque, 2010). A festa, apesar de ter seu caráter cívico e militar, não perdeu seu elemento popular, diante da participação do povo na

construção de suas comemorações. Aras e Guerra filho (2023) observam que ao longo dos anos foram sendo construídos monumentos e marcos históricos no caminho percorrido pelo exército libertador, como:

[...] em Pirajá, onde se encontram o Panteão e os restos mortais do General Labatut; passando pelo Largo da Lapinha — ponto onde se encontram o Pavilhão e o monumento a Labatut; em seguida, a estátua de Maria Quitéria; o Convento da Soledade; chegando à Igreja do Rosário dos Pretos; e, por fim, encerrando o desfile, no Largo do Campo Grande, rebatizado como Praça 2 de Julho, onde encontra-se o monumento ao Caboclo. (Aras; Guerra filho, 2023, p. 415).

Os monumentos representam, juntamente com as festividades e desfiles, a consolidação do mito fundador e das demarcações espaciais das memórias que envolvem os embates para emancipação. A presença do caboclo tem também seu referencial na representação da nacionalidade da figura do guerreiro (Albuquerque, 2010), o que reforça a presença indígena tanto na perspectiva mítica como religiosa, a partir das crenças religiosas afro-brasileiras. Cabe apontar que os caboclos também foram lembrados na campanha publicitária da SECOM e ganharam divulgação das redes sociais junto a outros heróis da independência brasileira.

Figura 40 – Festejos em alusão aos Caboclos como personagens importantes do processo de independência do Brasil na Bahia.



Fonte: <https://www.terra.com.br/diversao/arte-e-cultura/por-que-a-bahia-comemora-a-independencia-em-2-de-julho,3d0c0338ace2c07aad52d7dc9886f7d0qq0vekx.html>

O Pavilhão 2 de Julho, citado anteriormente, tem sua inauguração em 1918, sob os cuidados do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Porém, ele já estava em funcionamento

nos anos anteriores como barracão que abrigava as carruagens dos caboclos, no bairro Lapinha, ponto de partida dos desfiles cívicos. No bicentenário da independência da Bahia, o espaço passou por uma requalificação, enquanto memorial importante tanto para história da independência como também equipamento turístico da cidade. O equipamento traz as imagens, narrativas e exposições que trazem os elementos festivos e cívicos do 2 de julho.

É interessante perceber os contornos de dinamicidade que a festa da independência assume dentro do contexto baiano. Longe de ser um evento exclusivamente militarista como em boa parte dos desfiles cívicos de 7 de Setembro no Brasil, a comemoração da data na Bahia possui certa vivacidade que tira o protagonismo da aristocracia de outrora e dá destaque a novos personagens. Retomamos novamente à fotografia que abre este capítulo, mas agora para encerrá-lo. Os “caboclinhos” são o exemplo ideal de um monumento dinâmico, menos vertical como bustos e obeliscos e mais horizontal como o próprio desfile. A ideia da dinamicidade monumental horizontal referente à celebração baiana mostra uma outra forma de vivenciar as datas, de aproximar o povo de seus espaços e tempos e de celebrar marcos históricos distante de palácios e gabinetes, mesmo assim fortemente inseridas na paisagem.



PAISAGEM, MÍDIA E REPRESENTAÇÃO

7 PAISAGEM, MÍDIA E REPRESENTAÇÃO: DIALOGICIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

O coração do monarca português que, conforme o mito de fundação, grita e anuncia que o Brasil agora está independente de Portugal, chega ao Brasil em uma urna funerária de ouro e é recebido com honras de chefe de Estado. A fotografia²⁰ que abre este capítulo compõe um vasto material disponibilizado e publicizado através da mídia jornalística quando o coração de Dom Pedro I (1798-1834) chega ao Brasil como parte das comemorações em torno do bicentenário nacional. O tom das manchetes e textos varia, vai desde a formalidade solene, passa pelo tom da notícia pitoresca e chega até mesmo a tratar com ironia e humor a morbidez da inusitada cerimônia. Chamamos a atenção para esta polissemia, pois é a partir dela que podemos compreender que o discurso jornalístico é uma peça importante na construção dos sentidos e das visões de mundo, e essa construção se dá também a partir de uma credibilidade historicamente construída em torno da imprensa.

Neste capítulo apresentamos os resultados, a exposição de um debate em torno de contatos realizados com sujeitos internos ao mundo jornalísticos e que atuaram e atuam na cobertura e na produção de material relacionado às discussões, eventos, fenômenos e debates ligados ao mundo político nacional e internacional. O presente capítulo enfoca as visualidades produzidas, consumidas e reproduzidas que são utilizadas para validar e credibilizar interesses (Steinberber, 2005).

O capítulo está dividido em três partes principais, além deste texto de introdução: 1) o arcabouço teórico-metodológico em torno da Teoria das Representações Sociais que nos ajudou a estabelecer os contatos, definir os objetos representados e o grupo social da representação; 2) o detalhadamente da metodologia de levantamento das matérias e notícias, da realização dos contatos com os interlocutores e os meios pelos quais foram feitas a catalogação das respostas; e por fim: 3) a apresentação, catalogação e discussão em torno das representações sociais constituídas e proposição de um instrumental de trabalho que tem por base o diálogo direto com os sujeitos.

²⁰ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/coracao-de-d-pedro-1o-e-recebido-como-chefe-de-estado/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

7.1 Representações sociais e dialogicidade das fontes

A utilização da teoria das representações sociais (Moscovici, 2008) é um dos principais arcabouços teóricos em torno da teoria deste tópico e nos ajudou a estabelecer os contatos, definir os objetos representados e o grupo social da representação. Aqui a perspectiva é fazer dialogar duas dinâmicas centrais neste trabalho: o poder das fontes documentais enquanto fornecedoras de informações (dados secundários) e a possibilidade de produzir novas informações a partir das entrevistas ligadas as representações sociais (dados primários). Desta forma, tentamos articular a teoria para pensar novas possibilidades de apreender a realidade.

[...] contra uma epistemologia do sujeito “puro”, ou uma epistemologia do objeto “puro”, a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS centra seu olhar sobre a relação entre os dois. Ao fazer isso ela recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio. [...] Mas, se a atividade do sujeito é central para a teoria, não menos central é a realidade do mundo. (Moscovici, 2008, p. 19).

O jornalismo e a construção de sentidos de mundo guiam a discussão do presente capítulo. Em outras palavras, podemos dizer que a construção do “real” é feita, em grande parte, pelos jornalistas e nosso interesse nesta discussão se volta para quais as principais representações sociais construídas pelos sujeitos que atuaram diretamente na cobertura de imprensa relacionada às celebrações relativas ao bicentenário da independência do Brasil no ano de 2022.

Cabe questionar, no entanto, qual a importância de se perguntar sobre e tentar mapear as representações sociais constituídas dentro do universo da produção jornalística. A importância reside justamente no fato de que as fontes jornalísticas, isto é, os sujeitos que produzem matérias, notícias, manchetes, chamadas etc. e os próprios jornais (impressos, televisivos e digitais) não estão isentos de intencionalidades e viesamentos. Isto aponta para o fato de que os materiais produzidos por estes jornalistas e veículos irão influenciar fortemente a opinião pública e atuar frontalmente na formação de sentidos e percepções mais individualizadas, isto é, é fundamental que compreendamos as representações sociais existentes no interior desta produção para compreender os produtos em si, ou seja, as matérias produzidas as épocas dos acontecimentos que permanecem, em grande medida, disponíveis para o acesso público.

A constituição de um sistema simbólico, que remete ao universo das representações sociais, é um fenômeno condicionado de acordo com o contexto cultural e histórico. No campo jornalístico, muitas das representações construídas sobre a atividade e seus atores começaram a ser configuradas durante o desenvolvimento da imprensa enquanto atividade comercial e do nascimento de um novo modelo de jornalismo no século XIX, o chamado *Jornalismo Informativo*. A partir desse modelo e do processo de profissionalização da atividade, o jornalista se reveste de uma série de valores e

representações sobre seu ideal profissional, que dão sentido e orientam o seu papel na sociedade, permitindo a elaboração de uma identidade gratificante. É por meio das representações sociais que os indivíduos conferem significação às suas ações e ao mundo social que os cercam, constituindo imagens, concepções e idéias a partir de classificações positivas ou negativas, as quais circulam por meio de crenças e valores compartilhados. (Oliveira, 2005, p. 16, grifo do autor)

A ideia dos “valores compartilhados” mencionada pelo autor acima é ponto central dos nossos pressupostos teórico-metodológicos, sobretudo, considerando as variáveis que foram selecionadas para compor o recorte dos sujeitos selecionados para receberem o convite para a entrevista. Detalhamos esta questão na próxima seção do trabalho, mas é oportuno apontar que selecionar nomes em jornais das diversas unidades da federação do nosso país, contemplando todas as regiões brasileiras é a justa tentativa de encontrar denominadores comuns, isto é, os mencionados valores compartilhados referentes ao trabalho jornalístico ligado ao acompanhamento do bicentenário brasileiro. O que não podemos deixar de considerar também é o clima de acirramento e polarização que se estabeleceu no país no ano de 2022 (que discutimos no capítulo anterior) e faz com que determinados jornais, tenham alinhamentos mais ou menos definidos com os campos de forças políticas que vão se desenhando. Sobre essa questão Bourdieu (1997) ao discutir o jornalismo apontou que:

O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes (Bourdieu, 1997, p. 102).

Neste sentido, buscamos estabelecer este diálogo com os sujeitos do jornalismo, pois assim como Pereira Júnior (2008, p. 31) nós “entendemos que a mídia, pela disposição e incidência de suas notícias, desempenha uma importante função no sentido de tornar público os temas sobre os quais o público falará e discutirá”. Ao explorar esta dialogicidade das fontes documentais pelos produtores de tais fontes, temos a capacidade de perceber a correlação de forças existentes no meio midiático e como isso resvalou nas produções jornalísticas, entender as decisões que são tomadas, as fotografias que são escolhidas e ter a oportunidade de poder analisar os sentidos que são imbuídos às notícias, pois como afirma o autor mencionado acima:

[...] a preocupação central da teoria das Representações Sociais procura responder por que as pessoas desempenham determinadas ações, e não outras? Segundo a teoria, por trás dessas ações, e fundamentando as razões pelas quais as pessoas tomam tais atitudes, está uma representação do mundo que não é apenas racional, cognitiva, mas, muito mais do que isso, é um conjunto amplo de sentidos criados e partilhados socialmente. (Pereira Júnior, 2006, p. 36)

É fundamental destacar que este compartilhamento socialmente construído de valores, culturas, ideias e ideologias se dá eminentemente pela linguagem, daí a importância de considerar também os debates existentes na Linguística Aplicada a respeito das representações

sociais, sobretudo quando referida teoria tem seus alicerces epistemológicos numa visão investigativa a respeito da forma como “os sujeitos se constituem enquanto membros de dados grupos sociais, segundo interesses e ideologias subjacentes a seu pensar, a seu agir e a seu modo de interagir no mundo através da linguagem.”. (Irineu, 2019, p. 8-9)

Sendo assim, reafirmamos o peso que a linguagem vai assumir dentro do referencial teórico mais ligado ao presente capítulo, sobretudo quando não negamos a relação textual que existe entre a cultura e o espaço, entre as paisagens e os monumentos, os discursos e as estátuas, as celebrações e as praças, o território e os heróis nacionais. A geografia cultural dos monumentos políticos é uma geografia essencialmente ligada à textualidade do espaço e as formas pelas quais os processos de escritura e leitura irão gerar tensionamentos que são o principal objeto desta tese. Como entender, porém, essas tensões? Como torná-las inteligíveis? Daí a aproximação com a teoria proposta por Moscovici.

as sociedades modernas são bem mais complexas. Dentro desse contexto, numa crítica às teorias positivistas e funcionalistas que já não davam conta de explicar a realidade em novas dimensões, ele propõe o conceito de representação social como um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas “graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação” (Moscovici, 1978, p. 28).

Diante destes aspectos teórico-epistêmicos, cabe apresentar discutir as variáveis que foram utilizadas para construir o roteiro de entrevistas, a seleção das notícias-referências, os jornais buscamos, as métricas de buscas, bem como os nomes dos jornalistas, colunistas, podcasters e outros sujeitos que estão inseridos dentro da produção midiática e jornalística, no intento de investigar as representações sociais construídas, considerando o “jornalismo um campo fundamental para compreendermos como a realidade é construída cotidianamente” (Pereira Júnior, 2008, p. 32). O detalhamento apresentado no tópico adiante não visa justificar estatisticamente os resultados colhidos, tampouco defender quantitativamente as análises realizadas, mas sim fornecer parâmetros que qualifiquem os dados apresentados e ao mesmo tempo fornecem bases metodológicas e instrumentais para investigações que toquem o universo das representações sociais, da realização de entrevistas e da análise qualitativa das respostas obtidas.

7.2 Dialogicidade das fontes a partir de interlocuções: a montagem das entrevistas

O roteiro das entrevistas que foram respondidas pelos jornalistas, colunistas, repórteres, influencers e podcasters contatados está disponível no apêndice B. É importante

destacar que cada uma das perguntas que forma o roteiro enfoca uma ideia chave que foi discutido ao longo desta tese, tais como: fragilidades nas políticas de integração nacional, paisagem mítica, geoestratégias, geotáticas, controle de visibilidades, os aspectos eleitorais das políticas governamentais etc.

O levantamento das matérias e notícias, da realização dos contatos com os interlocutores e os meios pelos quais foram feitas a catalogação das respostas está descrito no Apêndice B desta tese. Pensamos em cerca de 40 nomes do jornalismo, tradicional e independente, para responderem a entrevista e a busca se deu, sobretudo, por intermédio de termos-chave dentro dos principais buscadores on-line e indexadores de resultados como a plataforma do *Google*, do *Yahoo* e do *Bing*. Adicionamos as buscas o direcionamento para determinados estados da federação para que conseguíssemos cobrir todo o território nacional com os nomes e contatos colhidos, além disso o recorte de datas foi adicionado aos buscadores para que não aparecessem notícias muito antigas, o principal filtro utilizado direcionava os resultados para notícias do ano de 2022.

Em nossa busca nos portais apresentados acima, os principais termos, palavras e expressões buscadas foram divididas em duas categorias, a saber: **expressões complexas** e **termos chave**. As expressões complexas utilizadas foram: “bicentenário da independência do Brasil”; “eleições presidenciais no ano do bicentenário”; “candidatos visitam cidades”; “celebrações do bicentenário brasileiro”; “200 anos da independência do Brasil”, “veja como foram as comemorações do bicentenário brasileiro”. Além das expressões também foram buscados os termos chave, tais como: “bicentenário”, “independência”, “polarização”, “comemorações”, “celebrações”, “Ipiranga”, “Museu do Ipiranga”, “Dom Pedro II”, “São Paulo”, “Rio de Janeiro”, “monumento”, “200 anos”, “1822”, “Sete de Setembro”, “Grito do Ipiranga”, entre outras. Desta forma, conseguimos localizar notícias, matérias e reportagens especiais, programas e podcasts temáticos que abordavam estas temáticas e, por extensão, os nomes dos sujeitos envolvidos com tais textos. Os sujeitos selecionados compõem a lista de nomes que podem ser acessados no Apêndice B de nosso texto e foram contatados via e-mail e telefone, explicados no objetivo da pesquisa, informados sobre o teor das perguntas e convidados a responderem os questionamentos pelo meio que julgassem mais conveniente considerando as opções da resposta escrita via e-mail ou por meio a entrevista, seja através de ligação telefônica ou mesmo a utilizando-se gravação de áudio dos aplicativos de celular.

Feitos os contatos, explicações e recebidos os aceites de participação bem como a anuência sobre a utilização das respostas para fins estritamente científicos e sendo resguardado o anonimato quando as respostas fossem utilizadas diretamente no texto, partimos para a

realização das entrevistas e organização das repostas em um banco de dados para análise posterior. O roteiro de entrevistas utilizado foi o mesmo para todos os entrevistados e pode ser acessado como o Apêndice A deste texto. Cada pergunta utilizada no roteiro de entrevista está relacionada aos conceitos trabalhados ao longo de nossa tese, conforme podemos ver no quadro abaixo (Quadro 3) que correlaciona os conceitos e as perguntas. O principal objetivo deste arranjo relacional foi construir as bases para perceber dentro das representações sociais analisadas como as principais ideias da tese aparecem.

Quadro 3 – Relação entre os assuntos trabalhados na tese e as perguntas do roteiro de entrevistas.

ASSUNTOS	PERGUNTAS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA
Fragilidades nas políticas de integração nacional	Dentro do contexto do material que você produziu, como você percebeu (como jornalista) as notícias veiculadas no ano de 2022 sobre o bicentenário da independência? E como você classificaria as ações e projetos tocados pelo Governo Federal para celebrar os 200 anos da pátria brasileira?
Controle de visibilidades	Dentro das expectativas que vão sendo constituídas coletivamente por conta de como foi a comemoração dos 100 anos da independência em 1922 e dos 150 anos em 1972 do processo de independência, você acredita que tais expectativas foram frustradas pela forma como os acontecimentos se deram?
Aspectos eleitorais das políticas governamentais	Como você avalia o impacto das eleições estaduais e federais na programação dos eventos, marcos, monumentos e homenagens das celebrações do bicentenário brasileiro?
Geotáticas	Na contramão dos eventos oficiais, inúmeras discussões e eventos em paralelo também marcam os “200 anos de Brasil”. Qual sua opinião sobre estas (manifestações) periferias simbólicas dentro da dinâmica das celebrações?
Paisagem mítica	Do ponto de vista das visibilidades constituídas, você acredita que as imagens produzidas (reais, virtuais, oficiais, marginais, monumentais, de protesto etc.) cumpriram o papel de comunicar à nação a importância da data?
Geoestratégias	Há inúmeras paisagens monumentais no território brasileiro que remetem às comemorações passadas (centenário em 1922 e sesquicentenário em 1972). Você acredita que o cenário no ano de 2022 possui o que de diferente para que não se tenha produzido intervenções paisagísticas e monumentais nos principais centros urbanos do país?

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro acima expõe as correlações exploradas na condução das entrevistas. Sendo assim, as respostas obtidas chegaram por dois caminhos principais: respostas textuais redigidas pelos jornalistas e segmentadas seguindo a própria divisão das seis perguntas e gravações de áudio explorando os tópicos e trazendo discussões pertinentes ao que estava sendo questionado. Em ambos os casos, o produto foi a resposta em forma de texto, pois as gravações foram transcritas e aparecerão no tópico a seguir neste formato. Além disso, cabe destacar que as falas dos sujeitos ligados ao jornalismo foram catalogadas e organizadas sequencialmente e

aparecerão numeradas, no entanto, não identificadas. O principal objetivo da discussão a seguir é compreender o que Irineu (2019) chama no trecho abaixo de valores compartilhados:

Uma vez que representações alicerçam as ações de membros de grupos que pressupõem uma história comum de experiência, interação e práticas discursivas, podemos afirmar que tais membros agem segundo valores compartilhados a partir do sentimento de pertença, que não é arbitrário, já que os referidos membros compartilham opiniões durante os mais diversos eventos enunciativos em que se inserem como sujeitos, o que faz do material discursivo produzido por eles uma amostra significativa do modo como organizam sociocognitivamente o mundo. (Irineu, 2019, p. 9)

O discurso jornalístico está alicerçado numa série de concepções sociognitivamente compartilhadas. Intencionalmente ou não, os as falas que veremos a seguir caminham em sentidos similares, possuem código compartilhados, visões semelhantes e nos permite adentrar um pouco mais a fundo na compreensão do fenômeno investigado nesta tese, a construção de paisagens míticas a partir da mobilização de heróis, datas, sujeitos e os desdobramentos culturais, espaciais e políticos destes fatos.

7.3 Produção e circulação de sentidos por meio do discurso jornalístico

Os resultados colhidos da captura e sistematização das entrevistas nos permitiu ver novas nuances do processo de celebração do bicentenário independência a partir do diálogo com a percepção e as representações dos sujeitos que compõem o mundo midiático-jornalístico. Desta forma, a conversa com os sujeitos deste universo se fez fundamental para compreendermos como como foram tratadas as fragilidades e dispersões das ocasiões celebrativas do bicentenário. E a partir das opiniões traçar um olhar comparativo com os registros as comemorações dos 100 anos (em 1922) e dos 150 anos (em 1972) da Independência. Além de sondar como a eleição de 2022 impactou neste processo comemorativo. Sobretudo quando os jornalistas entrevistados apontam que “os atos pelo Bicentenário em si não engajaram eleitoralmente (JORNALISTA IV)²¹”.

A ideia de montagem de quadros analíticos que construam um caminho entre as diversas falas visa oportunizar a análise das entrevistas e perceber as principais representações do objeto em questão e assim propor, por meio das múltiplas vozes, caminhos estruturados para se pensar política, paisagem e cultura no Brasil e na América Latina. Apesar da ideia central ser a montagem dos referidos quadros, uma inquietação persistia sobre o formato mais adequado para apresentar os resultados das análises.

²¹ Jornalista IV. Entrevista realizada por meio digital [dez. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

Um autor fundamental que auxiliou nessa montagem foi Sá (1996) em seu texto sobre representações sociais e a questão do núcleo das representações, além deste trabalho, o texto de Oliveira et al. (2005) no qual Celso Sá também aparece como coautor e nele os autores debatem a respeito e apresentam importantes estratégias teórico-metodológicas e modos de apresentação de resultados. Neste texto, os autores investigam as representações sociais sobre trabalho dentro do universo de adolescentes. Embora os campos investigativos entre a pesquisa citada e esta sejam distantes, os modelos construídos pelos autores nas apresentações dos resultados merecem destaques do ponto de vista instrumental e metodológico. Os autores usaram a definição de classes de palavras e a frequência com que elas apareciam dentro dos questionários aplicados com os estudantes. Sendo assim, puderam perceber, a partir de médias, as principais representações destes estudantes sobre os temas de interesse da pesquisa, no caso, o trabalho.

A temática e o método de coleta de dados diferem entre nossa pesquisa e a dos autores acima e de diversas pesquisas analisadas dentro do universo das representações sociais, no entanto, alguns elementos podem ser incorporados a nossa discussão, principalmente os quadros de síntese. Antes de apresentarmos as expressões e palavras frequentes dentro dos discursos dos jornalistas é pertinente trazer algumas falas que merecem destaque dentro da discussão dos resultados. A análise aqui pretendida é, sobretudo, qualitativa e sendo assim, não é nosso interesse apresentar médias, números ou hierarquizar as ideias expostas.

O foco dessa discussão é a apresentação e a apreciação qualitativa das ideias trazidas pelos entrevistados. Nesse debate qualitativo sobre as representações, uma noção fundamental é a de núcleo das representações, teoria complementar proposta ainda nos anos 1970 por Abric (1994) e vai apontar que as representações não são fixas, possuem certa mobilidade e mutabilidade, no entanto, essa dinamicidade se dá em torno de um núcleo ou até mais de um, mas que apesar das possíveis mudanças de cognição, percepção, sensação, memórias, experiências etc. Como aponta Sá (1996):

Haveria assim, em primeiro lugar, um sistema central, constituído pelo núcleo central da representação, ao qual são atribuídas as seguintes características: 1. é marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio-históricas e os valores do grupo; 2. constitui a base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; 3. é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; 4. é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta. Suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos. (SÁ, 1996, p. 22)

Desta forma, os trechos a seguir tocam esses núcleos definidos a partir das ideias partilhadas coletivamente entre aqueles que colaboraram com a pesquisa e tiveram ideias

convergentes apesar da ausência de contato. A metodologia de apresentação irá intercalar trechos e comentários, a fim de entender como as representações são constituídas, como elas são inseridas nos materiais que os entrevistados produzem e, por conseguinte, tornam-se *transrepresentações*, isto é, representações sociais acabam sendo transferidas para aqueles que consomem as produções jornalísticas. Uma ponte cognitiva e de percepção de mundo, do espaço e do tempo que se dá através da produção e do consumo do texto jornalístico.

As ações do Governo Federal em celebração à data ocuparam pouco nossa cobertura ao longo daquele ano, com notícias pontuais que geravam interesse da audiência para além dos aspectos eleitorais que a data tinha tomado, como o lançamento de moedas comemorativas, a chegada do coração de Dom Pedro I, a visitação de navio da Marinha, além de, pontualmente, os impasses jurídicos que as ações enfrentavam, como o veto à campanha publicitária para a data pelo Tribunal Superior Eleitoral. (JORNALISTA II²²).

A fala acima destaca para os fatos que merecem atenção jornalística. A cobertura, conforme aponta trecho mencionado não será sobre o bicentenário em si, mas sobre acontecimentos decorrentes que possuam singularidade suficiente para ter a força de se tornar notícia. O trecho abaixo é interessante, pois aponta uma frustração pessoal do sujeito em relação às comemorações dos “200 anos de Brasil”.

Foi frustrante a discussão sobre os 200 anos do grito do Ipiranga. Eu tinha essa expectativa desde 2007. Na ocasião, entrevistei o professor colombiano Gerson Ledezma. Ele estudou as celebrações dos centenários dos processos de independência na América Latina. Falei com ele sobre a relação com a data entre brasileiros e nos outros países, sobre as diferenças que há. Ele me dizia, então, que nas celebrações do bicentenário seria possível perceber como essa relação foi moldada ao longo desses últimos 100 anos. Eu até fiquei curioso de voltar a falar com ele e saber a avaliação que tem do que se passou. Porque a data, no meio do contexto eleitoral, foi engolida pela campanha eleitoral. Até comentei na época, não se falou do grito do Ipiranga, de dom Pedro. O presidente português, ali presente, devia estar sem entender muita coisa. Nos dias seguintes, em cerimônia no Congresso Nacional, o presidente brasileiro não foi, mas o português, sim. Estava lá o representante do país do qual o Brasil se tornou independente, mas não o do País que conquistou a autonomia. Foi insólito. A data ficou marcada pelo comício no qual Bolsonaro puxou o coro: "Imbroxável, imbroxável". (JORNALISTA II²³).

O interessante é perceber como mais uma vez os acontecimentos do plano político-eleitoral tomam a centralidade do que deveria ser um dos eventos mais importantes do ano de 2022. O caso narrado pelo jornalista acima é emblemático nesse sentido, pois foi justamente no 7 de Setembro de 2022, data central de todo o processo de bicentenário da Independência do Brasil, que o presidente da nação (Figura 41) faz um discurso controverso com teor golpista e palavras de cunho sexual (BBC, 2022). Fato este que também é aproveitado pelos adversários

²² Jornalista II. Entrevista realizada por meio digital [set. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

²³ Jornalista II. Entrevista realizada por meio digital [set. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

políticos do presidente e candidato a presidência, isto é, não demorou para que as candidatas Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União Brasil) usassem suas redes sociais para criticar a atitude do presidente, classificando-a como machista (CNN, 2022).

Figura 41 – O então presidente da república Jair Bolsonaro acena para o público em 7 de Setembro de 2022, Brasília, Brasil.



Fonte: BBC, 2022.

Outro trecho que merece atenção é novamente a retomada dos aspectos eleitorais que irão repetidamente aparecer nas falas.

Em 2022, o bicentenário da Independência foi usado assim declaradamente para a campanha política, né? Então a gente teve o azar de ter essa comemoração, esse marco temporal durante o período eleitoral e com o país sendo comandado por Bolsonaro, que fez realmente um espetáculo para sua campanha, para se promover, então, usou a data para isso, inclusive, com aquela situação horrenda de trazer o coração do Dom Pedro de Portugal para o Brasil. E fazer uso político disso foi, de fato, horrroso. (JORNALISTA V²⁴)

Essa mobilização fora da institucionalidade é o mais significativo. Sinto falta que tenha mais amplitude e as manifestações sejam mais abraçadas. A data está muito vinculada à institucionalidade e ao militarismo. É pouco abraçada pelos civis. Por isso acho tão significativa, dentro da oficialidade, o desfile de Maranguape. São dias de festejos, a população se prepara, tem expectativa e participa com paixão. Esse festejo popular civil é uma face diferente e mais bela da comemoração. Mas, parece-me ainda muito localizada. (JORNALISTA II²⁵).

²⁴ Jornalista V. Entrevista realizada por meio digital [nov. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

²⁵ Jornalista II. Entrevista realizada por meio digital [set. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

Outro aspecto que merece destaque na fala dos jornalistas é o aspecto de polarização que o ano de 2022 também reservou para a política nacional. Um comentário que ilustra bem esta questão segue abaixo:

Eu acredito que, de certa forma, também já fiz vários comentários a respeito na primeira pergunta, o grande impacto foi da eleição nacional. A eleição nacional foi ela que dividiu o país, ela que parou a população e que produziu uma grande mobilização, um enorme engajamento popular, porque as pessoas estavam vendo de 2 lados que os seus projetos, mais do que nunca estavam em jogo. Se engajou até o cidadão comum, muito além do partidário, pois se discutia o modelo de sociedade que ele acreditava, as pessoas viram que o modelo de sociedade que ela acreditava estava em um momento decisivo, do momento histórico decisivo. E por isso me parece que houve um grande engajamento. De um lado, uma parcela muito grande da população acreditando que tinha que continuar o seu projeto porque representava um reencontro do Brasil com as suas características históricas conservadoras, o reencontro dos símbolos etc. Enfim, e do outro lado, um grande grupo (que acabou saindo vencedor) acreditando que a democracia estava em risco e que a liberdade individual estava em risco também. (JORNALISTA VIII²⁶)

Um destaque merece ser feito na fala abaixo que traz novamente elementos da polarização político-partidária vivenciada no ano do bicentenário, mas adiciona novos elementos à análise, como por exemplo, o pouco apreço as raízes étnico-raciais do povo brasileiro e ao papel do negro e do indígena dentro do processo de formação nacional.

Após a mobilização personalística entorno de Bolsonaro no 7 de setembro de 2021, não havia muita margem para desidentificar as comemorações do bicentenário de uma estratégia eleitoral, diante de uma disputa tão acirrada pela presidência da República. Enquanto se devia celebrar uma emancipação política, social e econômica, com a marca de um avanço na construção da ideia de nacionalidade, o que vimos foi o resgate de uma memória de subserviência ao colonizador europeu que desprezou, e segue desprezando, nossa territorialidade, nossa origem étnico-racial, nossos povos indígenas e afrodescendentes e todos os que deveriam estar sob a marca de povo brasileiro. Os 200 anos da independência foram marcados pela cisão política, econômica e social que caracterizou o período no Brasil. (JORNALISTA X²⁷)

Queremos chamar atenção para dois trechos diretamente ligados à constituição de paisagens míticas, isto é, ao erguimento de monumentos e grandes construções para marcar os 200 anos da nação brasileira. As duas respostas que se seguem, surgem no contexto da última pergunta do roteiro que versava sobre o que o cenário do ano de 2022 possuía de diferente para que as obras monumentais não tivessem sido tão expressivas ao longo do território nacional.

Não havia, em 2022, ambiente para se propor o gasto e para se garantir apoio à construção de monumentos, independentemente de quais fossem, no lastro que seguíamos à derrubada e à queima de monumentos erguidos em um passado que já não representa. (JORNALISTA X²⁸)

²⁶ Jornalista VIII. Entrevista realizada por meio digital [dez. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

²⁷ Jornalista X. Entrevista realizada por meio digital [jan. 2024]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2024.

²⁸ Jornalista X. Entrevista realizada por meio digital [jan. 2024]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2024.

Em alguma medida, a própria sociedade mudou. O peso que se dá a monumentos públicos hoje não me parece o mesmo, por exemplo, do governo Médici. É uma hipótese e um fator. O central, acredito, está no fato de que a data foi transformada em instrumento eleitoral, usada para ter efeito imediato, não duradouro. (JORNALISTA II²⁹).

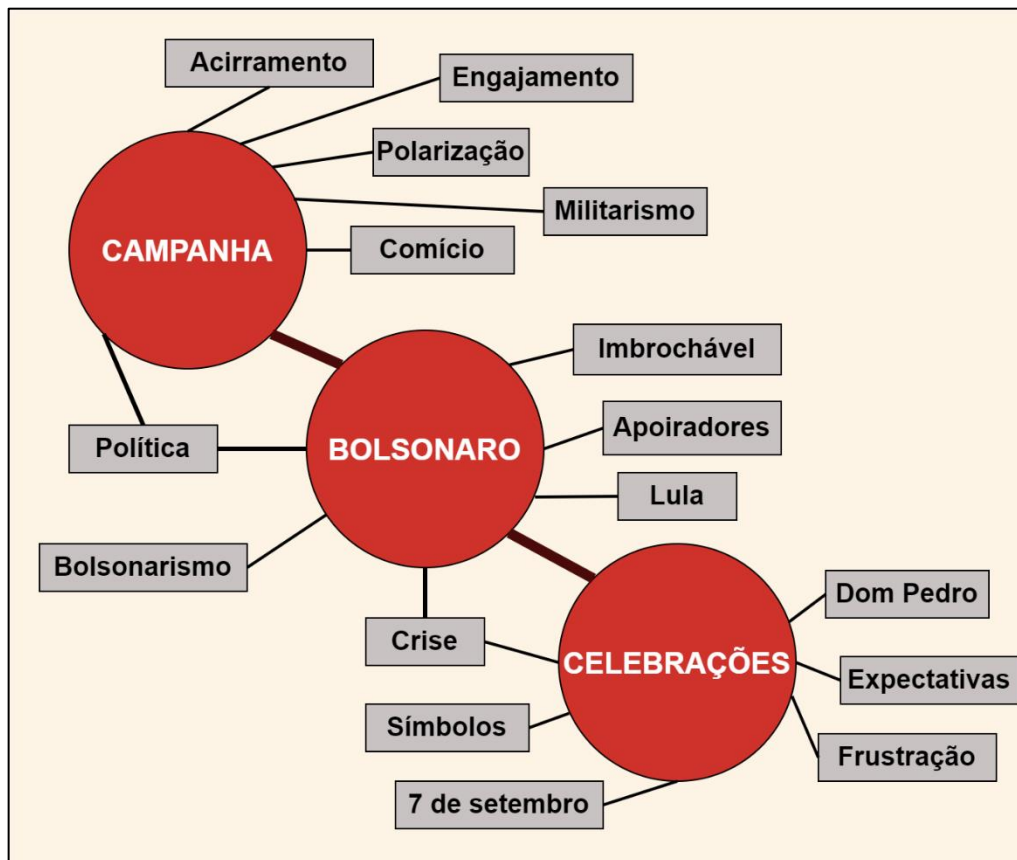
Ambas as falas relatam de uma mudança na relação da sociedade com seus monumentos, sobretudo aos intensos debates a respeito das derrubadas, vandalizações e pichações que se multiplicaram em episódios nos últimos anos e que discutimos no quarto capítulo deste trabalho. No entanto, até nesta questão a respeito da construção de monumentos volta a aparecer a questão eleitoral, afinal uma construção neste sentido é muito mais um projeto de Estado e que raramente tem o efeito esperado (ou imediato como menciona o jornalista acima) para o proponente da obra. Na frenética corrida eleitoral, as marcas paisagísticas mais verticalizadas relacionadas ao bicentenário ficaram em segundo plano. O que vimos, em grande medida, foi uma grande valorização de discursos, palanques e comícios e algumas modestas campanhas via internet que pouco surtiram efeito.

As entrevistas caminharam em sentidos muito parecidos e mesmo aquelas que não aparecem transcritas aqui, tiveram peso substancial na construção do ideograma a seguir. O objetivo do arranjo esquemático é apresentar as principais representações, termos e ideias que aparecem nas diversas falas que colhemos sobre os dilemas do bicentenário brasileiro. Os termos centrais são os que mais aparecem e as relações subsequentes foram construídas a partir dos discursos de cada jornalista.

A assimetria apresentada no ideograma a seguir (Figura 42) revela também as barreiras (políticas e ideológicas) e impedimentos para a realização plena das celebrações relativas ao bicentenário, as representações construídas não são sobre o bicentenário e suas celebrações em si, mas sobre as formas com as quais jornalistas entrevistados perceberam os entraves ligados à condução feita pelo Governo Federal.

²⁹ Jornalista II. Entrevista realizada por meio digital [set. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

Figura 42 – Ideograma com as principais representações sociais ligadas aos dilemas do Bicentenário da Independência do Brasil.



Fonte: elaborado pelo autor.

Como podemos ver na imagem anterior, a análise relacionada a frequência dos termos e expressões que aparecem nas entrevistas, três termos chave encabeçam o processo: campanha, Bolsonaro e celebrações. As palavras que acompanham, tem a ver com ideias complementares, mas também muito frequentes que aparecem associadas as centrais. Novamente temos as dinâmicas ligadas ao universo político, eleitoral e partidário tomando o foco das celebrações em torno do bicentenário da pátria.

A discussão apresentada nos capítulos anteriores mostra algumas formas bem definidas de celebrar datas importantes. Seja por meio do erguimento monumental e da marca mais fixa na paisagem usando o espaço e a paisagem como suporte, ou mesmo com as festividades cívicas e do aproveitamento da dinâmica temporal que resgata a circularidade das datas para fazer brotar a cada data uma nova oportunidade de saudar, celebrar e homenagear quem ou o que se considera importante. O fato é que o bicentenário brasileiro se mostrou frustrante em ambos os aspectos, isto é, não deixa um legado monumental, tampouco produziu

uma celebração cívica capaz de envolver a população. O que vimos, na realidade, foi uma brutal disputa por cargos políticos e projetos de poder que fingiam se importar com questões mais amplas relacionadas a identidade nacional e a promoção dos valores republicanos. Neste fechamento trago uma fala que merece destaque:

Essa mobilização fora da institucionalidade é o mais significativo. Sinto falta que tenha mais amplitude e as manifestações sejam mais abraçadas. A data está muito vinculada à institucionalidade e ao militarismo. É pouco abraçada pelos civis. Por isso acho tão significativa, dentro da oficialidade, o desfile de Maranguape. São dias de festejos, a população se prepara, tem expectativa e participa com paixão. Esse festejo popular civil é uma face diferente e mais bela da comemoração. Mas, parece-me ainda muito localizada. (JORNALISTA II³⁰)

A discussão neste capítulo foi breve, mas buscou inserir novos elementos na análise. Ouvir os sujeitos que estão diretamente envolvidos com a produção jornalística e compreender que por traz das páginas e matérias existem inúmeras intencionalidades e percepções que vão além daquelas que transparecem através das linhas das notícias. As representações sociais que estes sujeitos possuem não existem apenas para si, como consequência do próprio ofício, isto é, elas transbordam a fronteira da impessoalidade e chegam aos leitores, aos consumidores de notícia. É como Contrera (2010) afirma: a mediasfera está posta e contamina fortemente a noosfera, no entanto, é fundamental ter ciência que a própria mediasfera, o universo de símbolos, signos e códigos midiáticos é permeada por intencionalidades e representações.

Um desafio para a ciência geográfica e as ciências sociais no geral é buscar compreender que além dos produtos que estão influenciando os sujeitos, devemos olhar também para os sujeitos que os produziram. É cíclico e paradoxal, mas não podemos compreender a paisagem como um campo forças olhando apenas para a paisagem em si. Devemos olhar, sobretudo, para os sujeitos que as produzem, para os sujeitos que as consomem e para os sujeitos que relatam essa relação entre produção e consumo, entre escritura e leitura, entre o que é estratégico e o que é tático.

Diante disto, é importante acrescentar que a celebração de uma data como o bicentenário brasileiro dentro de um contexto de tanto acirramento político necessita de um mínimo de consenso político, no âmbito da sociedade civil. Os governos, em geral, são guias e condutores de geoestratégias, mas quando falham ao engajar suas ações tornam-se ilegítimos e secundários dentro do processo de celebrações, portanto, convertem-se em meros produtores de ineficientes geotáticas ilegais e de alto risco, isto é, arriscam a própria permanência e

³⁰ Jornalista II. Entrevista realizada por meio digital [set. 2023]. Entrevistador: Marcos da Silva Rocha. Fortaleza, 2023.

longevidade dos seus projetos de poder e anulam qualquer possibilidade de contribuir positivamente com a memória do país a partir das celebrações cívicas e nacionais.

O risco assumido se cumpriu e um novo Governo Federal chega após as eleições ocorridas em 2022. No entanto, os primeiros meses de mandato não são suficientes para retomar a continuidade de celebrações do bicentenário no ano de 2023, afinal, não se possui tempo nem margem de prioridade para tal, pois é preciso restaurar o estado democrática de direito e recuperar as instituições oficiais. Resta saber se o ano de 2024 e os novos bicentenários que chegam, como o da primeira Constituição do país e o de fundação do Senado Federal, serão eventos políticos capazes de mobilizar geoestrategicamente as ações governamentais em torno da memória nacional e dos espaços de poder.



CONCLUSÕES

8 CONCLUSÕES: PAISAGENS MÍTICAS COMO ICONOGEOGRAFIA

A fotografia³¹ traz o Monumento a Zumbi dos Palmares, localizado na área central do Rio de Janeiro, vandalizada com uma suástica no mesmo da testa. Ancestralidade, negritude, resistência, nazismo, racismo, discriminação, violência, quilombos e mais um universo de outros termos poderiam ser usados aqui para tentar explicar o tipo de geotática produzida pelos sujeitos que praticaram a intervenção no monumento, porém é importante chamar atenção para o fato de que há muito mais por trás da imagem.

A análise da forma e da disposição dos elementos de quem idealizou a peça paisagística (Figura 43) é produzida para passar a ideia de um zumbi morto, com a cabeça fincada em uma lança. Dois elementos principais reforçam essa percepção: 1) a base do pescoço não toca o pedestal o que torna aparente uma estrutura de ferro (base da lança); 2) a imagem de zumbi está de capacete cujo topo possui uma ponta (extremidade da lança). Se foi proposital ou apenas um infeliz conjunto de coincidência de elementos paisagísticos fica a critério de cada leitor da paisagem, mas há um texto escrito e as interpretações são múltiplas.

Figura 43 – Monumento a Zumbi dos Palmares, Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: Arte Fora do Muse (2020).³²

³¹ Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/10/dupla-que-pichou-estatua-de-zumbi-pede-desculpas-negros-adrenalina.html>. Acesso em 01 set. 2023.

³² Sobre este monumento Melo e Dias (2020, p. 380) apontam que: “Elaborado por João Filgueiras Lima, o monumento possui sete metros de altura, composto por uma base piramidal de alvenaria revestimento de mármore branco e encimado por uma escultura de 800 quilos de bronze, que é a réplica ampliada da *Cabeça de Ifé* do *British Museum*. Imagem disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/zumbi-dos-palmares/>. Acesso em: 11 set. 2023.

O objetivo dessa tese foi refletir sobre o processo que chamamos de mítica das paisagens (processo formador de paisagens míticas) a partir de uma geografia atenta aos símbolos, signos, imagens, arquétipos entre outros elementos psicológicos, culturais e comunicacionais. Chamamos *iconogeografia*, portanto, um princípio metodológico, postural e de abordagem que conduziu boa parte das reflexões desse trabalho. Vale destacar que não havíamos apontado esta terminologia até então, pois acreditamos que mais importante que o anúncio é a tentativa de realização, ou seja, o que se desenhou nos últimos seis capítulos desse trabalho foi um grande ensaio a respeito das múltiplas dimensões imagéticas, arquetípicas e comunicacionais que se relacionam com o espaço e se desdobrarão na paisagem.

Não se objetiva com a elaboração deste “batismo”, o estabelecimento de um paradigma ou procedimento instrumental de metodologia, entretanto, podemos ver nela mais uma ferramenta para pensar as paisagens e a partir de um novo epicentro para articular ideias, símbolos, imagens e aspectos comunicativos em geral na construção de conhecimento espacial.

A paisagem composta pelas imagens da mídia, notícias, grandes obras monumentais – artísticas, urbanísticas, turísticas, corporativas etc. –, rituais e manifestações públicas, além da construção dos próprios ideomapas são elementos fundamentais para se pensar o panorama político, cultural e social contemporâneo, sobretudo latino-americano. Pensar a América Latina é refletir sobre cultura e território que possuem dimensões continentais e inúmeros problemas relativos aos processos de integração, afinal toda perspectiva macro identitária carrega consigo a mácula dos generalismos, mas ao mesmo tempo traz a possibilidade de construções epistêmicas próprias e que sirvam para explicar a América Latina a partir de estudos latino-americanos.

As barreiras de linguagem, cultura e política ainda trazem um Brasil um tanto deslocado das nações vizinhas quando pensamos em uma efetiva integração latino-americana, mas talvez o caminho para fortalecer os exercícios de integração precisem ir além dos aspectos político-econômico e se voltar para a valorização das dimensões artístico-midiático, espaço-paisagísticas, histórico-culturais e ético-ambientais. Tais dimensões encontram-se expressas na paisagem, no meio ambiente, nas artes e na mídia e, neste sentido, podem tornar-se armas poderosas na construção de pontes, isto é, no estabelecimento de conexões profundas que permitam superar antigos e atuais desafios e integrar a América Latina a partir de uma perspectiva *translatina* (Aguiar, 2023).

Enxergamos enorme potência na junção propositiva e substantiva dos termos *icono* e *geo*, imagem e espaço, na produção destas múltiplas *grafias*, os principais pontos de partida e de chegada desta pesquisa. As conclusões, portanto, caminham para fortalecer teórico-

metodologicamente e apresentar novos rumos para as propostas até aqui esboçadas. Afinal, são as imagens que povoam o mundo interior e exterior. Noosfera e mediosfera (CONTRERA, 2010) estão interligadas e as reverberações desta conexão são sentidas espacialmente. Se as imagens inundam nossas cabeças, casas, trabalhos e cidades, por que não pensarmos uma geografia atenta a tais perspectivas? Uma geografia capaz de ler e produzir imagens, uma perspectiva que habite a tensão existente entre os processos de escritura e leitura da paisagem, entre o que é estratégico e o que é tático, visualizando as nuances entre ataque e defesa e sendo capaz de perceber que a fronteira entre o concreto e o abstrato não é tão definida assim, isto é, uma postura geográfica que início e fim nas imagens, dos aspectos mais macro até os mais atômicos.

Nosso percurso até aqui flertou com múltiplas geografias, entre elas a política, a cultural e a humanista aparecem com mais destaque. No entanto, não foi nossa pretensão se prender a um paradigma de pesquisa, afinal acreditamos que o momento de construir uma tese é o momento de experimentar, de fazer fusões, de errar e de propor. Sendo assim, esperamos que ao longo de nosso texto tenham aparecido os resultados dos experimentos e fusões, assim como os erros e propostas. Desde o anteprojeto em 2019 até a redação final deste texto em 2024, a realidade investigada passou por inúmeras mudanças, assim como é a própria vida. Não podemos deixar de enxergar este texto como a cristalização de uma visão sobre os acontecimentos. Os aspectos teórico-epistemológicos discutidos no capítulo dois nos ajudaram durante todo o processo e foi justamente nessas incursões sobre paisagens, símbolos, discursos, textos e cenários que a pesquisa se encontra, de fato, com seu objeto e que a paisagem se transforma no campo de forças que será discutido nos capítulos posteriores. Afinal, quais são as forças que atuam sobre a paisagem?

As forças atuantes sobre a paisagem urbana latino-americana foram discutidas nos capítulos três e quatro, respectivamente, as geoestratégias e geotáticas, ou seja, as intervenções escritas nas paisagens com múltiplas intencionalidades. A leitura deste fenômeno a partir de realidades paralelas na América Latina permitiu perceber as urbanidades latino-americanas possuem inúmeros traços e marcas (Veschambre, 2008) que, em certa medida, mediam a relação entre seus habitantes e seus história. A identidade nacional passa pela paisagem e todos os sujeitos políticos que percebem isso encontraram formas de manipulá-la, seja de forma estratégica (espaço-temporal), seja de forma tática (tempo-espacial).

O capítulo cinco permitiu visualizar outra dimensão do processo de manipulação paisagística, pois quando saímos da fixidez da monumentalidade urbana vertical e voltamos a atenção para as manifestações cívicas, como desfiles e movimentações que se relacionam mais

diretamente com o povo, como é o caso do desfile cívico que ocorre no 2 de Julho na Bahia e conseguiu se firmar como patrimônio social e institucional da população, principalmente pelo caráter horizontal da monumentalidade constituída, isto é, o grande monumento a ser saudado é o próprio cordão humano de brincantes. Essas múltiplas percepções e reflexões sobre a forja de uma identidade nacional, sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil nos levou até o capítulo seis desse trabalho que buscou adicionar novos elementos à análise iconogeográfica e dialogou com a Teoria das Representações Sociais. Se a produção jornalística já vinha sendo usada como base de dados durante todo o trabalho, este capítulo permitiu que déssemos um passo a diante e dialogássemos diretamente com os sujeitos atuantes na produção jornalística. As entrevistas realizadas configuraram-se como etapa importante do processo, pois nos ajudaram a compreender o principal vetor de fragilidade das celebrações de 2022 do ponto de vista do bicentenário de independência do Brasil: o presidente da república.

Dentro da análise das representações sociais percebemos que o debate sobre os problemas enfrentados na efetivação de um projeto significativo ou mesmo de um projeto de construção de identidade nacional a partir da convergência de interesses passavam necessariamente pela condução e pela liderança do processo. Foi unânime entre as respostas colhidas que as celebrações brasileiras do bicentenário foram boicotadas pelo presidente da república que voltava toda sua atenção e esforços federais para a reeleição, para a perpetuação do seu projeto de poder autoritário e ignorava as atribuições de um estadista ao agir como um mercenário cujo único objetivo era permanecer no cargo que ocupava. Eleição perdida e esforços fracassados.

O resultado de uma tese é soma de todas as lacunas que aparecerem pelo percurso. Um texto de fechamento não pode ignorar que o processo encontrou inúmeros percalços e problemas que dificilmente serão solucionados aqui. Uma lacuna que merece destaque em nosso texto é uma escuta ativa dos sujeitos que transitam pelos centros urbanos latino-americanos, aqueles que consomem as paisagens diariamente e que estão em constante contato com as geoestratégias e geotáticas que se desenham pelo espaço e pelo tempo. Entender o processo de leitura a partir do sujeito comum (Certeau, 2014) permitia visualizar outra dimensão da tensão existente entre escritura e leitura da paisagem em um exercício similar ao realizado na pesquisa de mestrado (Rocha, 2018).

Outra lacuna que merece menção e ser explorada em novos trabalhos é a dimensão patrimonial e educativa (institucional e social) das monumentalidades urbanas. Os recentes debates a respeito das derrubadas ou manutenções de estátuas ligadas ao passado colonial, escravagista etc. levantam a questão do papel pedagógico que determinados monumentos

possuem, afinal não podemos deixar de compreender os monumentos como documentos (Le Goff, 2003), sendo assim, as paisagens míticas podem possuir um potencial educativo a ser explorado, afinal o saber sobre o presente e o passado, além do próprio estudo da história não seria realizável se o passado não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva.

Por fim, a pesquisa foi conduzida a partir de três hipóteses que se converteram, por sua vez, em três variáveis de análise com inúmeros indicadores em cada uma delas. Discutimos latinidades, visualidades e disparidades e a reflexão que se seguiu buscou traçar um panorama da América Latina e da sua produção e consumo paisagístico de monumentos no intervalo de mais de duas décadas, muito embora as discussões em determinados momentos tenham extrapolado tais limites. Neste sentido, o que percebemos é que o concreto e o aço que já foram muito sedutores no passado para imortalizar heróis e histórias passam a serem substituídos por páginas on-line, programas de televisão, servidores digitais e outras formas de registrar virtualmente o conhecimento.

A paisagem urbana, hoje, é o resultado de um passado desenhado como glorioso e de um futuro que clama por prosperidade, enquanto o presente fica à mercê de sujeitos profundamente apegados ao poder que colocam interesses individuais acima dos coletivos. Cabe à ciência entender, analisar e intervir nestes projetos que caminham no sentido contrário da emancipação humana, da livre circulação de ideias, do bem-estar coletivo, da virtude do multiculturalismo e de uma paisagem verdadeiramente democrática que não sofra com os vícios de tantos falsos mitos e míticas enganadoras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Jacquicilane Honorio de. **Paisagem e Linguagem em translatividade: representações do Patrimônio Cultural Nordestino como Arte Latino-americana**. 2023. 128f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75048>. Acesso em 15 mai. 2024.
- ALBUQUERQUE, F. **São Paulo programa eventos para celebrar Bicentenário da Independência**. Agência Brasil. 30 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/sao-paulo-programa-eventos-para-celebrar-bicentenario-da-independencia>. Acesso em: 19 out. 2023.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. A festa do Dois de Julho: As comemorações públicas da independência nacional. In: **SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA**. 2 de julho: a Bahia na independência nacional. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010. 48 p. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/232/1/A%20Bahia%20na%20Independ%20%C3%aancia%20Nacional%20-%20Cartilha%20de%20julho.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ALMEIDA, F. R. O tema da Independência do Brasil nos enredos das escolas de samba do Rio de Janeiro. **Revista Maracanan**, n. 31, p. 107–128, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/69194>. Acesso em: 5 out. 2023.
- ANDREOTTI, Giuliana. O senso ético e estético da paisagem. **Revista RA'É GA**, n. 24, 2012, p. 05-17. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. ISSN: 2177-2738. Disponível em: <https://goo.gl/gfESoz>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- ANDREOTTI, Giuliana. **Paisagens culturais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- ARAGÃO, Raimundo Freitas. Um estudo geográfico sobre geopolítica da visibilidade, marcação espacial, conflitos e tensões do patrimônio religioso urbano estátua de Padre Cícero na cidade de Juazeiro do Norte – Ceará – Brasil. **Élisée**, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.4, n.2, p.34-58, jul./dez. 2015.
- ARAS, Lina Maria Brandão de; GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O feriado do 2 de julho: a Bahia e a celebração de si. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; BARRETO, Virgínia Queiroz; SOUSA, Avanete Pereira (Org.). **Bahia, 2 de Julho: Uma guerra pela Independência do Brasil**. 1. ed. Salvador: Eduneb, 2023. 556p.
- ARAÚJO, Beatriz Paiva de. **Uma “adesão” em tempos de ditadura: arte de memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará**. Orientador: Adilson Júnior Ishihara Brito. 2022. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2022. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/4852>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Consolidação da Independência do Brasil na Bahia. In: **SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA**. **2 de julho: a Bahia na independência nacional**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010. 48 p. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/232/1/A%20Bahia%20na%20Independ>

[%c3%aancia%20Nacional%20-%20Cartilha%20de%20julho.pdf](#). Acesso em: 19 mar. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **Adesão do Pará celebra a Independência e destaca-se como Data Magna no Estado**. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Belém, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/7352>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BARNES, Trevor John; DUNCAN, James Stuart. **Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape**. Londres: Routledge, 1992.

BBC NEWS BRASIL. **Bolsonaro sanciona lei que cria Dia Nacional do Combate à Homofobia, Bissexualidade e Transfobia**. BBC News Brasil, São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62246930>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BBC News Brasil. **Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil', diz psicanalista**. São Paulo, 14 abr. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Lula vence Bolsonaro e é eleito presidente do Brasil pela terceira vez**. BBC News Brasil, São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62746935>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CORRÊA, Anna Maria Martinez; BELLOTO, Manoel Lelo. **A América Latina de Colonização Espanhola: Antologia de textos históricos**. São Paulo: Hucitec, 1979. 264 p. (Coleção Textos ; 4).

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BIBLIOTECA BASILIANA E GUITA JOSÉ MIDLIN. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **As mulheres e a Independência do Brasil. Portal do Bicentenário**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2022/09/05/o-bicentenario-da-independencia-do-brasil-e-a-atuacao-das-mulheres/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BÓIA, Wilson. **Antônio Sales e sua Época**. Fortaleza: BNB, 1984.

BRITO, Adilson J. I. Identidade fraturada: O desmemoriamento da "Adesão do Pará" no ensino de história. **História & Ensino**, Londrina, v. 7, n. 1, jan./jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2021v7n1p93>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13414>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BULOT, Thierry; VESCHAMBRE, Vincent. Sociolinguistique urbaine et géographie sociale: heterogeneité des langues et des espaces. In: **ESO – Espaces et Sociétés**, juillet, 2008. P. 1-19. Disponível em: <http://eso.cnrs.fr/IMG/pdf/bt.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo, SP: Pensamento, 1989.

CAZELOTO, Edilson. **Mediosfera**: meios, Imaginário e desencantamento do mundo. Revista Eco-Pós, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em:

https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/download/926/866. Acesso em: 03 fev. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHEVALIER, François. **L'Amérique Latine**: de l'indépendance a nos jours. Paris: Universitaires de France, 1977. 548 p. (Nouvelle clio. 44L'histoire et ses problèmes)

CLAVAL, Paul. As paisagens dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

CNN BRASIL. **Bolsonaro puxa coro de 'imbrochável' em discurso no Dia da Independência**. CNN Brasil, São Paulo, 7 set. 2021. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=mO6UOA9jSOE>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CONTRERA, Malena Segura. Imagens endógenas e imaginação simbólica. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 1, p. ID21350, 11 nov. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21350>. Acesso em 29 set. 2021.

CONTRERA, Malena Segura. **Mediosfera** – meios, imaginário e desencantamento do mundo. S. Paulo: Ed. Annablume, 2010.

CONTRERA, Malena Segura. **Mediosfera**: meios, imaginário e desencantamento do mundo. 2. ed. Porto Alegre: Imaginalis, 2017.

CORREA, A. F. O GRITO DOS EXCLUÍDOS NO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: BATALHAS DAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19. **Entropia**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 114–126, 2022. DOI: 10.52765/entropia.v6i11.256. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/256>. Acesso em: 30 ago. 2024.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geografia**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec, 1992.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem**: Questão colocada aos fins de uma história da arte. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], p. 206–219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 7 abr. 2021.

DIDI-HUBERMAN. **O que nós vemos, o que nos olha**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

DUNCAN, James Stuart (2004). A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

EL PAÍS BRASIL. **Congresso se reúne para discutir a PEC 328, que cria um imposto único sobre bens e serviços**. El País Brasil, São Paulo, 14 dez. 2013. Disponível em: <https://english.elpais.com/news/brasil/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

EL PAÍS BRASIL. **Dilma Rousseff é afastada da Presidência por 180 dias**. El País, Brasília, 10 out. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/internacional/1476104651_792066.html. Acesso em: 14 abr. 2024.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**: Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. (Trad. de Sonia Cristina Tamer.) São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EXCELSIOR. **Así quedó el Ángel de la Independencia tras la protesta de mujeres**. Ciudad de México, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zkxbCrSQDvE>. Acesso em: 16 mar. 2023.

EXTRA. **Camisinha rosa gigante cobre obelisco de Buenos Aires e imagens viralizam**: entenda o caso. Extra, Rio de Janeiro, 23 set. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/entretenimento/tv/noticia/2023/09/camisinha-rosa-gigante-cobre-obelisco-de-buenos-aires-e-imagens-viralizam-entenda-o-caso.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2004. 574 p. ISBN 8573263083

FERREIRA DE ALMEIDA, Argemiro. Vídeos documentários “grito dos excluídos” como prática de comunicação popular: Uma reflexão sobre a obra fílmica engajada popular. **Luciérnaga Comunicación**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 47–56, 2016. Disponível em: <https://revistas.elpoli.edu.co/index.php/luc/article/view/751>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FOXALL, Andrew. A contested landscape: Monuments, public memory, and post-Soviet identity in Stavropol’, Russia. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 46, n. 1, 2013, p. 167-178. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0967067X12000906>. Acesso em 18 jul. 2021.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. SESC, Annablume, 1997.

G1. **Bicentenário da Independência da Bahia reúne tradição e homenagens aos guerreiros do 2 de Julho**. G1, Salvador, 2 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/07/02/bicentenario-da-independencia-do-brasil-na-bahia-reune-tradicao-e-homenagens-aos-guerreiros-do-2-de-julho.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GALIZIO, Adriana. Disputas simbólicas en el espacio público: las performances como contra-celebraciones durante el Bicentenario de la Independencia. **Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti**. 2018. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2018/01/seminario/mesa_13/galizio_mesa_13.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Cenários para a Geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e cultura**: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 187-210.

GOTTMANN, J. **La politique des états et leur géographie**. Paris: A. Colin, 1952.

GRITO DOS EXCLUÍDOS. **Sobre o Grito dos Excluídos e Excluídas**. 2024. Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/sobre-grito-dos-excluidos-e-excluidas>. Acesso em 20 mai. 2024.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão popular, 2003.

IZZO, João Artur. Noosfera e Mídiosfera: O Imaginário Humano e o Engenho da Mídia.

BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. -, p. 1-10, 2009. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-noosfera-joao.pdf>. Acesso em 04. fev. 2024.

JEUDY, Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Tradução: Rejane Janowitz; revisão técnica: Lílian Fessler Vaz. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

JEUDY, Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). **Corpos e cenários urbanos : territórios urbanos e políticas culturais**. Tradução: Rejane Janowitz; revisão técnica: Lílian Fessler Vaz. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. ALMEIDA, Maria Geralda de; ARRAIS, Tadeu Alencar (orgs.). **É geografia, é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013. 176 p.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo** / CG. Jung; [tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva]. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNIOR, A. E. V. P. Jornalismo e Representações Sociais: algumas considerações. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 31–38, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2006.30.3373.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3373>. Acesso em: 7 abr. 2024.

KOZEL, S. **Mapas mentais: dialogismo e representações**. 1. ed. Curitiba: Editores Appris, 2018.

KRAAY, H. Sejam brasileiros no dia da nossa nacionalidade: comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 9–36, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/sCFnqdKT8WLN5xHsMFN7NZq/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2023.

LA RED NOTICIAS. Así quedó el Ángel de la Independencia tras marcha feminista. **La Red Noticias**, Ciudad de México, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://larednoticias.com/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LATOUR, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 14, nº 29, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/gnnypr>. Acesso em: 12. ago. 2017.

LATOUR, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 14, nº 29, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/gnnypr>. Acesso em: 12. ago. 2017.

LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

LOPES, José Rogério. **A imagética de devoção**: a iconografia popular como mediação entre a consciência da realidade e o ethos religioso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

LOPES, M. M. Comemorações da Independência: a História ocupa o lugar das Ciências Naturais no Museu Paulista, Brasil”. **L’Ordinaire des Amériques**, Toulouse, v. 212, p. 33-50, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/orde/2478>. Acesso em: 19 out. 2023.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Revista Intexto**, Porto Alegre, n. 14, v. 1, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4251>. Acesso em 18 jul. 2021.

MARIANI, Bethania. “OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA NO BRASIL (OU: DE COMO O DISCURSO JORNALÍSTICO CONSTRÓI MEMÓRIA)”. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli, (org.). **Discurso fundador**: (a formação do país e a construção da identidade nacional). Campinas: Pontes, 1993. 171 p.

MELO, D.J.; DIAS, T.F. Patrimônio e identidades afro-diaspóricas: da Cabeça de Ifé ao monumento de Zumbi dos Palmares. In: SOARES, B.B. (Ed.). **Descolonizando a Museologia**, 1. Paris: ICOM / ICOFOM, 2020, p. 371-386.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. A geopolítica das paisagens culturais na UNESCO. **FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL (UFMG. ONLINE)**, v. 7, p. 1-17, 2014.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. LANDSCAPE POLICY AND POLITICAL LANDSCAPE IN SÃO PAULO. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, feb. 2021. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20008>. Acesso em: 01 jul. 2023. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20008>.

MONNET, Jérôme. “La symbolique des lieux: pour une géographie des relations entre espace, pouvoir et identité”, *Cyberge*: European Journal of Geography [En ligne], **Politique, Culture, Représentations**, document 56, mis en ligne le 07 avril 1998, consulté le 28 mai 2024. URL: <http://journals.openedition.org/cyberge/5316> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cyberge.5316>

MONNET, Jerome. Géopolitique de la visibilité: les icônes urbaines contemporaines à Mexico. ETHINGTON, Philip J.; SCHWARTZ, Vanessa R (eds.), **Atlas of Urban Icons: Studies in Urban Visual History**. Multimedia Companion to Special Issue of Urban History, May 2006, vol. 33, N1, Cambridge University Press, 2006, 23 p.

MONNET, Jérôme. Les dimensions symbolique de la centralité. In: **Cahiers de Géographie du Québec** • Volume 44, n° 123, dez. 2000 • p. 399-418. Disponível em: http://www.cgq.ulaval.ca/textes/vol_44/no_123/07-Monnet_Dimensions.pdf. Acesso em: 6 nov. 2008.

MONTEIRO, M. C. S. **São Paulo na disputa pelo passado**: o "Monumento à Independência", de Ettore Ximenes. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13062017-132316/>. Acesso em: 19 out. 2023.

MORA, Marcelo. Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras. **Portal G1**, São Paulo, 02 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MORIN, Edgar. **O método 4**: As idéias: habitat, vida, costumes, organização. POA: Sulina, 2001.

MOSCOVICI, Sergi. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A. JOVCHELOVITC, Sandra. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. 129 p.

Musacchio, A., (2016). La Argentina del segundo bicentenario: imágenes de una estación desolada. **Cuadernos de Economía Crítica**, (4),11-37.[fecha de Consulta 16 de Julio de 2023]. ISSN: 2408-400X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512354127001>. Acesso em: 07 jul. 2023.

NOVO, Leonardo. Em nome de Colombo: exposições, estátuas e monumentos. Temporalidades – **Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 34, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/25797/23095>. Acesso em 27 mar. 2021.

NUZZI, V. Cidadania, participação, pobreza, violência, submissão. Qual independência o Brasil comemora hoje? **Rede Brasil Atual**. 07 set. 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/qual-independencia-brasil-comemorra-7-de-setembro/>. Acesso em 19 out. 2023.

O GLOBO. **Após inauguração, estátua de Bolsonaro é retirada do centro de Passo Fundo, RS**. O Globo, Rio de Janeiro, 18 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-inauguracao-estatuade-bolsonaro-retirada-do-centro-de-passo-fundo-rs-1-25190470>. Acesso em: 14 abr. 2024.

O GLOBO. **Estátua em homenagem ao presidente Bolsonaro aparece jogada no chão de depósito do Detran de Passo Fundo**. O Globo, Rio de Janeiro, 20 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/estatuade-homenagem-ao-presidente-bolsonaro-aparece-jogada-em-chao-de-deposito-do-detrans-de-passo-fundo-25291772>. Acesso em: 14 abr. 2024.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Caminhos da Festa ao Patrimônio Geoeeducacional**: Como educar sem encenar Geografia. Fortaleza: Editora da UFC, 2012.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; PAIVA, Lizandra Araújo de; FERREIRA, Kevin Torres. ALLEGORY OF MOMO AS FRACTAL MAPS OF FRAGILE LATIN DEMOCRACIES. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 12, p. 68 - 87, feb. 2021. ISSN 2178-0463. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/1068>. Acesso em: 09 out. 2021. doi: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v12i0.1068>.

OLIVEIRA, D. A. DE; TARTAGLIA, L. Ensaio sobre uma geo-grafia dos graffitis. **GEOgraphia**, v. 11, n. 22, p. 59-88, 8 fev. 2011.

- OLIVEIRA, D. C. DE . et al.. **A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 1, p. 125–133, jan. 2005.
- PANOFSKY, Erwin. **O significado nas artes**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- PARÁ. Lei No 5.999, de 10 de Setembro de 1996. **Declara o dia 15 de agosto data magna do Estado do Pará e dá outras providências**. Belém: Governo do Estado, 1996. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo5999.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Prefeitura inicia uma grande revitalização na Quinta da Boa Vista**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://prefeitura.rio/conservacao/prefeitura-inicia-uma-grande-revitalizacao-na-quinta-da-boa-vista/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- RAHME, Anna Maria. A derrubada de cada estátua é um apelo. **Revista ARA**, v. único p. 11-20, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaara/article/view/182185/168941>. Acesso em 19 mar. 2021.
- RENOU, Mariana Vitor. Derrubar e Erguer Estátuas e Monumentos: Memória, Ancestrais e Construção de Si em Guadalupe/Caribe. **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 562-582, set dez. 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/41299/pdf>. Acesso em 26 mar. 2021.
- RIBEIRO, Elisa de Moura. Reflexões sobre a independência do Brasil e da Bahia: incertezas, silenciamentos e perspectivas de abordagens históricas. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; BARRETO, Virgínia Queiroz; SOUSA, Avante Pereira (Org.). Bahia, 2 de Julho: **Uma guerra pela Independência do Brasil**. 1. ed. Salvador: Eduneb, 2023. 556p.
- RIBEIRO, R. W. **Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro para o Patrimônio Mundial?**. *Revista CPC*, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 144-166, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27p144-166. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/153143>. Acesso em: 03 out. 2021.
- ROCHA, Marcos da Silva; ARAGÃO, Raimundo Freitas. Marcar e Simbolizar o Espaço: O Eruditismo Cultural Masculino em Sobral Ceará (1880-2020). **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 237 - 261, 2020. ISSN 2177-2886.
- SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 19-33, dez. 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 07 abr. 2024.
- SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2012.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Introdução à semiótica**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2017.
- SILVA, K. C. DA.. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 141–160, fev. 2003.

SILVA, M. A. C. ; ROCHA, M. S. ; AGUIAR, J. H. ; ARAGAO, R. F. . Imagens triunfais e paisagens urbanas: discursos heroicos, políticas públicas e patrimônio cultural. In: **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, 2021, Campina Grande. Anais do XIV ENANPEGE, 2021. Disponível em: <https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/7820>. Acesso em: 01 mar. 2023.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Cortez, 2005.

TEIXEIRA, V.; SILVA, M. da. Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 133–155, 2015. DOI: 10.54446/bcg.v5i1.156. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2525>. Acesso em: 7 jul. 2023.

TROUILLOT, Michel-Polph. **Silencing the past: power and the production of history** Boston, Beacon Press, 1995.

VESCHAMBRE, Vincent (2008). **Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition**. Editeur: PU Rennes, 2008.

VESCHAMBRE, Vincent (2008). **Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition**. Editeur: PU Rennes, 2008.

VILLALOBOS R., Sergio. **Breve historia de Chile**. 6. ed. Santiago, Chile: Editorial Universitaria, 1990. 188 p.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JORNALISTAS, COLUNISTAS,
INFLUENCERS E PODCASTERS SOBRE A COBERTURA DO BICENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-2022)**

- 1) Dentro do contexto do material que você produziu, como você percebeu (como jornalista) as notícias veiculadas no ano de 2022 sobre o bicentenário da independência? E como você classificaria as ações e projetos tocados pelo Governo Federal para celebrar os 200 anos da pátria brasileira?
- 2) Dentro das expectativas que vão sendo constituídas coletivamente por conta de como foi a comemoração dos 100 anos da independência em 1922 e dos 150 anos em 1972 do processo de independência, você acredita que tais expectativas foram frustradas pela forma como os acontecimentos se deram?
- 3) Como você avalia o impacto das eleições estaduais e federais na programação dos eventos, marcos, monumentos e homenagens das celebrações do bicentenário brasileiro?
- 4) Na contramão dos eventos oficiais, inúmeras discussões e eventos em paralelo também marcam os “200 anos de Brasil”. Qual sua opinião sobre estas (manifestações) periferias simbólicas dentro da dinâmica das celebrações?
- 5) Do ponto de vista das visibilidades constituídas, você acredita que as imagens produzidas (reais, virtuais, oficiais, marginais, monumentais, de protesto etc.) cumpriram o papel de comunicar à nação a importância da data?
- 6) Há inúmeras paisagens monumentais no território brasileiro que remetem às comemorações passadas (centenário em 1922 e sesquicentenário em 1972). Você acredita que o cenário no ano de 2022 possui o que de diferente para que não se tenha produzido intervenções paisagísticas e monumentais nos principais centros urbanos do país?

**APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE CONTATOS DE JORNALISTAS, COLUNISTAS, INFLUENCERS E PODCASTERS
SOBRE A COBERTURA DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-2022)**

#	REGIÃO	MATÉRIA	JORNALISTA	JORNAL PORTAL
1	NORTE	'Feriado de Adesão do Pará': Entenda por que estado foi o último a aceitar a independência do Brasil Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/08/15/bicentenario-da-adesao-do-para-entenda-o-feriado-do-ultimo-estado-a-aceitar-a-independencia-do-brasil.ghtml	Marcus Passos	Portal G1 (Pará)
2	NORTE	Desfile cívico volta ao Sambódromo de Manaus após dois anos e público lota a avenida Disponível em: https://emtempo.com.br/90509/amazonas/desfile-civico-volta-ao-sambodromo-de-manaus-apos-dois-anos-e-publico-lota-a-avenida/	Maiara Ribeiro	Em Tempo
3	NORTE	Em Manaus, ato pela 'liberdade' sobrepõe celebração do 7 de setembro Disponível em: https://www.acritica.com/politica/em-manau-ato-pela-liberdade-sobrep-e-celebrac-o-do-7-de-setembro-1.280640	Waldick Junior	A Crítica
4	NORTE	A sangrenta adesão da Amazônia à independência Disponível em: https://amazoniareal.com.br/a-sangrenta-adesao-da-amazonia-a-independencia/	Lúcio Flávio Pinto	Amazônia Real
5	NORTE	Escola recebe Mostra do Bicentenário da Adesão do Pará à Independência Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/44562/escola-recebe-mostra-do-bicentenario-da-adesao-do-para-a-independencia	Josie Soeiro	Agência Pará
6	NORTE	Celebração do bicentenário foi marcada pela volta do tradicional desfile cívico-militar Disponível em: https://roraimaemfoco.com/celebracao-do-bicentenario-foi-marcada-pela-volta-do-tradicional-desfile-civico-militar/	Layse Menezes	Roraima em Foco
7	NORTE	Escolas estaduais de Vilhena participam da abertura das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil Disponível em: https://tudorondonia.com/noticias/escolas-estaduais-de-vilhena-participam-da-abertura-das-comemoracoes-do-bicentenario-da-independencia-do-brasil-.86822.shtml	Thayná Machado	Tudo Rondônia

8	NORTE	<p>Comemoração da Independência do Brasil em Rio Branco reúne multidão após dois anos sem evento</p> <p>Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/09/07/comemoracao-da-independencia-do-brasil-em-rio-branco-reune-multidao-apos-dois-anos-sem-evento.ghtml</p>	Iryá Rodrigues	Portal G1 (Acre)
9	NORDESTE	<p>Podcast ‘As Cunhãs’</p> <p>Disponível em: https://open.spotify.com/show/3Cw1zvNt48duSrSr4eCFdV</p>	Kamila Cardoso	Independente / Podcast As Cunhãs
10	NORDESTE	<p>Independência do Brasil custou sangue e dinheiro</p> <p>Disponível em: https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/200-anos-de-independencia/2022/09/05/independencia-do-brasil-custou-sangue-e-dinheiro.html</p>	Érico Firmo	O Povo
11	NORDESTE	<p>Veja o que disseram os candidatos a presidente da República neste 7 de Setembro</p> <p>Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/veja-o-que-disseram-os-candidatos-a-presidente-da-republica-neste-7-de-setembro-1.3275799</p>	Luana Barros	Diário do Nordeste
12	NORDESTE	<p>Bicentenário da Independência da Bahia: conheça as heroínas da guerra</p> <p>Disponível em: https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/bicentenario-da-independencia-da-bahia-conheca-as-heroinas-da-guerra</p>	Brenda Chérolet	Educa Mais Brasil
13	NORDESTE	<p>Festa na Bahia tem Lula nas ruas e motociata sem Bolsonaro</p> <p>Disponível em: https://www.midianews.com.br/politica/festa-na-bahia-tem-lula-nas-ruas-e-motociata-sem-bolsonaro/448311</p>	João Pedro Pitombo	Folha
14	NORDESTE	<p>Em Fortaleza, Bolsonaro faz parada em supermercado para gravar propaganda do Auxílio Brasil</p> <p>Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/jessica-welma/em-fortaleza-bolsonaro-faz-parada-em-supermercado-para-gravar-propaganda-do-auxilio-brasil-1.3289535</p>	Jessica Welma	Diário do Nordeste
15	NORDESTE	<p>2 de Julho: eventos do bicentenário da Independência do Brasil na Bahia alteram trânsito em Salvador; confira</p>	Laís Maia	Rede Bahia

		Disponível em: https://redeglobo.globo.com/redebahia/noticia/2-de-julho-eventos-do-bicentenario-da-independencia-do-brasil-na-bahia-alteram-transito-em-salvador-confira.ghtml		
16	NORDESTE	Pernambuco exerceu importante papel no processo de Independência do Brasil; saiba qual Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/pernambuco-exerceu-importante-papel-no-processo-de-independencia-do/239049/	Artur Ferraz	Folha PE
17	SUL	Semelhanças e diferenças entre o bicentenário e o aniversário de 150 anos da Independência Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2022/09/semelhancas-e-diferencas-entre-o-bicentenario-e-o-aniversario-de-150-anos-da-independencia-cl7qlm2cz00co0153midnac8x.html	Rosane de Oliveira	Zero Hora
18	SUL	Como foi a passagem dos restos mortais de Dom Pedro I em Porto Alegre Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/leandro-staudt/noticia/2022/08/como-foi-a-passagem-dos-restos-mortais-de-dom-pedro-i-em-porto-alegre-cl77za8ah001g015hs48qvumq.html	Leandro Staudt	Zero Hora
19	SUL	A celebração do bicentenário da Independência Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/editorial/2022/09/862941-a-celebracao-do-bicentenario-da-independencia.html	Roberto Brenol Andrade	Jornal do Comércio
20	SUL	Apesar do 7 de setembro, SC teve ato oficial da Independência do Brasil em outra data; entenda Disponível em: https://ndmais.com.br/cultura/apesar-do-7-de-setembro-sc-teve-ato-oficial-da-independencia-do-brasil-em-outra-data-entenda/	Bruna Stroisch	ND Mais
21	SUL	Baile em celebração ao Bicentenário da Independência do Brasil agita Criciúma Disponível em: https://scc10.com.br/colunistas/juan-garcia/baile-em-celebracao-ao-bicentenario-da-independencia-do-brasil-agita-criciuma/	Juan Garcia	SCC 10
22	SUL	Desfile da Independência gera polêmica por crianças ‘fantasiadas’ de escravos Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/desfile-da-independencia-gera-polemica-por-criancas-fantasiadas-de-escravos.phtml	Fabio Previdelli	Aventuras na História

23	SUL	"Imbrochável": não é surpresa alguma que o recalcado retorne Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/09/08/imbroschavel-nao-e-surpresa-alguma-que-o-recalcado-retorne	Maurício Busatto	Brasil de Fato
24	SUL	Pesquisadora fala sobre o uso político do passado e da memória da Independência do Brasil Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/09/06/pesquisadora-fala-sobre-o-uso-politico-do-passado-e-da-memoria-da-independencia-do-brasil	Pedro Neves	Brasil de Fato RS
25	SUDESTE	Bicentenário do 2 de julho na Bahia: 'A independência se dá por mobilização popular' Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/07/02/bicentenario-do-2-de-julho-na-bahia-a-independencia-se-da-por-mobilizacao-popular	Gabriela Moncau	Brasil de Fato
26	SUDESTE	O bicentenário da Independência na Avenida Paulista Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/o-bicentenario-da-independencia-na-avenida-paulista/	Jonas Medeiros	Poder 360
27	SUDESTE	Confira a programação do Bicentenário da Independência no Rio de Janeiro Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/confira-a-programacao-do-bicentenario-da-independencia-no-rio-de-janeiro/	Tânia Rego	CNN Brasil
28	SUDESTE	Conheça a história do bicentenário da independência do Brasil Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/conheca-a-historia-do-bicentenario-da-independencia-do-brasil	Maria Eduarda Portela	Metrópolis
29	SUDESTE	Bicentenário da independência na Bahia: da celebração do povo a 'termômetro político' Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/bicentenario-independencia-2-julho-bahia-celebracao-povo-termometro-politico-nprp/	Adele Robichez	Estadão
30	SUDESTE	Bolsonaro pode ter extrapolado limites de campanha eleitoral em atos do Dia da Independência e enfrentar ação no TSE, dizem advogados Disponível em: https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-pode-ter-extrapulado-limites-de-campanha-eleitoral-em-atos-do-dia-da-independencia-e-enfrentar-acao-no-tse-dizem-advogados/	Marcos Mortati	InfoMoney

31	SUDESTE	Inelegível, Bolsonaro ainda pode ser condenado por abusos e golpismo no 7 de Setembro Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/inelegivel-bolsonaro-ainda-pode-ser-condenado-por-abusos-e-golpismo-no-7-de-setembro/	Leonardo Miazzo	Carta Capital
32	SUDESTE	Saiba o que mudou no território nacional após a Independência do Brasil Disponível em: https://www.otempo.com.br/brasil/saiba-o-que-mudou-no-territorio-nacional-apos-a-independencia-do-brasil-1.2728404	Simon Nascimento	O Tempo
33	CENTRO-OESTE	Bicentenário da Independência: as heroínas da Guerra na Bahia Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/bicentenario-da-independencia-heroinas-da-guerra-na-bahia	Isabela Azevedo	Agência Brasil
34	CENTRO-OESTE	Olimpíada do Bicentenário da Independência abre inscrições para alunos de escolas públicas e particulares Disponível em: https://www.ufms.br/olimpiada-do-bicentenario-da-independencia-abre-inscricoes-para-alunos-de-escolas-publicas-e-particulares/	Mylena Rocha	Notícias UFMS
35	CENTRO-OESTE	Bicentenário da Independência: coração de D. Pedro I chega ao Brasil nesta segunda-feira Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/08/bicentenario-da-independencia-coracao-de-d-pedro-i-chega-ao-brasil-nesta-segunda-feira.ghtml	Fernanda Trisotto	O Globo (Brasília)
36	CENTRO-OESTE	Bicentenário da Independência: como a data comemorativa foi escolhida Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/bicentenario-da-independencia-como-data-comemorativa-foi-escolhida	Flávia Peixoto	Agência Brasil
37	CENTRO-OESTE	TSE pede explicações sobre origem de recursos usados no bicentenário da Independência Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tse-pede-explicacoes-sobre-origem-de-recursos-usados-no-bicentenario-da-independencia-28072023	Flávia Maia	JOTA
38	CENTRO-OESTE	Monumento reinaugurado para o bicentenário é depredado no Rio Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/monumento-reinaugurado-para-o-bicentenario-e-depredado-no-rio	Vladimir Platonow	Agência Brasil

39	CENTRO-OESTE	Bicentenário da Independência: veja como será o desfile de 7 de setembro em Brasília Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/09/06/bicentenario-da-independencia-veja-como-sera-o-desfile-de-7-de-setembro-em-brasilia.ghtml	Brenda Ortiz	Portal G1 (Distrito Federal)
40	CENTRO-OESTE	Governo diz ao Iphan que bandeiras gigantes no Planalto e Alvorada são por Bicentenário e feriado Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/governo-diz-ao-iphan-que-bandeiras-gigantes-no-planalto-e-alvorada-sao-por-bicentenario-e-feriado.shtml	Raquel Lopes	Folha (Distrito Federal)

ANEXO A – PROJETO DE LEI Nº 404/2020**PROJETO DE LEI Nº 404, DE 2020**

Dispõe sobre a proibição de homenagens a escravocratas e eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista, no âmbito da Administração Estadual direta e indireta.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Ficam proibidas as homenagens a escravocratas e a eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista, no âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta.

§ 1º- Para efeito desta Lei, considera-se escravocratas os agentes sociais individuais ou coletivos comprometidos com a ordem escravista no Brasil. Os escravocratas não seriam apenas os detentores de escravos, mas os defensores da ordem escravista.

§ 2º- Incluem-se na vedação do caput deste artigo a denominação de logradouros públicos, de prédios estaduais, rodovias estaduais, locais públicos estaduais, a edificação e instalação de bustos, estátuas e monumentos por qualquer dos Poderes no âmbito do Estado de São Paulo.

Artigo 2º- A vedação que dispõe esta lei se estende também a pessoas que tenham sido condenadas com sentenças transitadas em julgado pela prática de crimes contra os direitos humanos, exploração do trabalho escravo, racismo e injúria racial.

Artigo 3º - As homenagens concedidas por qualquer dos Poderes no âmbito do Estado de São Paulo atenderá a critérios de proporcionalidade em relação à diversidade de cor, sexo e orientação sexual.

Artigo 4º - Os prédios estaduais, locais públicos estaduais, rodovias estaduais cujos nomes sejam homenagens a escravocratas ou eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista deverão ser renomeados no prazo máximo de 12 meses a contar da data de publicação desta lei.

Artigo 5º - Os monumentos públicos, estátuas e bustos que já prestam homenagem a escravocratas ou a eventos históricos ligados a prática escravagista devem ser retirados de vias públicas e armazenados nos Museus Estaduais, para fins de preservação do patrimônio histórico do Estado.

ANEXO B – PROJETO DE LEI Nº 422/2020**PROJETO DE LEI Nº 422, DE 2020**

Dispõe sobre a substituição do monumento Anhanguera da Avenida Paulista por uma obra artística em homenagem a Luiz Gama.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – Fica determinada a substituição do monumento Anhanguera, localizado em frente ao parque Trianon-Masp na avenida Paulista, Capital de São Paulo, por uma obra artística em homenagem ao poeta, advogado, jornalista e abolicionista negro Luiz Gama.

Artigo 2º - O poder executivo regulamentará essa lei em 90 dias.

Artigo 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O nome Anhanguera, homenageia os famosos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho, que compartilhavam tanto o nome "Bartolomeu Bueno da Silva" quanto o apelido "Anhanguera": este último, termo tupi que significa "diabo velho" (anhanga, diabo + ûera, velho). Em suas sanguinolentas expedições pelo interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, promoveram a escravização e o extermínio de populações indígenas e quilombolas. Durante décadas, foram responsáveis pelo genocídio étnico contra os povos originários do Brasil e os africanos e seus descendentes. Cruel, desumano e indigno, Anhanguera (o filho), chegou ao fim da vida destituído de bens e de poder, após ser acusado de sonegação de pagamento de impostos.

Por isso, esta propositura tem o objetivo de reparar o dano histórico causado por se homenagear, erroneamente, um assassino, responsável pelo massacre físico e simbólico contra negros e indígenas, segmentos sociais que ainda não tiveram a oportunidade de contar a sua versão da história. A manutenção do monumento Anhanguera materializa o que o intelectual português Boaventura Souza Santos conceituou como epistemicídio. O conceito, articulado pela filósofa brasileira Sueli Carneiro, remonta às tentativas sistemáticas de apagamento histórico e a aniquilação de saberes, da memória e do protagonismo de determinados grupos ou povos.